

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



**Renato Luiz Fonseca Bräscher**

## **A “Família Santa Clara”: Um Estudo sobre uma Experiência de Acolhimento**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Maria Helena Rodrigues Navas Zamora

Rio de Janeiro  
Março de 2017



**Renato Luiz Fonseca Bräscher**

**A “Família Santa Clara”: Um estudo sobre uma  
Experiência de acolhimento**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Profa. Maria Helena Rodrigues Navas Zamora**

Orientadora

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

**Profa. Mariangela da Silva Monteiro**

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

**Profa. Márcia Tassinari**

UNESA

**Profa. Monah Winograd**

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação  
e Pesquisa do Centro de Teologia  
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 24 de março de 2017.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e da orientadora.

### **Renato Luiz Fonseca Bräscher**

Graduou-se em Psicologia pela PUC-Rio, em 2011. Cursou a formação em Psicoterapia Vivencial ministrado pela professora Tereza C. Erthal, formando-se em 2011. Fez especialização em Psicoterapia de casal e família pela PUC-RIO em 2015. É psicólogo clínico atuante desde 2011.

#### Ficha Catalográfica

Bräscher, Renato Luiz Fonseca

A “Família Santa Clara” : um estudo sobre uma experiência de acolhimento / Renato Luiz Fonseca Bräscher ; orientadora: Maria Helena Rodrigues Navas Zamora . – 2017.

116 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2017.

Inclui bibliografia

1. Psicologia - Teses. 2. Família 3. Liberdade 4. Acolhimento 5. Singularidade 6. Crianças e adolescentes. I. Zamora, Maria Helena Rodrigues Navas. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD:150

Aos meus avós, Albertino Fonseca e Maria José

## Agradecimentos

A Deus por ser o meu suporte e fonte de amor que me sensibiliza a ser a pessoa que sou.

À minha orientadora Maria Helena Zamora, pelo carinho, risadas, e força nesse caminho, que além de orientar, se mostrou uma grande amiga e um ser humano magnífico, ao qual sou grato por ter ao meu lado.

À Rachel e meu grupo de pesquisa, que tanto contribuiu com a construção de conhecimentos ao longo do ano.

A Cícero e Eliete, pela disponibilidade, carinho, atenção e zelo que tiveram comigo, sem vocês este trabalho não aconteceria. Sou grato também por poder fazer parte desta história tão bela que é o Santa Clara, e que, através de vocês, pude me aprofundar; muito obrigado.

A CAPES pelo incentivo e pela bolsa que possibilitou a realização deste trabalho.

À Márcia Tassinari e à Mariangela da Silva Monteiro, por comporem a banca desta pesquisa e contribuírem para a promoção deste trabalho. A Andrea Seixas por suas contribuições na qualificação dessa pesquisa e Tereza Erthal que fez parte na minha formação em Psicologia Existencial.

À Rosiane Rigas, minha grande amiga que foi fundamental para eu dar início ao mestrado, e todas as ajudas que me proporcionou ao longo da pesquisa, muito obrigado pelo carinho de sempre.

À minha mãe Fátima Bräscher, que jamais duvidou de mim e sempre cultivou a esperança, o amor e o carinho, me ajudando, com isso, a alcançar meus objetivos.

Ao meu pai José Augusto Sá Bräscher (em memória), pelo exemplo de vida que me deixou, ajudando-me a forjar o homem que sou hoje.

Aos meus irmão e familiares, que torcem, se alegram com as minhas conquistas e sofrem com as minhas derrotas, que junto aos meus pais, me ensinaram o sentido de família, tão discutido neste trabalho.

À Flaviana Pereira, pela paciência, leituras, pela força, companheirismo e carinho ao longo desta trajetória. Aos amigos verdadeiros, pelas conversas, revisões, dicas e contribuições dadas ao meu trabalho, em especial a Wilton Palha, pela força e o carinho na revisão de português deste pesquisa.

A todos que participaram e contribuíram, direta ou indiretamente, minha sincera gratidão.

## Resumo

Bräscher, Renato Luiz Fonseca; Zamora, Maria Helena Rodrigues Navas. **A “Família Santa Clara”: Um estudo sobre uma Experiência de acolhimento.** Rio de Janeiro, 2017, 116p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O Santa Clara foi uma instituição de acolhimento infantil que funcionou de 1987 até 2010 e construiu, ao longo desses anos, uma forma particular de funcionamento, pois rompia com os modelos legalmente previstos. Seus membros se intitulavam como “Família Santa Clara”, e se organizavam como tal, tendo irmãos mais velhos e novos, tios e tias e um casal como pais. Eles abriram mão de suas atividades profissionais para acolher o desafio de estar à frente de uma instituição de acolhimento realmente singular. Iniciamos esta pesquisa visando a explorar as características que diferenciava o Santa Clara das demais instituições, entender o que era família para eles e como se organizavam. Para alcançar esses objetivos, tomamos por referência o ponto de vista do casal Cícero e Eliete, fundadores do projeto. Através de entrevistas semiestruturadas, analisamos seus conteúdos para melhor entender a proposta. Com isso, emergiram categorias como: liberdade, menorismo, educação, capacidade de sonhar e, claro, família. Essas categorias ampliaram para nós as discussões sobre o acolhimento e o cuidado com crianças que permanecem por muito tempo em instituições, além de nos mostrar como é importante ouvir e dar espaço para que as crianças e adolescentes sejam livres e responsáveis. Diante disso, discutimos brevemente os modelos de acolhimentos legais, problematizando o conceito de família.

## Palavras-chave

Família; liberdade; acolhimento; singularidade; crianças e adolescentes; instituição.

## Abstract

Bräscher, Renato Luiz Fonseca; Zamora, Maria Helena Rodrigues Navas (Advisor). **The “Santa Clara Family”: A Study on a Reception Experience.** Rio de Janeiro, 2017, 116p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Santa Clara was a residential home for children that was open from 1987 to 2010 and built, over the course of those years, a particular way of working, as it broke with the legally established models. Its members called themselves the "Santa Clara Family," and organized themselves as older brothers and sisters, uncles and aunts, and a couple as parents. They quit their professional activities in order to meet the challenge of being at the forefront of a truly unique institution. We started this research seeking to explore the characteristics that differentiated Santa Clara from other institutions and to understand what the concept of family was for them as well as how they organized themselves. In order to achieve these goals, we take as a reference the point of view of Cícero and Eliete, the founders of the project. Through semi-structured interviews, we analyze the information provided by them to better understand their proposal. Thereby, some categories emerged: freedom, minorism, education, ability to dream and, of course, family. These categories have broadened our discussions about fostering and caring for children in institutions for a long time, and have also shown us how important it is to listen and give space for children and adolescents to be free and responsible. Given this, we briefly discuss the legal fostering models, problematizing the concept of family.

## Keywords

Family; freedom; fostering; singularity; children and adolescents; institution.

## Sumário

Introdução	9
1. O Santa Clara	13
1.1 As crianças	20
1.2 Um pouco sobre o acolhimento infantil no Brasil	23
1.3 O caminho dos sonhos	30
2. A “Família Santa Clara”	36
2.1. A família ao longo dos anos	36
2.2 Família Pobre	42
2.3 Família Comunitária	47
3. Liberdade	53
3.1. Liberdade e Comunidade	57
3.2. Autoconsciência e Respeito	60
3.3 Amor: um caminho de liberdade	66
3.4 Identidade livre	69
4. Análise das entrevistas e discussão	73
4.1 Educação	73
4.2 Liberdade	80
4.3 Família	84
4.4 Menorismo	88
4.5 Sonhar	92
Considerações finais	97
Referências bibliográficas	101
Anexos	107

## Introdução

Nosso trabalho tem como objetivo estudar uma instituição de acolhimento chamada “Projeto Santa Clara”, seu funcionamento, os vínculos ali criados e sustentados e o conceito de família dentro dessa instituição. Ela começou em 1987 e se estendeu até o seu encerramento, por ordem judicial, em 2010, tendo atendido a mais de 1500 crianças e adolescentes.

Ao longo de sua existência, tivemos a oportunidade de conhecer o Projeto ainda através de visitas durante o curso de graduação em Psicologia na PUC-Rio. Diante do conhecimento prático da instituição, a partir de 2008, ficamos cativados pela sua forma de gerir as relações e a si própria. Com o fechamento em 2010 – e sabendo que o Santa Clara nunca havia sido compreendido em sua singularidade – nos sentimos no dever de buscar compreender o que era a instituição, extraindo de suas práticas os pontos positivos que foram um diferencial para o acolhimento infantil. A partir disso, demos início a essa pesquisa exploratória, estudando esse modelo de acolhimento e família que era o Santa Clara.

Começamos entendendo que a faixa etária para o acolhimento não era definida, recebendo desde bebês de três meses até todos estarem “*prontos para a vida*” (NOVAES, VILHENA, MOREIRA E ZAMORA, 2009, p. 3). Ou seja, ao contrário do que acontece na previsão legal do acolhimento institucional, ao completar 18 anos, os jovens não eram desvinculados. Muitos permaneciam na instituição até serem capazes de se estruturarem profissional e financeiramente.

Segundo os autores estudados, a filosofia de pensamento dessa instituição era a vida familiar, com todas as inferências que essa proposta traz consigo, isto é, existiam deveres, regras, regalias e o mais importante para eles: o afeto. Nesse princípio, todas as relações amorosas de cunho sexual eram proibidas entre os acolhidos, tendo em vista que esse tipo de relação na família seria incestuosa. A educação era muito valorizada na instituição e todas as crianças frequentavam a escola; o índice de reprovação dos alunos em todas as séries era de apenas de 2%. Partindo desse princípio, todos os que desejassem ingressar em uma universidade, poderiam fazê-lo; outra opção era a formação técnica.

Além das funções familiares de pequenos trabalhos domésticos, como arrumação de casa, ajuda dos “irmãos” mais velhos aos mais novos com atividades

escolares, o Santa Clara possibilitava uma série de afazeres culturais para os seus membros, tais como: espetáculos de música, dança, teatro e cinema; atividades preparatórias para o mercado de trabalho (cursos de informática, idiomas, agricultura, confecção e marcenaria, por exemplo) e ocupações voltadas para o autoconhecimento que estimulassem o desenvolvimento do potencial criativo, como aulas de dança, yoga, música e oficinas de arte. Tudo isso era realizado com a premissa de que tais atividades “recuperariam a autoestima e ajudariam na reestruturação emocional dessas crianças, além da possibilidade de um caminho de vida pela arte”<sup>1</sup>.

A maior parte das crianças e adolescentes do Santa Clara estava afastada de sua família de origem em razão de processos jurídicos, envolvendo situações diversas de violação de direitos. Não podendo permanecer em casa, eram encaminhadas para essa instituição enquanto aguardavam sua família de origem poder recebê-los novamente, ou serem encaminhados para uma possível adoção. É importante destacar que o encaminhamento para as famílias de origem só eram feitos quando não havia prejuízo para a criança. O projeto contava ainda com atendimento psicológico e pedagógico na construção de um espaço de ressignificação das questões emocionais e intelectuais – por vezes traumáticas – das crianças<sup>2</sup>. A fim de promover os direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como base a organização familiar citada, o Santa Clara tinha “como objetivo recuperar e reinserir esses jovens na sociedade como cidadãos conscientes e participativos”<sup>3</sup>.

Contudo, em 2010, a Justiça declarou o fim da Família Santa Clara como instituição de acolhimento, pelo fato dela não se enquadrar nas características de um abrigo (como se definia à época) ou de uma família acolhedora. Tampouco foi entendida como uma família extensa<sup>4</sup> ou como uma família adotante. Afinal, que *família* era o Santa Clara?

---

<sup>1</sup> Essas informações foram retiradas do site da instituição estudada. Em: <<https://familiasantaclara.wordpress.com/>> Acessado em: 07/09/2015.

<sup>2</sup> Em: <<https://familiasantaclara.wordpress.com/>> Acessado em: 07/09/2015.

<sup>3</sup> Em <<https://familiasantaclara.wordpress.com/>> Acessado em: 07/09/2015).

<sup>4</sup> Família Extensa é aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade (art. 25, parágrafo único, ECA.)

A família Santa Clara traz, em seu modelo de acolhimento, características que a diferem das demais instituições dessa área. Para podermos discutir e problematizar as diferenças de uma maneira construtiva é preciso compreender quais as referências legais (definidas pelas leis brasileiras), que definem as instituições que acolhem e amparam crianças e adolescentes. Quando falamos de acolhimento, nos deparamos com duas modalidades judicialmente estabelecidas na Constituição Federal<sup>5</sup> (Estatuto da Criança e do Adolescente), que são o Acolhimento Institucional e o Acolhimento Familiar.

O Santa Clara nunca se enquadrou dentro das definições legais existentes. Ele desenvolveu uma forma única de funcionamento e não foi compreendido, em sua singularidade. Contudo, o trabalho com as crianças foi reconhecido internacionalmente e os números comprovam que a instituição contribuía para uma melhora de vida significativa das crianças e adolescentes que por lá passaram.

Visando compreender o que era o Santa Clara, demos início a essa pesquisa entrevistando o casal fundador: Cícero de Castro Rosa e Eliete de Castro Rosa<sup>6</sup>, utilizando como instrumento a *análise de conteúdo* de Laurence Bardin, utilizando seis entrevistas semiestruturadas e o diário de campo dos nossos encontros. As entrevistas aconteceram na casa do casal em Vargem Grande, sempre acompanhado de uma recepção calorosa, muito familiar, a qual nos sentimos “*parte de casa*”. Ressaltamos esse fato, pois a própria maneira como fomos recebidos, denota o quão acolhedores são Cícero e Eliete.

Ao longo da pesquisa, tivemos acesso a materiais do projeto, jornais, DVDs e relatos de membros do Santa Clara, que junto às entrevistas e aos diários de campo que fizemos durante as idas à casa do casal, construímos um suporte de dados para consolidar essa pesquisa. Para construir um caminho de conhecimento e reflexão sobre o Santa Clara, diante de tudo que apresentamos até agora, dividimos esta dissertação em quatro capítulos.

O primeiro capítulo traz a história do projeto, destacando suas

---

<sup>5</sup> **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

<sup>6</sup> Os entrevistados permitiram a identificação completa de seus nomes e outros dados que aparecem no trabalho.

características e formas de funcionamento, e aborda também perspectivas legais do acolhimento infantil no Brasil, seus ideais e suas práticas reais.

O segundo capítulo da dissertação problematiza os vários conceitos de família, a fim de compreender a definição de família utilizada no Santa Clara. Nesta parte do trabalho, vamos mapear como se construíram as diferentes perspectivas de família e quais são as características que se aproximam da instituição estudada.

O terceiro capítulo aborda o tema da liberdade dentro da instituição estudada, a fim de analisar como é construída essa característica que aparece de forma tão significativa na Família Santa Clara. Para esse estudo, nos apoiaremos nos pressupostos existentes de Jean Paul Sartre (1997) e Viktor Frankl (1987) sobre o conceito de liberdade, responsabilidade e outras leituras dos autores.

No quarto capítulo, traremos os resultados das análises do material estudado, bem como as discussões sobre as categorias que se apresentaram durante as entrevistas e sobre outras que emergiram.

Concluimos com as considerações finais deste trabalho, que visa contribuir para as discussões acerca do acolhimento infantil, gerando questões e possíveis ideias práticas para o tratamento das crianças e dos adolescentes acolhidos, a partir da pesquisa aqui realizada.

# 1 O Santa Clara

Para narrar um pouco da história do Santa Clara, tomaremos como referência a perspectiva dos fundadores do projeto de acolhimento infantil. Com isso utilizaremos trechos das entrevistas com eles realizadas, além de contar também, como fonte de informação, com os documentos produzidos ao longo da existência da iniciativa, material cedido pelo casal fundador. Também contaremos com artigos e estudos já realizados sobre o projeto.

O Santa Clara nasceu em 1927, em Campos do Jordão, no estado de São Paulo. Na época era chamada de “Associação Santa Clara”, que tinha como finalidade, receber crianças filhas de pais tuberculosos ou com risco de contrair tuberculose. Ela se estendeu até a Paraíba do Sul, no interior do Estado do Rio de Janeiro, até se alocar em Vargem Grande, onde permaneceu até o seu fechamento em 2010.

Com o desenvolvimento de medicamentos e cuidados com a população, a tuberculose, como uma questão de saúde infantil, foi sendo minorada e substituída por situações de miséria, abandono e violência. Nesse momento, o Santa Clara modificou sua forma de funcionamento, tornando-se um espaço de apoio assistencial para crianças em situação de abandono. É desta fase que trataremos no presente trabalho.

Eliete Rosa e Cícero de Castro foram o casal responsável pelo projeto durante seu perfil assistencial a crianças em situação de abandono. Em entrevista, o casal nos revela que o desejo de criar um local que ampliasse a sua família para outras crianças já existia antes mesmo do Santa Clara. O casal já fazia movimentos para encontrar um lugar que proporcionasse um espaço de ação social; nesse período eles pleiteavam construir uma biblioteca, como diz Cícero, em que: *“a classe média financeira uma parte, para que os meninos pobres pudessem frequentar essa biblioteca; e essas crianças morariam com a gente, caso elas não tivessem famílias”*.

Eliete conta que os dois pensaram, inclusive, em adotar 20 crianças para montar uma “grande família”, porém isso não era legalmente viável. Frente a esses desejos, e sabendo disso, uma amiga de Cícero lhe fez o convite para que ele tomasse à

frente da Associação Santa Clara e, em 1987, o casal aceitou esse desafio. Nesse período, o Santa Clara era um sanatório para tuberculosos. Ao chegar na fazenda que abrigava a Associação, Eliete assim descreve a situação que se encontravam as crianças ali residentes:

“Nós fomos até lá e encontramos três crianças em uma situação horrível, porque estavam em um quatinho de 3x3 metros hiperfocado, totalmente abandonados. A única pessoa que cuidava deles era o rapaz do curral que tirava leite, e estas crianças comiam a comida que a mulher desse rapaz fazia. Essas coisas me chocaram e tudo me fez ver que poderia fazer muita coisa. Então, tivemos a ideia de fazer um projeto do nosso jeito. Fizemos o Projeto Santa Clara. Abrindo um parênteses, uma das coisas da nossa reflexão em começar o Santa Clara foi a certeza de que os trabalhos institucionais eram muito falhos, porque não respeitavam o que a criança precisava mais profundamente, que era afeto, ouvido, carinho” (MORENO, 1999, p. 27)

Após esse primeiro contato, o casal assumiu o Santa Clara e o reformulou como projeto de acolhimento. Ambos afirmam que nunca pensaram em construir uma instituição de acolhimento infantil, e sim de estender a sua família a outras crianças que precisavam de afeto: “*O Santa Clara foi criada nesse sentido, em darmos uma família na troca de recebermos outra*” (Cícero). Após a entrada de Cícero e Eliete, no período de seis meses já contavam com um grupo em torno de sessenta crianças.

Na época, as discussões sobre as instituições do tipo FEBEM, verdadeiras prisões infantis, eram comuns, tendo por consequência, muitas vezes, o fechamento destas, o que teve seguimento depois, sob o reordenamento previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Com esses espaços sendo aos poucos fechados, as crianças precisavam ser realocadas e muitas foram para o Santa Clara, que os acolheu sem distinções, nem de suas origens, nem de idade. Esse último ponto é importante, pois nunca houve uma “triagem” das crianças, todas eram recebidas sem diferenciações. Esta se tornou uma marca do funcionamento do Santa Clara.

Dessa forma o Projeto ganhou seus primeiros formatos em busca da criação de um espaço familiar para as crianças e adolescentes que sofriam, por não terem seus direitos preservados, pela falta de carinho, afeto e todo o tipo de violências. Na descrição do Projeto (anexado ao final) podemos compreender um pouco da filosofia que o embasava:

“O Projeto Santa Clara está centrada em eixos que se cruzam e se completam, com vistas a um mesmo objetivo. São eles: família, a restauração dos valores humanos, educação formal e informal, ampliação do conhecimento, acesso aos bens culturais, formação integral do homem => cidadania consciente e participativa. O trabalho voltado para a formação integral do homem, passa, antes de mais nada, pela criação de laços fortes que, através do afeto, possibilitem a reestruturação emocional da criança/jovem, dando-lhe segurança e

permitindo-lhe a recuperação da autoestima. Passa, ainda, pela construção de um sonho individual capaz de impulsionar a luta pelo futuro. Respeito, liberdade, amor, companheirismo, trabalho, cooperação, etc. São elementos fundamentais ao fazer-se diário do Projeto Santa Clara” (ANEXO 1).

Sob esses pilares, o projeto foi fundado, o que transformou as dinâmicas anteriores do Santa Clara e influenciou os arredores do Projeto. Eliete nos contextualiza sobre o panorama político e social da época. Ela conta que as escolas rurais só formavam os alunos até a quarta série, com a justificativa de que “*isso era suficiente para eles*” (Eliete). A forma de trabalho predominante era uma continuidade do sistema escravagista, no qual os grandes coronéis detinham o poder local, terras e estabelecimentos. Seus funcionários trabalhavam com salários pequenos e gastavam o dinheiro nas lojas dos mesmos coronéis. Devido ao alto valor das mercadorias, mesmo mais simples, os trabalhadores criavam dívidas que os prendiam ao trabalho, de tal maneira que grande parte do salário era dedicado as dívidas e o resto à formação de novas dívidas. Era muito comum que os filhos dos trabalhadores também trabalhassem nessas fazendas, com a justificativa de abater os valores devidos. Esse ciclo estabelece uma lógica de poder classista e discriminatório, sem maiores perspectivas de mudança para os trabalhadores e crianças locais.

Em resumo, era um ambiente em que o poder era fixado na mão de poucos coronéis, e que através desse poder construía lógicas que defendiam seus interesses, desde o ciclo de dívidas até uma formação precária das crianças locais. Esse modelo restringe a liberdade, dificulta o acesso à informação e molda os cidadãos pelo medo.

Eliete conta que o Santa Clara influenciou a vida das crianças e da comunidade. Frente o sistema social estabelecido, o projeto começou a empregar as mulheres dos trabalhadores, que recebiam um salário mínimo em suas mãos. Esse dinheiro rendia muito, pois estava livre de dívidas. Ela conta ainda que após um período, ainda conseguiram disponibilizar um caminhão que vendia mercadorias no atacado, o que fazia com que as compras fossem muito mais econômicas, que o dinheiro rendesse e pudesse ser investido em outras coisas. Tais movimentos começaram a mudar o panorama social local, pois agora as mulheres tinham dinheiro e a família podia comprar em outro lugar, fato este que diminuía as dívidas e aos poucos enfraquecia

o ciclo vigente.

Outro acontecimento muito importante de mudança social aconteceu nas escolas, diante das limitações educacionais, Cícero e Eliete buscaram junto à Secretaria Estadual de Educação a possibilidade de assumirem uma escola, pagando todos os funcionários e reformulando o ensino fundamental. Conseguiram formar uma escola que ia até a oitava série, com supletivo e educação para adultos. Isso modificou ainda mais o contexto socioeconômico da localidade.

Moreno (1999, p.32) apresenta uma fala de Cícero sobre as mudanças sociais exercidas pelo Santa Clara.

“Tínhamos uma escola pública dentro da fazenda para a qual o Estado não nos dava professores. Então, tivemos que desembolsar um dinheiro para pagar a 19 professores, fazer uma rede curricular de 33, de acordo com a estrutura da fazenda e investir muito em educação das crianças. E essa escola funcionava de 7h da manhã às 17h da tarde. Aqueles professores que eram de 1ª a 4ª série, ficavam a semana inteira, dormiam no projeto, faziam apoio escolar com as crianças. Era um negócio legal! Era uma Universidadezinha. A casa funcionava mesmo e passou a ser centro dos peões das outras fazendas, ensinando e alfabetizando. Além de alfabetizar, de ensinar, a gente discutia a Constituinte, porque nessa época estava saindo a Constituição. Foi uma coisa muito bonita porque teve colono que chegou no patrão e pediu seus direitos. Muitos viviam uma contradição porque as esposas trabalhavam com a gente, ganhavam um salário mínimo limpo, tinham carteira assinada e eles recebiam vales do patrão. E com as esposas trabalhando, ganhando um salário limpo, eles passaram a ter um mínimo de dignidade. A repercussão desse trabalho ameaçou entidades ruralistas locais que culpabilizaram o esclarecimento e a educação dos peões, pelas reivindicações legítimas que não estavam dispostos a atender”.

Podemos notar como a valorização da mudança através da criação de possibilidades era um fator marcante na instituição, e como ela se utilizava de micropoderes (FOUCAULT, 1979) para exercer uma modificação social mais ampla. Moreno (1999) ressalta ainda que todas essas mudanças tiveram consequências. O projeto sofreu represálias do grupo dominante local, naquela época sob a liderança da UDR (União Democrática Ruralista) que chegou, segundo o depoimento dos fundadores, a incendiar dois carros de propriedade do Projeto e de intimidá-los verbalmente. Porém, mesmo diante das pressões contrárias, eles continuaram. Cícero ressalta que, além das atividades culturais, eles tinham boas relações que os ajudavam a lidar com esses jogos de poder. *“Eu estava vinculado a pessoas influentes da cidade, percebia que lá [Paraíba do Sul] as crianças eram mais protegidas do que aqui, proteção invisível” (Cícero).*

Além das questões políticas que citamos acima, o Santa Clara ainda precisou

vencer os preconceitos sociais, pois, por se situar em uma cidade interiorana do estado do Rio de Janeiro, o poder do estereótipo era muito forte. As crianças vindas de antigas “reformatórios”, eram mal vistas na cidade e discriminadas pelo seu passado. Eliete cita um pequeno exemplo de atividades que foram criadas visando integrar a comunidade ao projeto e desconstruir essas imagens: *“No final do dia, muitos trabalhadores iam para a fazenda jogar futebol [com os meninos], e ali não eram mais infratores, eram jovens e homens jogando bola. Isso ajudava a desconstruir a imagem que eles carregavam” (ELIETE)*. Isso deu a possibilidade de tirar deles o peso e a marca de suas histórias.

Ainda dentro da relação entre o Projeto e a comunidade, Eliete ressalta: *“Não se pode criar um filho sem ele estar em contato com a comunidade”*. É importante lembrar, que seus filhos biológicos viviam integrados com as crianças do projeto, dividindo quarto, atividades, funções e é claro, a atenção dos pais. A partir disso, nos foi possível perceber o porquê da atuação comunitária da instituição estudada. Ela visava à integração das crianças e adolescentes com a comunidade, e por consequência modificava a mesma. O Santa Clara tornou-se um espaço cultural, com noites de cinema, de músicas e festas para as crianças ou eventos com temas culturais locais como a “Calangada”, festas juninas e outras.

A mudança para a cidade do Rio de Janeiro aconteceu em virtude de uma alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pois este afirmava que a criança infratora ou abandonada deveria ser assistida no seu estado de origem. Como 90% das crianças eram do Rio de Janeiro, eles retornaram à capital. Nesse período já existia um “núcleo Rio”, para os adolescentes que estavam dando continuidade aos estudos, que não encontravam opções na Paraíba do Sul. Eles iam ao Rio de Janeiro cursar o Ensino Médio ou fazer faculdade, e ficavam em um apartamento dividido entre os adolescentes estudantes. Diante da grande quantidade de crianças, um apartamento tornou-se insuficiente, com isso, todos se mudaram para Vargem Grande. O casal nos conta que precisaram requisitar a guarda de algumas crianças que não eram do Rio e não tinham para onde ir. Após a mudança para o Rio, se estabeleceram em uma casa em Vargem Grande até precisarem se mudar novamente para outra casa, ainda em Vargem Grande, onde permaneceram até o seu fechamento.

Essas mudanças trouxeram, não somente a novidade nas rotinas, mas as dificuldades que a violência de uma cidade grande traz em si. Para crianças e adolescentes que já haviam tido contato com o tráfico, com drogas e violência urbana, estar próximo (fisicamente), novamente era um desafio novo ao projeto.

“Até que ponto a gente vai ficar frente a frente com os problemas anteriores deles e eles vão continuar mantendo esta nova opção de vida? Quando você está num jogo perigoso, tem de estar preparado para passar perto dele a vida inteira e não cair nele de novo. Esconder, sair fora não é a solução. A fuga soluciona por um período, mas, não para a vida toda. E eu acho que a gente tem tido sucesso nisso”. (ELIETE, *apud*. MORENO 1999)

Nesse período, as crianças estudavam nas escolas públicas do bairro, e o próprio Santa Clara abriu as portas, mais uma vez, para a comunidade local, permitindo a eles o acesso a aulas de dança, datilografia e informática. Essas medidas integrativas modificavam a relação das crianças com o “mundo real” e da comunidade com as crianças, mais uma vez, ajudando na desconstrução de estereótipos presentes nos dois lados (MORENO, 1999).

A cidade grande trouxe diversas dificuldades, porém ela proporcionou um outro lado também: a visibilidade. Foi nesse período no Rio de Janeiro que o Projeto também conquistou o reconhecimento internacional. Em 1996, o Projeto Santa Clara recebeu apoio da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) sendo escolhido como um dos seis melhores projetos sociais do mundo.

Como podemos ver, o resultado desse projeto foi amplamente satisfatório, em seu *site*<sup>7</sup> obtemos os dados referentes a outros resultados: mais de 90% dos mais de 1.500 jovens que já fizeram parte da Família Santa Clara conseguiram recompor favoravelmente sua trajetória. Hoje muitos estão formados e constituíram suas próprias famílias.

Nos anos seguintes o Santa Clara permaneceu desenvolvendo seu trabalho de acolhimento, em 1997 o projeto contava com escola de paisagismo, escolinha de circo, um espaço de criação de abelha e ervas medicinais dentre outras atividades. Com 13 anos de existência, em 2000, o projeto já contava com resultados muito positivos, como jovens que já estavam adultos, muitos formados, trabalhando e

---

<sup>7</sup> <https://familiasantaclara.wordpress.com>. Acessado em: 02/06/2016

estavam constituindo as suas próprias famílias, dentre muitos que conseguiram reatar os laços com suas famílias de origem.

Em 2006, já contavam com aulas de informática, esportes e lutas, além de preparações especiais para a vida profissional através da agricultura, confecções e da própria informática. Entretanto, o sustento financeiro sempre foi difícil, nesse mesmo ano o Santa Clara contou com projetos junto a empresas para conseguir subsídios para se sustentar. Alguns anos depois, participou de um programa de televisão da emissora Rede Globo, chamado “Agora ou Nunca”, como parte de uma campanha nacional para conseguir fundos para seu auto sustento.

O Santa Clara continuou em funcionamento até o ano de 2010. Então, sob ordem do Ministério Público foi fechado, tendo como alegações o fato de que a instituição não atendia às definições legais do Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outras razões. Após o fechamento, as crianças foram enviadas para outras instituições de acolhimento. Uma criança com deficiência foi adotada pelo próprio casal, apesar do Projeto e o casal não serem considerados adequados para fornecer cuidados necessários. Os mais velhos, homens e mulheres, deram continuidade às suas vidas fora das instituições. Até hoje, grande parte dos ex-membros do Santa Clara mantêm contato entre si e com Cícero e Eliete.

Em uma das entrevistas, tivemos a chance de participar de um almoço de família composto pelos filhos biológicos e os filhos de Santa Clara, que foram visitar os “pais” em um almoço de domingo. Dessa forma pudemos perceber na prática como se aplica o conceito de família, para eles. Mesmo tendo a instituição encerrada, ficou claro que os vínculos permaneceram pautados nos valores antes experimentados. E para entender as construções vinculares, que permaneceram independente do fechamento da instituição, precisaremos entender quem eram as crianças que participavam do projeto.

## 1.1 As crianças

As crianças que chegavam ao Santa Clara haviam passado por diversas

situações de violência e abandono, em estado de sofrimento intenso e de grande vulnerabilidade. A grande maioria das crianças chegavam por encaminhamento da justiça, outras chegaram a bater na porta e pedir para ficar e existiam casos de pais que deixavam lá seus filhos, a fim de encontrar ajuda nos cuidados dos mesmos. Para colaborar no auxílio às questões emocionais que as crianças apresentavam, o projeto dispunha do apoio da PUC-Rio para o suporte psicológico. Devido a essa ligação podemos contar com alguns estudos de psicólogos e psicanalistas sobre a instituição em questão. Em um trabalho sobre a clínica psicanalítica com crianças que passaram por situações de risco, Novaes, Vilhena, Moreira e Zamora (2009) apontam para o perfil das crianças ali atendidas:

“Uma das maiores perplexidades quando do início do atendimento (ainda na PUC em 1995) era tentar responder como essas crianças abusadas sexualmente desde os quatro anos, prostituídas desde os oito anos, viciadas em cola, cocaína ou crack, abandonadas pelas ruas desde os três anos, crianças que viram mães e pais serem degolados, queimados, irmãos mortos pelo narcotráfico ou pela polícia - ou seja, crianças que estão expostas a todo um circo de horrores que, quando tão próximos de nós, em nada se assemelha ao que tomamos conhecimento pelos jornais, tv e literatura - resistem a isso tudo? Como não são todas psicóticas? Como conseguem ter esperança? Que destino psíquico lhes está reservado?” (p.2)

Brown (2013), em seus estudos sobre vulnerabilidade, nos revela que o afeto e a aceitação são fundamentais para todas as pessoas. A autora destaca ainda a importância dos vínculos com as pessoas a nossa volta e diz que quando o sujeito não experimenta a construção vincular, a aceitação e o afeto, ele enfrentará um contato intenso com o sofrimento emocional. Por conseguinte, estar vulnerável sem a perspectiva de ressignificar essa vulnerabilidade é amplamente prejudicial para a construção psíquica. Era dessa forma que as crianças chegavam ao Santa Clara.

Novaes, Vilhena, Moreira e Zamora (2009) comentam um pouco da experiência que tiveram com as crianças: “Mas desde o primeiro contato já começa a lição e o aprendizado. Espertas, malandras, sedutoras e criativas (não há escola como a rua!) essas crianças sabem também como resistir aos embates, e buscam, de diferentes formas, conseguir o que desejam.”(p.4)

O abandono e o descaso trazem consigo a experiência da dor, que marca as relações das crianças e adolescentes que passaram por essas vivências. Isso faz com que tal experiência seja rejeitada, mesmo quando ainda não foi vivida. Como forma de defesa, criam entre si um saber que lhes pertence, um mundo próprio, que só será

partilhado com aqueles que provarem serem dignos de confiança. Em outras palavras, só os que verdadeiramente não os abandonarão. (NOVAES, VILHENA, MOREIRA, E ZAMORA, 2009).

Tais meninos e meninas, como já dissemos, não eram previamente selecionadas, pois o projeto não contava com um mínimo ou máximo de idade para receber as crianças e adolescentes: *“Sem faixa etária definida, pois acolhe desde bebês de 3 meses até todos estarem "prontos para a vida"”* (NOVAES, VILHENA, MOREIRA, E ZAMORA 2009, pag. 4) – e todos conviviam. Além disso, os jovens de 18 anos não eram desligados com a maioridade; pelo contrário, tinham muitas vezes a possibilidade de desenvolver um trabalho com os demais na própria instituição e continuar seus estudos. Essas características rompem com as propostas instituídas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o que tirava do Santa Clara qualquer definição formal de instituição de acolhimento e fazia dele um projeto singular, não formalmente definido.

Buscando compreender quem eram aquelas crianças que lá adentravam, e o que acontecia com elas, pudemos perceber através de trechos da entrevista com Eliete, o quanto o Santa Clara causava perplexidade aos próprios operadores de justiça e outras áreas que com ele conviviam. Em um diálogo com o juiz Siro Darlan (atual Desembargador), Eliete ressalta a colocação do Desembargador, que encaminhou uma criança: *“Há três anos eu trouxe esse menino, que saiu na capa do jornal com uma metralhadora na mão... agora ele está aqui: é só uma criança, não é mais um infrator ou criminoso”*. Crianças que passaram pelo crime, abandono, algumas que tinham deficiências físicas, outras que eram consideradas “sem jeito”, irrecuperáveis, marcadas pelo sofrimento em muito pouco tempo de vida, conseguiram encontrar novos caminhos para suas vidas através de suas vivências no Santa Clara.

Diante das questões apresentadas, podemos pressupor que, a falta de uma regra para receber as crianças e adolescentes levava o projeto a encontrar maneiras criativas de lidar com tantas diferenças como: idade, história e sexo. Talvez o grande ponto em comum de todos era o histórico de falta e abandono que eles viveram. Frente a isso, Eliete ressalta um ponto que para ela era fundamental na formação das crianças.

“Uma coisa muito importante, foi sempre trabalhar com eles o perdão. Uma das coisas que mais movem, principalmente, crianças infratoras é a raiva, o ódio sobre os seus pais. Porque a sociedade fala: Não teve pai, não teve família, mas nunca se questionam porque as famílias agiram assim. Todo mundo é mau. E nem sempre é isso, a vida é má, as circunstâncias são terríveis. Você abandona uma criança achando que vai fazer o melhor, só que geralmente não é. Foi um pouco tentar compreender essas histórias. Falar da família anterior sempre foi muito difícil, mas é uma coisa que explode de repente” (ELIETE).

Winnicott (1983) afirma que o lar é fundamental na constituição do sujeito. O autor ressalta que os movimentos de desunir, destruir, amedrontar, cansar, desperdiçar, seduzir e apropriar-se das coisas é comum a qualquer criança com confiança em seus pais, e se o lar é capaz de suportar tais comportamentos, a criança tende a acalmar-se através das brincadeiras. Todos esses pontos caracterizam aquilo que por vezes define uma criança como “infrator”, ou seja, a falta de um suporte apropriado nesse período cria na criança um estado de insegurança proveniente da falta de limites acolhedores. Winnicott (1983, p257) afirma ainda, que a criança vai em busca desses limites, buscando cada vez mais aquela mãe que um dia o conteve e lhe deu atenção, porém agora não está mais presente. Dessa forma, a falta de atenção e limites é geradora de comportamentos considerados antissociais e a raiva diante da frustração do cuidado torna-se evidente.

Trabalhar um olhar compreensivo sobre as famílias de origem parece ser um dos caminhos para a reconciliação com tais sentimentos e pessoas que se construíram frente a falta. O perdão que Eliete cita, funciona como um instrumento de ressignificação das histórias de vida, além do efeito catártico de expressarem aquilo que por tanto tempo carregaram sem ter com quem dividir. Esse movimento no Santa Clara sempre aconteceu com muita liberdade: “*A gente nunca forçava eles a falarem*” (ELIETE). O tempo para partilhar a própria vida era pessoal. Esse respeito, é muito citado pelo casal fundador, e para mantê-lo vivo eles nunca perguntavam nada sobre a história das crianças que lá chegavam. Era como se eles estivessem nascendo novamente a partir de sua entrada na instituição, as histórias e demandas iam aparecendo, naturalmente, frente a construção vincular e da solidificação da confiança nas relações: “*Eu não pergunto às minhas crianças por que elas estão ali, se estão, é porque precisam*” (CÍCERO).

O pedagogo Antônio Carlos Gomes da Costa (1991) salienta também a importância do perdão, devido ao fato do crescente número de crianças e

adolescentes que necessitam de ajuda e apoio, que sejam para problemas pessoais e/ou sociais, para que possam superar barreiras em seu pleno processo de desenvolvimento como pessoas e como cidadãos. O autor destaca que o primeiro e mais decisivo ponto a ser vencido na vida desses jovens é o de sua reconciliação: consigo mesmos e com os outros. Assim eles serão capazes de enxergar o mundo de uma forma diferente, se colocando frente a ele por meio de suas potencialidades pessoais, a fim de construir um futuro cheio de significados.

## 1.2 Um pouco sobre o acolhimento infantil no Brasil

Se pensarmos o acolhimento de crianças como uma ação afetiva e educativa, não acreditamos que as internações em massa promovidas pelo Código de Menores de 1927, e de 1979 podem ter esse nome. Muito menos todo tipo de política de assistência à infância anterior a eles. Apenas com o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, podemos falar em acolhimento. Contudo, mesmo com a implementação do ECA, sabemos que ainda hoje ele não consegue ser aplicado em sua integridade e que, em muitas instituições de acolhimento, crianças sofrem com isso.

Não aprofundaremos o processo histórico dessas mudanças, porém é importante ressaltar a origem do processo de institucionalização do acolhimento. No Brasil, as primeiras legislações e ações gestadas pelo Estado eram destinadas às crianças pobres e infratoras; esse movimento passou a ocorrer a partir das primeiras décadas do século XX. Nesse período surgem discussões também a respeito do atendimento às crianças e aos adolescentes infratores, abandonados e carentes, pois, com a formação de alguns centros urbanos, cresciam os problemas causados por essa parcela da população, considerada como sendo um entrave ao sucesso no processo de desenvolvimento do país. Ou seja, o sistema de acolhimento no Brasil é uma diretriz para corrigir o comportamento indesejável de crianças e famílias de classes pobres da sociedade e também para prepará-las para o trabalho subalterno – responsabilidade assumida pelo Estado frente ao desconforto que a pobreza gerava (RIZZINI, 2011). Tais crianças e adolescentes pobres e em geral descendentes de indígenas e negros escravizados, eram chamadas de “menores” – um nome com um viés marcadamente pejorativo (RIZZINI, 2011, FONSECA, 2004), cujo uso

indevido persiste ainda hoje.

A marcada tendência à institucionalização massiva é importante e já manifesta em si o preconceito e a discriminação com a pobreza, que era composta por uma maioria de negros. Esse fato não se modificou completamente. O Instituto de pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizou uma pesquisa com 88% das 670 instituições que atendem cerca de 20 mil crianças e adolescentes, em 2003<sup>8</sup>, todas beneficiadas por recursos da Rede de Serviços de Ação Continuada (REDE-SAC) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). As instituições acolhiam, no momento da realização da pesquisa, 19.373 crianças e adolescentes<sup>9</sup>. Compondo esse público, 58,5% são meninos e 63,6% são negros. Do total de crianças e adolescentes, 61,3% têm entre sete e quinze anos. Ainda podemos ver o preconceito racial presente nos números, que mostram que ser negro ainda é sinônimo de inferioridade social, manifestada na pobreza.

Na verdade, entendemos que desde o Código de Menores, a preocupação nunca esteve no crescimento cidadão das crianças e adolescentes, e sim no possível efeito destrutivo delas na sociedade. “[...] ao zelar pela infância abandonada e criminosa, prometia extirpar o mal pela raiz, livrando a nação de elementos vadios, desordeiros, que em nada contribuíam para o progresso do país” (RIZZINI, 2011, p. 139).

Em 1990, após numerosas lutas e participação popular, foi promulgado o “Estatuto da Criança e do Adolescente [...] que:

*Contrapõe-se a um passado de controle e de exclusão social sustentado na Doutrina da Proteção Integral, o ECA expressa direitos da população infantojuvenil brasileira, [...] merecedores de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado; devendo este atuar mediante políticas públicas e sociais na promoção e defesa de seus direitos” (BRASIL, 1990a, p. 15).*

Distanciando-se das legislações anteriores, o Estatuto prevê que todas as crianças e adolescentes deixem de ser objetos de tutela do Estado (contudo o Estado tutela até os dias de hoje) e sejam realmente considerados sujeitos de direitos,

---

<sup>8</sup> Promovida pela então Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República, por meio da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança do Adolescente (SPDCA) e do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

<sup>9</sup>

destinatários da doutrina da proteção, com atendimento privilegiado e prioritário pelas políticas públicas.

Em sua política de atendimento, a garantia aos direitos das crianças e adolescentes deve articular ações dos Municípios, Estados e União e de organizações não governamentais. Ainda de acordo com o Estatuto, artigo 2º:

*“Considera-se criança a pessoa de até 12 anos incompletos, à qual só podem ser aplicadas as medidas de proteção, e adolescente a pessoa de 12 a 18 anos que é inimputável legalmente, contudo, encontra-se sujeito à aplicação das medidas socioeducativas. As medidas socioeducativas estão descritas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente e são: “I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semiliberdade; VI - internação em estabelecimento educacional” (BRASIL, 1990b, p. 39).*

Essas medidas têm como finalidade a reintegração social desses sujeitos, porém, apresentam também aspectos sancionatórios. As medidas socioeducativas, nos termos que preveem o Estatuto da Criança e do Adolescente, e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que regulamentou a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que pratiquem ato infracional, não deixam de se configurar como uma devolutiva à sociedade, que exige justiça quando se vê afetada pela violência gerada por adolescentes. Porém, a julgar pelas condições de internação, ainda são uma forma de isolar os adolescentes e resguardar a sociedade que os vê apenas como perigosos. Mais uma vez constatamos que a base para as ações com crianças e adolescentes, surgem das preocupações com a “sociedade” dominante e não com os “favorecidos pela lei” em si.

O acolhimento institucional encontra-se na *proteção social especial*, a qual se estabelece pela exclusão social e violação de direitos, como aponta a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004). Esse termo vai além da pobreza, miséria, indigência, desemprego e renda baixa, entre outros.

*“A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.” (NOB, 2005, p.37)*

A ênfase da proteção social especial deve priorizar a reestruturação dos serviços de abrigo de pessoas, que, por diversos fatores apresentados na

citação acima, não possuem a proteção e os cuidados da família. Conforme a PNAS (2004), a proteção social especial agrupa os serviços de média e alta complexidade. A média complexidade opera os serviços destinados a famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, o que implica em atenção especializada e individualizada com um acompanhamento sistemático e monitorado como: serviço de orientação e apoio sociofamiliar, plantão social, abordagem de rua, cuidado domiciliar, serviço de habilitação e a reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência e medidas socioeducativas em meio aberto.

A proteção social especial de alta complexidade prioriza a construção de novos modelos de atenção e/ou abrigo dos indivíduos que não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias. Os serviços garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido – para famílias e indivíduos que se encontram sem referência ou em situação de ameaça, necessitando ser retirado do convívio familiar e/ou comunitário (PNAS, 2004).

Conforme o *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária* (2006), existem vários serviços direcionados a esses indivíduos, tais como:

- Casa Lar: é um serviço de acolhimento que acontece em espaços residenciais, onde se pode contar com cuidadores que moram nessas casas. A finalidade deste trabalho é promover relações de proximidade ao ambiente familiar, gerando autonomia e integração junto à comunidade.

-Casa de Passagem: Este serviço é focado no retorno familiar ou encaminhamento para o acolhimento institucional, como o próprio nome sugere, ele tem curta duração e trabalha com diagnósticos efetivos.

- Abrigo institucional: É o serviço de acolhimento que proporciona um espaço de moradia e cuidado provisórios, até seja possível o retorno às famílias ou responsáveis. Nesta modalidade, o limite dos abrigos é de 20 crianças ou adolescentes em situação de moradia.

As entidades que desenvolvem acolhimento institucional devem proporcionar ampla assistência à criança ou adolescente, oferecendo acolhida,

cuidado e espaço para seu desenvolvimento. Destacam-se com o Artigo 92 do ECA, as atribuições das instituições de acolhimento. Os serviços da alta complexidade requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada.

O Plano Nacional citado anteriormente aponta a importação dos profissionais que trabalham nas instituições de acolhimento. Deverão realizar seleção criteriosa, realizar capacitações, formação continuada para toda equipe, habilidades práticas e estratégias de trabalho para garantir a qualidade do trabalho desenvolvido.

*O acolhimento familiar* é a outra modalidade de acolhida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Quando, por algum motivo, a criança e o adolescente precisam ser afastados de seu convívio familiar, eles podem ser recebidos e acolhidos por uma *família acolhedora* que irá se responsabilizar e cuidar de ambos, acolhendo-os em seu espaço familiar, até que a sua família de origem possa recebê-los novamente, ou seja necessário o encaminhamento para a adoção.

A família acolhedora voluntaria-se a acolher em seu espaço familiar, pelo tempo que for necessário, a criança e/ou o adolescente que, para ser protegido, foi retirado de sua família, respeitando sua identidade e sua história, oferecendo-lhe todos os cuidados básicos, bem como afeto, amor e orientação, favorecendo seu desenvolvimento e assegurando-lhe a convivência familiar e comunitária (VALENTE apud RIZZINI, 2006, p.61). É importante ressaltar que, isso não se configura como uma “adoção temporária” (VALENTE, 2006, P.53), na qual a criança passa a ser filha da família acolhedora; contudo, ela acaba por encontrar um espaço de afeto e convivência no centro dessa família que a acolhe. Desta forma, a família de origem, extensa ou parte da rede significativa da criança e do adolescente, não é entendida como família acolhedora, mas sim como importante recurso a ser utilizado no processo de reintegração familiar que já se inicia com a entrada da criança/adolescente no programa de proteção (VALENTE, 2006, P.57). O acolhimento familiar visa trabalhar de maneira mais individualizada as demandas

dessa criança/adolescente, tendo em vista que ela contará com um aparato familiar só para si, diferente das abordagens coletivas presentes nos abrigos (SILVA e AQUINO, 2004).

Diante das definições legais apresentadas acima, podemos afirmar que o Santa Clara atendia a algumas características dos modelos citados, contudo, não se enquadrava especificamente em nenhum deles. O projeto valorizou as relações interpessoais e criou um espaço muito mais familiar do que institucional, o que fez com que não pudesse ser compreendido como adequado aos olhos da lei.

Por outro lado, podemos observar que, segundo os critérios da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), de 2002, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), na profissão de Mãe Social, regulamentada em 1987 pela lei Lei n. 7.644, Cícero e Eliete eram mais que adequados para tal papel, ao qual o MTE descreve:

“Segundo a regulamentação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2002), pode-se inferir que as atividades e competências do trabalho de mãe social indicam um papel primordial de educadora e de apoio afetivo, no qual estão implicadas práticas relacionadas à socialização e ao desenvolvimento psicológico das crianças e adolescentes que estão sob sua responsabilidade. Espera-se também que essa profissional exerça a função de modelo moral, transmitindo valores e fornecendo exemplos positivos às crianças e adolescentes. De acordo com a CBO, as funções da mãe social não se limitam aos cuidados, também importantes, relativos à saúde, alimentação e higiene pessoal. [...] Na perspectiva de entendimento legal do trabalho de mãe social, que pode ser estendido ao de pai social, enfatiza-se que ambos são considerados educadores, ideia subjacente que parece ir além do termo cuidadores. Nessa concepção, o educador é responsável tanto pelos cuidados globais das crianças (higiene, alimentação e saúde) quanto pelo acompanhamento das tarefas e rotinas escolares, e pela atenção e afeto“ (MORÉ, SPERANCETTA, 2010, p. 523).

Como vemos, Cícero e Eliete não fizeram uma formação para tal função, porém atendem às principais características, definidas por lei, e intuitivamente adotaram o papel de pai e mãe social, junto aos seus filhos sociais. Contudo, esse fato não foi levado em conta nas questões legais que pesaram contra o Santa Clara.

Dentro da legislação vigente, e entendendo um pouco das questões que envolvem o acolhimento e a adoção, contamos com os seguintes números segundo os dados do Senado Brasileiro (2015), onde constatamos que existem mais pessoas querendo adotar, do que crianças em situação de adoção.

“O tema da adoção no Brasil é um desafio de enormes dimensões, como comprova

a análise dos dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA), administrados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Existem hoje cerca de 5.500 crianças em condições de serem adotadas e quase 30 mil famílias na lista de espera do CNA. O Brasil tem 44 mil crianças e adolescentes atualmente vivendo em abrigos, segundo o CNCA — em fevereiro do ano passado, eram 37 mil.” (Acessado: 24/11/2016, <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/realidade-brasileira-sobre-adocao.aspx>)

Contudo, os dados ainda revelam que o principal motivo para a dificuldade de adoção, está no fato de apenas (25,63%) dos pretendentes admitirem adotar crianças com quatro anos ou menos, enquanto que apenas 4,1% das crianças cadastradas no CNJ (Conselho Nacional de Justiça) à espera de uma família têm menos de quatro anos. Em 2016 eram apenas 227 de um total de 5.465. Outras expectativas de adotantes, como a criança ser um bebê, uma menina, não ter irmãos e ser branca e de cabelos e olhos claros, dificultam a adoção. Ou seja, cerca de 75% dessas crianças não serão adotadas e podem permanecer em uma instituição de acolhimento até fazerem 18 anos, quando passam a ser responsáveis por si. Os estudos mostram que é inferior a 1% o número de pessoas dispostas a adotar uma criança com mais de 11 anos e que a família acolhedora ainda não está devidamente implementada como política pública em nível nacional (BAPTISTA e ZAMORA, 2016).

A ressignificação dos valores de família na vida da criança em situação de acolhimento é de extrema importância, pois segundo o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), baseado na resolução nº71/2011, sobre os serviços de acolhimento infantil no país. No universo de 86,5% de entidades de acolhimento institucional inspecionadas pessoalmente por promotores da infância, são mais de 30.000 crianças e adolescentes afastados do convívio com seus pais ou responsáveis, vítimas da negligência, do abandono ou da impossibilidade, pelas razões mais diversas, de permanecerem em companhia de sua família biológica. Todavia, em sua maioria, as crianças e os adolescentes ainda têm famílias biológicas. Ou seja, é justamente a fragilidade dos vínculos familiares que levam a criança e o adolescente ao sistema de acolhimento infantil.

Ainda segundo o relatório apresentado pelo CNMP, sabemos que os principais motivos de encaminhamento para uma instituição eram negligência dos

pais e/ou responsável (mais de 80%); dependência química/alcoolismo dos pais e/ou responsável; (mais de 80%); abandono dos pais e/ou responsável (em torno de 77%); violência doméstica; (próximo a 60%); abuso sexual praticado pelos pais e/ou responsável (em torno de 45%). Esclarecemos que mais de um motivo podia ser citado como causa de acolhimento. Diante dos motivos de acolhimento, notamos mais uma vez, como é importante uma vinculação familiar sadia, ou seja, que promova confiança, segurança e espaços para o afloramento dos potenciais individuais e coletivos. Tendo em vista as violências sofridas desde cedo por essas crianças e adolescentes. Diante disso, compreendemos como o conceito de família explorado pelo Santa Clara, era importante para a consolidação de um acolhimento eficaz. Exploraremos mais sobre esse tema no Capítulo II.

### 1.3 - O Caminho dos Sonhos

No caminho percorrido neste capítulo até aqui, contextualizamos um pouco do Santa Clara através da sua história, e começamos a entender algumas de suas ações para lidar com as questões presentes em crianças em situação de abandono, além de entender um pouco das políticas de acolhimento no Brasil. Ao longo da análise das entrevistas de Cícero e Eliete, uma característica nos discursos sobre as crianças chamou a atenção: a possibilidade do sonhar. Essa discussão já é fruto de uma categoria emergente do campo, que aprofundaremos aqui e mais a frente, no Capítulo IV sobre as análises. Percebemos que o Santa Clara além de acolher, promovia junto às crianças sonhos futuros que moviam o presente. Por isso, nesta etapa, iremos abordar de que maneira eles exercitavam o sonhar como forma de ressignificação para a vida das crianças e dos adolescentes.

O sonhar se construiu no Santa Clara, através principalmente da educação, da cultura e do respeito. Na história contada ao longo deste capítulo, podemos notar que esses três valores formavam eixos importantes na constituição do processo de ressignificação das crianças. Eliete, na entrevista, exalta significativamente a pedagogia como um caminho plano de vida.

“- O mais importante é a pedagogia, e o que é pedagogia? É ter um conceito de educação e um conceito de vida, para que você quer trabalhar com essa criança?

Para que você quer estar com ela? Não é nunca para ser o que você quer, que aliás é o grande erro dos pais e dos educadores. É a criança que tem que descobrir dentro dela o que ela quer, porque senão, não dá certo.” (ELIETE)

Diante desse trecho, podemos perceber que a organização, baseada na criança e no adolescente antes de tudo, parece ser um fator que corrobora para a construção dos sonhos e perspectivas futuras dos mesmos. Essa centralização favorece o respeito à singularidade. Dentro do Santa Clara, a filosofia pedagógica sempre funcionou de forma livre e democrática, ou seja, todos tinham espaço para se expressar e destacar seus próprios pontos de vista. Tal movimento dava “voz” às crianças, que vinham de silenciamentos proporcionados pela violência.

A educação e a imersão cultural permitiam aos meninos e às meninas mergulharem em um espaço de conhecimento e expressão através da arte, do esporte, do lazer. Paulo Freire (1996) afirma que o homem é um ser histórico, constituído socialmente, que se constrói e aprende através de interações com o meio, ou seja, com indivíduos pertencentes ao mesmo local e tempo. Criar um ambiente acolhedor não só de corpos, mas de histórias e de vida, e proporcionar a possibilidade de novos caminhos futuros parece ser um dos principais fatores que contribuíram para o sucesso do projeto. Dessa forma, de acordo Freire (1996), precisamos ter em mente que a educação é fundamental para uma vivência livre do indivíduo, pois a *“leitura de mundo precede a leitura da palavra”*.

O respeito às decisões sobre os sonhos e planos de vida dos meninos e meninas era um pilar dentro da instituição e com esse valor se trabalhava junto na construção das singularidades. Isso significa que, nas decisões diárias, uns escolhiam ir para o esporte, outros para a música, lutas, artes... como queriam, e dentro do possível. Outra frase de Cícero nos revela a importância do respeito na instituição: *“-Não existe forma elaborada, tem que haver respeito. Basta ter carinho. A questão fundamental é o respeito. Cada um respeitar o outro da maneira que ele é.”*

Respeitar a individualidade é o primeiro caminho para a liberdade e construção da escolha de sonhar. Como afirma Paulo Perdigão (1995), quando o sujeito toma consciência do outro, ele o respeita dentro da sua liberdade, ou seja, respeita suas decisões e seus caminhos que ele escolhe para sua própria vida. Dessa

forma, a relação de respeito torna-se um princípio básico para a liberdade.

O psiquiatra Victor Frankl (1987), em seus estudos sobre a logoterapia (terapia do sentido), afirma que o indivíduo deve buscar a todo momento a consciência de sua responsabilidade e que, para isso, é necessário que haja espaço para que, através de suas escolhas, ela possa optar por aquilo que faz sentido e pelo qual ele se sinta responsável. Frente a isso, notamos a importância do respeito à perspectiva dos sujeitos e da busca incessante pelo não julgamento dos valores do outro.

Sartre (1997) também ressalta a importância do processo de responsabilização e consciência como o caminho para uma liberdade com sentido. Contudo só se pode vivenciar a liberdade, se o sujeito tiver a oportunidade de se arriscar por entre os caminhos das escolhas.

Frente ao *modus operandi* da instituição, podemos dizer que ela traz em si duas características muito particulares de funcionamento, que é a autoanálise e a autogestão; termos utilizados por Gregório Baremlitt (1992), da Análise Institucional. Para esse autor, a autoanálise é o movimento reflexivo do coletivo, a fim de compreender suas dificuldades e potencialidades. Autogestão é a administração desse coletivo pelos seus participantes, em um regime democrático no qual todos participam das decisões administrativas em igualdade de condições. A autogestão e a autoanálise fundam-se na liberdade, pois pressupõem que essa instituição permitia que seus membros a afetassem e fossem afetados por ela, ao ponto de encontrar novas saídas para questões pertinentes a relações comunitárias institucionais.

Tereza Erthal (2004) também trata de processo semelhante ao de autoanálise institucionalista, desta vez dando enfoque no indivíduo, a que chama de *autoconsciência*, “...expressão própria do indivíduo como ser-no-mundo, é o que lhe confere identidade” (p.64 ). Ela atrela a autoconsciência à liberdade, pois quanto maior o conhecimento de si, maior é a chance de uma escolha livre e coerente para o que é o melhor para o indivíduo ou grupo. “Quanto mais o indivíduo tiver consciência dessas condições, mais ele é livre, pois é através da autoconsciência que ele aumenta sua liberdade de escolha.” (ERTHAL, 2004, p.65). Ampliaremos essa discussão mais à frente no capítulo 3.

O processo de autoanálise, autoconsciência e autogestão surgem mediante a uma atitude reflexiva que pode acontecer a partir de vários processos. Porém, baseados em Paulo Freire (1999), salientamos que a educação é um potencializador reflexivo. Segundo Freire (1999), uma pedagogia deve ser exercida na esperança e se afirmar na autonomia, raiz fundadora dessa práxis (educação), que levaria a humanidade aos caminhos da liberdade: *“a educação deve estimular a opção (...) deve ser desinibidora e não restritiva.”* (FREIRE, 1999, p.28). Para Freire, o homem e a mulher são os únicos seres capazes de aprender com alegria e esperança, na convicção de que a mudança é possível. Aprender é uma descoberta criadora, com abertura ao risco e a aventura do ser, pois ensinando se aprende e aprendendo se ensina.

*“Entrou aqui, a criança teria muito mais esperança para viver, outras expectativas, dávamos um choque de realidade, confiança, respeito, boa vontade. É tão fácil você transformar esse país, só força e boa vontade, eu aprendi isso com eles, essa linha de dar e receber. Acho que o clique é esse. Dormíamos na mesma casa e convivíamos, uma relação mútua de respeito, não tinha arma, cassetete, nem nada disso”* (CÍCERO).

Todos os elementos que influenciam a capacidade de sonhar dentro do Santa Clara se integram em rede. Todos estão de alguma maneira vinculados. Uma vez que, para a implementação de uma educação e cultura baseada na proposta de Paulo Freire, que visa trazer autonomia, pensamento crítico e esperança, se faz amplamente necessário o respeito pela história de cada criança e a desconstrução do estereótipo do medo e violência. Na fala anterior, Cícero nos mostra a importância de confiar. Tal confiança era fundamental para o acolhimento e a experiência de pertencimento dentro do Santa Clara, dado que muitas crianças já haviam passado por rotinas de criminalidade e outras formas de violência. A boa vontade se manifestava através da paciência de ser provado a todo momento pelas crianças e adolescentes, até eles terem a certeza de que aquelas pessoas que os acolhiam não iriam abandoná-los novamente. Eis a latente prática do respeito transpassando todos os outros elementos discutidos.

Como afirma Zamora (2004) sobre outra experiência, a prática comunitária visava integrar a autonomia dos sujeitos, incorporando as singularidades através das vivências coletivas. Eliete nos conta um pouco deste processo de singularidade, incorporada ao coletivo favorecendo o ato de sonhar.

“O que a gente sempre colocou como base, e também tem a ver com a liberdade, **é a questão do sonho, abrir espaço para a criança pensar alguma coisa.** O menor sonho possível. A gente começou a trabalhar o sonho, praticando um Natal inusitado para eles que era a escolha de um presente. No começo muito simples, mas nos últimos anos era sonho mesmo, se eles pedissem uma bicicleta, eles ganhavam” (ELIETE)

Com o auxílio de pessoas amigas próximas e outros “padrinhos”, o Santa Clara promovia esse “Natal inusitado” (*sic*), que funcionava como exercício de sonhar para crianças que nunca tiveram a oportunidade de vivenciar essa experiência, pois a grande maioria nasceu em estado de sobrevivência, sem ter a oportunidade de olhar para frente, uma vez que o presente era demasiadamente pesado. Em continuação, Eliete relata que dificilmente havia alguma briga ou inveja dos presentes dos irmãos, pelo fato de a escolha ser individual, logo cada um era responsável pelo que ia ganhar. Notamos aí como a escolha consciente equilibra as relações, a responsabilidade de decidir o que ganhar, evitava qualquer tipo de briga ou de sensação de diferenciação. De uma maneira lúdica, eles conseguiam sonhar, escolher, se responsabilizar e se alegrar com o fruto de suas escolhas.

Frankl (1987) destacaria esse movimento de escolher com responsabilidade, como um processo rumo ao descobrimento de uma essência existencial. O autor salienta, que para chegarmos a uma consciência plena se faz necessário a experiência da responsabilidade, por isso, é preciso deixar que a pessoa opte pelo quê, ou perante quem ele se julga responsável.

Sartre (1997) afirma que o ser humano constrói ao longe de sua existência um projeto, que autor denomina como: “projeto original”. Tal projeto baliza as nossas decisões ao longo de nossa vida. Ele é fruto das experiências, vivências e influências que experimentamos ao em nossa história. O movimento de sonhar é uma oportunidade de reescrever esse projeto, construindo assim responsabilidade, consciência e por consequência escolhas livres.

Como podemos notar, sonhar foi fruto da educação associada, principalmente, ao respeito a singularidade de cada criança e adolescente, e a partir desse movimento os membros do Santa Clara foram criando novas formas se enxergar no mundo e de enxergar o mundo, com esperança e sentido que motivaram as suas vidas.

Seguiremos esta dissertação compreendendo um pouco das relações interpessoais, descritas como familiares por seus membros, a fim de entender um pouco mais das características de funcionamento dessa instituição tão particular e muito eficiente em suas propostas.

## Capítulo 2: A “Família Santa Clara”

“Um projeto inovador, que se despe da estrutura e da rotina institucional e funda uma família especial para muitos que, pelos mais diferentes motivos, se veem privados da convivência com a sua família de origem. Uma família de verdade, com a rotina de uma família comum, em uma casa comum, com portões abertos para a vida, na qual o apoio, a educação e o amor são fundamentais.” (anexo I)

### 2.1 A família ao longo dos anos

Ao longo desta pesquisa estamos nos deparando com a constante exaltação do termo família. Pudemos notar então que esse conceito, ou valor, permeia todo o funcionamento do projeto Santa Clara, que inclusive se intitulava: “Família Santa Clara”. Frente a isso, discutiremos neste capítulo um pouco mais sobre o conceito de família, tendo em vista que, por muitas vezes, algumas autoridades não os aceitaram como família e ignoraram esse valor dentro da instituição. Por isso, aqui faremos uma breve contextualização da família, a partir das mudanças na conjugalidade e dos acontecimentos sociais das épocas ao longo dos anos, a fim de entender os diversos modelos de família existentes hoje e quais deles mais se aproximam do que era considerado família no Santa Clara.

O antropólogo Luiz Fernando Duarte (1994) destaca que o termo família é muito valorizado pelos brasileiros, entretanto seu significado varia de acordo com as classes sociais e regiões do país. Diante das diversas mudanças às quais a família está exposta, devido a forças instituídas, instituintes e sociais, precisaremos compreender como tais influências moldaram o que chamamos de família atualmente, avaliando seu o contexto histórico/social.

No período que antecedeu a modernidade, a família era hierárquica e patriarcal, ou seja, todos os sistemas familiares eram subordinados ao pai e, na falta do mesmo, o filho primogênito assumia esse lugar. O homem e a mulher sempre desempenharam funções bem diferentes e desiguais dentro da família, da sociedade, e a própria união matrimonial se estabelecia de acordo com interesses e expectativas limitadas. As casas seguiam os modelos das famílias da época, na Europa, dos séculos XV e XVII, não existiam diferenciações entre o privado e o profissional, tudo ocorria nos mesmos cômodos. Na mesma casa residiam os patrões, vários empregados (assim como os escravos no Brasil), aprendizes e crianças.

Segundo Regen (2006), na Europa Ocidental não existia muita diferença de idade entre as crianças e os criados, sendo alguns irmãos de leite dos membros da família. Inclusive algumas atividades domésticas eram feitas pelas crianças, o que as aproximava do mundo dos servidores. Regen (2006) nos conta ainda que para os moralistas da época, os deveres de um bom pai de família reduziam-se a três principais características: controlar sua mulher, bem educar seus filhos e bem governar seus criados. Essa vivência intensa entre as várias camadas sociais, junto a ligação entre família e sociedade, e esse tipo de vida coletiva intenso, embora marcadamente desigual e hierárquico, não previam a solidão e a intimidade; não havia lugar para um setor privado dentro das casas.

Após a Revolução Industrial, ocorrida a partir do final do século XVIII, os diversos papéis ficaram mais claros: o homem era responsável pela esfera pública (trabalho) e a mulher pela esfera privada (família). O patriarcalismo antigo se enfraquece, porém o homem continua assumindo um papel prioritário na família. Vaitsman (1994) destaca que a individualidade feminina e masculina só podia se expressar dentro do contexto público/privado, ou seja, embora a escolha pelo casamento fosse pessoal, essa decisão estava ligada aos papéis que definiam cada um. Ainda nesse período, as possibilidades de escolhas eram reduzidas, os caminhos previamente estabelecidos e conseqüentemente mais facilmente aceitos. Cabe destacar que sempre houve uma diferenciação entre homens e mulheres, ambos sendo vistos como opostos e complementares, como afirma Maria Lucia Rocha-Coutinho (2003):

“Homens e mulheres têm sido vistos como opostos e complementares dentro da lógica dualista que se caracterizou o pensamento ocidental moderno (homem/mulher, cultura/natureza, público/privado, razão/emoção, produção/reprodução, mestre/escravo, civilizado/primitivo, entre outros pares) e que contribuiu de maneira importante para a manutenção das principais formas de opressão, alienação e dominação” (p. 59).

Esse modelo se aplicou principalmente nas famílias burguesas da época, refletindo-se em suas casas, agora toda dividida em cômodos que visavam a discrição, intimidade e o isolamento. Os criados passam a ficar afastados em áreas separadas e eram chamados por campainhas, reforçando o público e o privado. Nesse período também a relação com as crianças se modifica, ela agora passa a ser compreendida como um ser em formação, com isso nasce a preocupação com sua

educação, e a família assume os direcionamentos morais e espirituais das crianças. Regen (2006) afirma que o cuidado dispensado às crianças passou a sentimentos novos, uma nova afetividade que passou a caracterizar a família moderna. Além de trazer filhos ao mundo ou se interessar somente pelo primogênito, em detrimento dos outros filhos, ou somente pelos filhos homens, em detrimento das meninas, a moral da época impunha aos pais proporcionar a todos os filhos uma preparação para a vida. A aprendizagem tradicional, que se realizava em casas de famílias, passou a ser substituída pela escola.

No século XVII, as escolas de caridade que foram criadas para a educação dos pobres, também eram frequentadas por crianças ricas, embora com diferenças no tratamento. Com as mudanças no cenário social do século XVIII, as crianças burguesas saíram dessas escolas para não se misturar com crianças de outras classes sociais. Foram criadas escolas especiais para crianças da burguesia. A família e a escola foram as responsáveis pela retirada das crianças da sociedade dos adultos, confinando-as num regime disciplinar cada vez mais rigoroso, que nos séculos XVIII e XIX resultou na criação de internatos.

Dentro das famílias a educação e o cuidado dos filhos era uma função exclusivamente materna. A mãe direcionava seus esforços para cuidar das demandas parentais e do próprio marido, enquanto o homem aparecia como o provedor e fonte de sustento material para o lar. A diferenciação entre os gêneros representava um fator significativo na relação conjugal, as mulheres não tinham voz dentro do relacionamento e a educação também era pautada nos valores vigentes, exaltando o papel masculino dentro da sociedade. A “mudez” feminina fazia com que a bagagem histórica da esposa fosse subjugada diante dos valores histórico/familiares do marido. Para a relação acontecer não se fazia necessário tantos acordos conjugais, pois estes já eram previamente estabelecidos, bastavam ser vivenciados, permeando os valores sociais da época.

Caminhando para a contemporaneidade, nos deparamos com outras mudanças importantes na relação homem e mulher, que até então estava ligado diretamente à ideia de família. Rocha-Coutinho (2003) nos chama a atenção para as mudanças sociais que influenciaram o plano relacional das famílias e dos casais. Ela destaca que com o crescimento industrial do século XIX, houve um aumento da demanda

de profissionais, dessa maneira, mulheres solteiras e mais humildes começaram, gradualmente, a trabalhar em busca do seu sustento e, em alguns casos, na ajuda ao sustento familiar. Aqui já começamos a ver uma diferenciação dos papéis familiares associados às classes sociais, como destacou Duarte (1994) anteriormente. Essas mudanças de papéis começaram primeiramente nas camadas mais pobres e de classe média. A demanda pública começa a se misturar com a demanda privada, os papéis começam a ser questionados.

“No início do século XX, as mulheres, inclusive de classe média, começaram a exercer funções de apoio (como secretárias, por exemplo) nas empresas, enquanto aguardavam e/ou se preparavam para o casamento, ou, algumas vezes, mesmo depois de casadas, para aumentar a renda familiar. Pouco a pouco, elas foram aumentando o seu espaço e galgando posições de maior *status* nestas empresas, a despeito da segregação a que eram submetidas.” (ROCHA-COUTINHO, 2003, P.58)

Essa modificação começa a romper com as definições claras de público/privado que fora estabelecido na sociedade moderna. Outro fator que favoreceu às transformações na relação e na função de homens e mulheres foram as pílulas anticoncepcionais. Após o seu surgimento, na década de 1960, a mulher passou a poder controlar a procriação de forma mais segura, permitindo-se experimentar maior liberdade sexual, o que também lhe possibilitou conquistar novos espaços; fora de casa, com a entrada de mulheres no mercado de trabalho também para se sentirem realizadas e/ou complementar o orçamento familiar (VAITSMAN, 1994). A mulher que antes tinha como objetivo sexual a satisfação do seu marido e a procriação, agora poderia decidir quando engravidar e se relacionar sexualmente em busca do seu próprio prazer.

Segundo Roudinesco (2003), a família contemporânea ou pós-moderna une dois indivíduos em busca de relações íntimas ou realização sexual, sob a perspectiva de duração relativa. Da mesma forma, se assemelha a uma rede fraterna, não hierarquizada, na qual o exercício da autoridade vai se tornar cada vez mais problemático à medida que aumentam os divórcios, as separações e as recomposições familiares.

Houve uma reformulação dos papéis do homem e da mulher na relação conjugal, o que propiciou o surgimento de novos modelos de comportamento para

ambos os gêneros, tendo o movimento feminista <sup>10</sup>contribuído de forma significativa para que isso ocorresse. A possibilidade do divórcio foi mais uma das mudanças que contribuíram para ressignificação dos papéis entre os gêneros na relação conjugal. A mulher não era obrigada a se manter mais na relação perpetuamente e conquistou a liberdade e o poder de escolha dentro da manutenção ou não da relação conjugal. Diferentemente do desquite, o divórcio garantiu à mulher a possibilidade de novos casamentos e não a estereotipou como impura socialmente. Com isso, vão surgindo novas configurações familiares, como as famílias monoparentais por divórcio, por exemplo.

Todas as mudanças citadas deram mais autonomia e possibilidade de controle para as mulheres sobre a sua própria vida, reconfigurando as famílias. Dias (2000) ressalta os ideais igualitários, que cresceram a partir dos eventos destacados, como fundamental na flexibilização dos papéis e a possibilidade da busca de um relacionamento diferente, baseado mais no amor e menos no institucional. Os casais passaram a se relacionar mais pelo afeto, afinidade e sexualidade. A liberdade e a escolha se tornaram fundamentais na formação de novos pares (inclusive na escolha de parceiros do mesmo sexo), com isso, os laços conjugais contemporâneos foram marcados pela transformação da intimidade, com a possibilidade de ganho para ambas as partes na relação. Giddens (1993) destaca que a força dos valores individualistas delineia uma nova tendência amorosa: *o amor confluyente*, que tem como principal característica a abertura de um parceiro em relação ao outro, pela igualdade no dar e receber afeto. A satisfação pessoal aparece como uma possibilidade para ambos, tanto o casal, como o indivíduo ganham destaque.

Jablonski (2001) também sinaliza as variáveis sociais que exercem impacto nas configurações familiares: a modernização e a urbanização da sociedade; a diminuição dos membros que compõem uma família; o aumento da expectativa de vida; a valorização cultural do amor e da sexualidade; e, principalmente, a crença compartilhada entre as pessoas, desses acontecimentos.

O sociólogo Bauman (2004) destaca outras mudanças no âmbito social que tem uma interferência significativa nos casais e nas famílias. O autor afirma que

---

<sup>10</sup> Feminismo foi um movimento social, filosófico e político que tem como objetivo direitos equânimes (iguais) e uma vivência humana por meio do empoderamento feminino e da libertação de padrões opressores patriarcais, baseados em normas de gênero.

vivemos em uma sociedade cada vez mais “líquida” devido à velocidade em que as coisas tem se modificado. O líquido, diferente do sólido, não mantém uma forma com facilidade, ele rapidamente se transforma. Muitas das relações afetivas têm sido estabelecidas dentro desse contexto, de maneira fluida, escorregadia e fugaz. Bauman (2004) afirma que os seres humanos têm medo de sofrer e pensam que não mantendo uma relação estável e duradoura, poderão não sofrer ou diminuir a dor, sendo assim, trocam frequentemente de parceiros, namorados, noivos, amigos, amantes. *“Quando a qualidade o decepciona, você procura a salvação na quantidade. Quando a duração não está disponível, é a rapidez da mudança que pode redimi-lo.”* (BAUMAN, 2004, p. 77)

Todos esses fatores contribuíram para a diversidade de configurações familiares presentes em nosso cotidiano, como, por exemplo: famílias monoparentais por motivo de divórcio, morte, adoção ou inseminação artificial; famílias homossexuais; recasamentos, nos quais muitas vezes dois casais com filhos se casam e se juntam todos em uma nova constituição familiar; famílias em que o papel de cuidado fica com os avós devido à grande demanda de trabalho dos pais ou, até mesmo, por conta da morte desses pais em decorrência da violência. Todavia, a família tradicional, homem, mulher e filhos, permanece ainda com grande influência social como o único modelo aceitável ou pelo menos sendo o mais desejável, apesar das muitas outras configurações que a liberdade social hoje permite que seja construída (CAMARGO, 2006; VELOSO; ZAMORA, ROCHA-COUTINHO, 2016).

Imersos na diversidade de modelos familiares, buscamos estudar a “Família Santa Clara” e compreender como ela se configurava como família. Para isso gostaríamos de experimentar aqui um possível novo conceito familiar: “família comunitária”. Para isso, percorreremos caminhos e pensamentos com a finalidade de estabelecer uma base teórica para esse conceito, principalmente baseada nos vínculos e na rede que a compõem, possa nos ajudar a compreender o que era família para os membros do Projeto Santa Clara.

## 2.2 Famílias Pobres

O Santa Clara era um projeto que para subsistir necessitou se organizar em rede, e precisou buscar apoios, a fim de criar maneiras de suprir suas demandas financeiras e materiais. Ele era sustentado por campanhas, projetos, convênios e doações diversas como: dinheiro, roupas, material escolar, alimentos etc. Dessa forma, a ajuda mútua era importante para que o projeto caminhasse. Com isso, podemos afirmar que a Família Santa Clara não se enquadrava em um grupo familiar abastado financeiramente. A partir dessa visão, utilizaremos as concepções de família pobre, estudada por Cláudia Fonseca (2005), a fim de debater as particularidades da Família Santa Clara e sua forma de se organizar.

O IBGE<sup>11</sup> utiliza como definição familiar as unidades domésticas constituídas a partir da configuração de moradia. Ou seja, trata-se de afirmar que só é considerado uma família quando estes moram no mesmo espaço físico. Fonseca (2005) faz uma crítica a essa perspectiva, ressaltando que as famílias mais pobres utilizam o espaço físico de maneira diferente. A organização da família se dá através da rede construída a partir das funções presentes nos espaços comuns.

“Muitos moradores de bairros pobres pensam não em termos de “casas”, mas sim em termos “pátios”. Em um terreno, por menor que seja, sempre tem lugar para construir mais uma “puxada” [...] A rede familiar, unidade relevante para qualquer trabalho de intervenção, se estende no espaço além das quatro paredes de uma casa.” (p.53)

Essa discussão nos remete a lógica familiar pautada na dinâmica relacional e não nos papéis previamente estabelecidos. Mais uma vez notamos como o contexto social interfere na ideia de família, pois, em famílias de classe alta, a preocupação com a linhagem e transmissão do patrimônio prevalece, mantendo assim, um perfil mais seletivo nas relações familiares, favorecendo nuclearidade (FONSECA, 2005). Já nas famílias pobres a necessidade de ajuda mútua nos cuidados dos filhos, alimentação, e saúde cria uma relação de troca afetiva, compartilhada em um espaço comum a todos presentes. Não existe um limite doméstico claramente definido, o afeto proveniente desses encontros criam muitas vezes relações que são intituladas como familiares, em que uma vizinha se transforma em “tia”, “madrinha”, “comadre” ou até mesmo “mãe de criação”. A

---

<sup>11</sup> IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

rede comunitária passa a ser mais importante do que os vínculos biológicos.

Dentro da lógica da família pobre, sua construção se dá de maneira horizontal e comunitária, ou seja, todos estão no mesmo patamar. Existe uma troca relacional, na qual todos se ajudam pelo afeto, necessidade e pela possibilidade de serem cuidados também quando precisarem. Dessarte, com frequência essas famílias incluem membros ao seu núcleo, ou um primo necessitado, uma tia doente, diferentemente das famílias de classe média ou alta, que terceirizam os cuidados ou excluem o “membro problema” (FONSECA, 2005).

A horizontalidade na qual se constroem essas famílias, aumenta o movimento de entrada e saída de seus membros, fazendo com que esse coletivo construa uma maneira singular de lidar com o ciclo da vida. O conceito varia de acordo com os autores que o estudam. De uma maneira geral, podemos caracterizar esse processo como um conjunto de etapas que serão vividas pelo indivíduo ao longo de sua existência. Ressaltamos aqui, que em muitas teorias, essas etapas são permeadas pelo processo biológico que o ser humano vivencia ao longo de sua vida. Em cada etapa o sujeito passa por diversas experiências e situações que geram mudanças em seu contexto de vida. Grande parte da literatura sobre o ciclo vital define os momentos de crise como propulsores de mudanças, momentos decisivos, tensão, complicação e outros. Porém, é válido destacar que as mudanças nas etapas do ciclo da vida não são necessariamente impulsionadas, apenas, por crises. A palavra passagem é adequada para a definição dessas mudanças; ela pressupõe uma transição e nos permite ampliar a compreensão das mudanças no ciclo vital.

Na antropologia clássica, por exemplo, Mina Fortes (1958) define três fases do que se consideravam um universo nuclear familiar: formação inicial (em geral por casamento), expansão (com nascimento dos filhos), e declínio (quando os filhos adultos saem para estabelecer seus próprios núcleos, e a velha geração deixa o “ninho vazio”). Dentro do campo da família, Celia Falicov (1991) destaca três critérios para a construção de uma teoria sobre o ciclo vital familiar:

*1 - O primeiro critério: “as mudanças no tamanho da família”:* Essa mudança se caracteriza pela entrada e saída de membros do sistema familiar. Desde a entrada de um novo filho, ou os filhos se casando. A morte também é um fator de mudança no tamanho da família e também exige uma reorganização desse sistema.

2 – *Segundo critério: “as mudanças na composição por idades”*: Falicov afirma poder determinar o ciclo de vida familiar tomando por referência a idade do filho mais velho. Dessa maneira, um casal com um filho de seis anos, por exemplo, estariam em uma fase. Se esse filho estiver com 16 anos, seus pais estariam em outra fase diferente. Aos 36 anos, provavelmente, os filhos estariam colocando os pais em uma situação de avós, entrando em outra fase do ciclo. Aos 56 anos, o casal estaria completando a última etapa do ciclo da vida, a velhice.

3- *Terceiro critério: “as mudanças de condições profissionais da pessoa ou pessoas que sustentam a família”*: Esse critério está baseado nas tarefas evolutivas e pressupõe-se que existam fases em que a demanda em termos funcionais é maior ou menor.

A análise desses critérios permite uma compreensão das etapas do ciclo em que o indivíduo e a família estão vivendo. Assim, é possível compreender com mais clareza as demandas de cada etapa, facilitando as escolhas individuais e familiares diante das questões pertinentes aos momentos de vida em que a família e o indivíduo se encontram.

Vale lembrar que alguns autores acreditam que a família seja a unidade operacional que dura de nosso nascimento à morte (CARTER & MCGOLDRICK, 1995). Carter & McGoldrick (1995) dividem o ciclo vital familiar em seis etapas que são: 1. Jovem solteiro; 2. Casamento; 3. Família com crianças pequenas; 4. Família com adolescentes; 5. Nascimento dos filhos; 6. Família no estágio tardio.

A maneira como as famílias se organizam é reflexo da sociedade onde está inserida, posto que tal inserção não se dá de maneira passiva. Ao mesmo tempo em que é influenciada pelo contexto social, essa família atua como agente influente na própria comunidade. É fundamental a compreensão sociocultural para refletir sobre padrões e estilos de vida das famílias, dentro desse sistema e na história da humanidade. O ciclo de vida de uma pessoa acontece dentro do ciclo de vida familiar, que é o contexto primário do desenvolvimento humano, e suas intersecções vão constituir a trama da vida familiar.

A concepção sociocultural, que enquadra o biológico, psíquico e o social, é fundamental para a flexibilização no ciclo vital, pois, do ponto de vista biológico, seria possível generalizar algumas etapas, dificultando o estudo do indivíduo, tendo

em vista que cada sujeito está inserido em um contexto social. Dessa maneira, algumas concepções como: adolescência e vida adulta variam conforme o cenário sociocultural em que essas pessoas estão inseridas.

Em algumas culturas existem variações nessas etapas devido às influências culturais. Por exemplo, se observarmos as tribos africanas, o modelo do ciclo se diferencia, uma vez que a organização social de muitas tribos da África são centradas na agricultura, cujo uso da terra cria as bases da família como instituição e do parentesco. Segundo Cezne (1995), o grupo familiar se organiza para plantar e para colher, mas tal organização não se dá arbitrariamente: ela está baseada na função de poder e de decisão que exercem os mais velhos na comunidade e sobre os mais jovens.

Toda a cultura está centrada nos mais velhos e antepassados. Eles são considerados os donos da terra e os protetores do grupo porque foram eles quem primeiro plantaram, e eles são os responsáveis pelo que acontece na comunidade. É o antepassado quem dita as regras e normas de conduta; é o antepassado quem manda a chuva, fecunda a terra e as mulheres. Nessas tribos, a oralidade é o canal de propagação de conhecimento. Ou seja, um ancião (em certos países esses idosos se chamam *griots*) têm a função de passar através das palavras em grandes e pequenas rodas, o seu conhecimento, dotado de valores e experiências de vida, a fim de conduzir e manter vivo os valores da tribo.

Fizemos essa pequena viagem à cultura de partes do continente africano, pois em alguns aspectos o Santa Clara se identificava com esse modelo tribal. Voltaremos ao tema ao longo desta pesquisa.

Nas famílias pobres uma compreensão psicossocial é fundamental para a construção do seu ciclo da vida, pois por vezes, o nascimento dos netos precedem o casamento dos pais, ou a formação de novos núcleos, além do desemprego e o divórcio que faz com que filhos deleguem aos pais o cuidado de seus filhos e/ou netos (PEIXOTO, 2004). É crucial lembrarmos que as dificuldades financeiras, de acesso a saúde e educação, por vezes colocam os membros dessas famílias em vulnerabilidade diante das adversidades diárias. Fonseca (2005) destaca o grande número de divórcios presentes em famílias pobres devido a vulnerabilidade social em que os laços se estabelecem.

Dentro da família Santa Clara existe um ciclo vital familiar, que precisa ser compreendido dentro de uma visão psicossocial. No entanto, esse ciclo se constrói de uma maneira particular, devido ao fato de que esta instituição acolhia crianças de diversas idades, modificando o ciclo das demais presentes e das mesmas que entram em contato com a nova realidade. Uns se tornam irmãos mais velhos, outros ganham irmão da mesma idade, dentre outros papéis e funções que se modificam de acordo com o movimento da instituição. Em alguns casos, o rompimento devido a adoção ou reintegração com a família de origem retirava um membro da família (Santa Clara). Às vezes, no entendimento do casal, “precocemente” (*sic*). A fragilidade e vulnerabilidade das famílias de origem por vezes eram os fatores que levavam ao Santa Clara. A Família construía seu ciclo vital com crianças que tiveram seus ciclos de vida inicialmente afetados pela vulnerabilidade ao qual estavam expostos e precisam ali reestabelecer seus ciclos pessoais e se adaptarem a um novo ciclo de vida familiar.

Compreender as especificidades presentes no ciclo vital do Santa Clara e das famílias pobres nos ajudam a desconstruir um estereótipo que elas carregam diante das diferenças, frente às referências dominantes. Fonseca (2005) e Sarti (2008) destacam o termo “família desestruturada” aplicada a famílias pobres.

“Creio que não haja outro motivo para a minha rejeição da conotação “desestruturada” ligada a minha própria família. É que “desestruturada” é uma palavra usada para descrever a família dos outros. Não simplesmente outros, ainda por cima, pobres. É como se, numa espécie de lógica *post ipso facto*, uma pessoa bem-sucedida, por definição, não poderia vir de uma família desestruturada.” (FONSECA 2005, pag.57)

A autora ressalta ainda, algumas expressões que demonstram uma relação classista que subjuga as famílias pobres:

FAMÍLIAS RICAS	FAMÍLIAS POBRES
>Ricos “escolhem” sua famílias	>Pobres “submetem-se” à biologia
>Maternidade assistida	>Controle de natalidade
> Produção independente	> Mãe Solteira
>Família recomposta (divórcio e recasamento)	> Família desestruturada
> <i>Freelance</i> (emprego temporário)	> Fazer um bico

(FONSECA 2005, P.57)

Diante dessa diferenciação que desclassifica o “saber pobre”, precisamos nos manter reflexivos frente às influências culturais, classificatórias de um grupo dominante que rotula pseudoverdades a um grupo menos favorecido. Tendo em vista que o Santa Clara, que se intitulava família, nunca teve (pelos saberes dominantes da época), esse conceito estudado e valorizado. Inclusive para a justiça ele não era compreendido como uma família, pois dentro dos conceitos existentes não existe uma família com tantos membros sem consanguinidade.

### 2.3 - Família Comunitária

Tendo em vista que o Santa Clara não foi compreendido como família legitimada dentro da sua trajetória, viemos aqui salientar uma nova configuração familiar, construída por meio do material analisado e do aparato teórico exposto até agora. É talvez o que mais defina a iniciativa.

Através das características descritas neste capítulo, sobre a organização de famílias pobres e sua relação comunitária construída pela vinculação em rede (FONSECA, 2005; SARTI, 2008), podemos afirmar que o Santa Clara se organizava nesse modelo. É preciso ressaltar que o conceito de família não tem mais uma definição única previamente estabelecida, como afirma Sarti (2008).

“Embora a família continue sendo objeto de profundas idealizações, a realidade das mudanças em curso abala de tal maneira o modelo idealizado que se torna difícil sustentar a ideia de um modelo “adequado”. Não se sabe mais, de antemão, o que é adequado ou inadequado relativamente à família. No que se refere às relações conjugais, quem são os parceiros? Que família criam? Como delimitar a família se as relações entre irmãos, filhos de casamentos, divórcios, recasamentos, em situações diferenciadas? Enfim, a família contemporânea comporta uma enorme elasticidade”.

Dessa forma, temos liberdade para abordar um novo conceito, tendo em vista que o tema família está presente nos discursos dos membros do Santa Clara:

“Pois sou filha de Santa Clara e não pode ser diferente. Não quero dizer: fui filha de Santa Clara. Nesses 20 anos de Família Santa Clara eu sinto que devo ser mãe em Santa Clara. Eu quero ser mãe, tia... irmã mais velha, pois Santa Clara já tem até netos, Santa Clara é vovó. Tio Cícero e Tia Eliete são avós de muitos netinhos, netinhos que nem conhecem ainda. E eu quero continuar fazendo parte desta

família. Quero ser eterna filha de Santa Clara”<sup>12</sup> (Raquel Carolina da Silva em: <https://familiasantaclara.wordpress.com/> acessado em; 03/04/2016).

Para delimitar o conceito de família comunitária, precisaremos pensar a família a partir de uma construção histórica das relações entre os indivíduos ao longo do tempo. Por conseguinte, nos atentaremos às manifestações afetivas que se dão através dos gestos, atitudes e silêncios, que será por eles reproduzida e ressignificada, à sua maneira, dados os seus lugares dentro dessas famílias (SARTI, 2008). A família comunitária se constituirá através dos vínculos afetivos criados nas relações comunitárias, desconstruindo assim uma constituição nuclear tradicional. É importante destacar que esse coletivo familiar precisa também de uma arquitetura que favoreça essa configuração, ou seja, os indivíduos precisam de um espaço comum de convivência, ou uma casa, um pátio, “um puxadinho”, vila e outros. O lugar comunitário favorece a responsabilização mútua dos membros dessa comunidade, com as demandas apresentadas no espaço comum.

Fichter (1973) diz que comunidade, em uma definição técnica, é um grupo territorial de indivíduos com relações recíprocas, que se servem de meios comuns para lograr fins comuns. Para o autor, uma comunidade é essencialmente ligada ao solo, no sentido de que os indivíduos vivem permanentemente numa dada área, tem consciência de pertencer tanto ao grupo como ao lugar, sendo a comunidade considerada sempre em relação ao seu meio físico, onde os indivíduos compartilham de ascendência étnica análoga, nível econômico e de instrução similar.

Para Zygmunt Bauman (2003), a vivência comunitária cria em nós um tipo de sentimento bom e agradável, de familiaridade e segurança.

Todas as suas definições remetem a uma comunhão de ideias prazerosas, que geram em nós a imagem de “porto seguro”. Estar em comunidade significa estar em segurança. É como se a palavra comunidade soasse como uma canção aos que a escutam, pois evoca a segurança que buscamos dentro de nossa vida. (BAUMAN, 2003, p 9)

A partir das concepções apresentadas até aqui, levando a construção espacial comum como fundamental para o conceito de família comunitária,

---

<sup>12</sup> Trecho retirado do depoimento de Raquel Carlina da Silva presente no site: <<https://familiasantaclara.wordpress.com/>> acessado em: 17/10/2015.

adentramos em outro ponto importante para essa modalidade familiar, que consiste na divisão de funções pelos membros da família. Bauman (2003) atribui à noção de comunidade os implícitos compromissos duradouros e compartilhamentos fraternos, o que, no entanto, dificultaria ou mesmo impediria a experiência de liberdade.

Fonseca (2005) relata em sua pesquisa com famílias pobres, que todos dividiam funções, como: cuidado dos filhos e dos mais velhos, alimentação e até divisão de afazeres domésticos. A arquitetura conjunta favorece um grande espaço comum dividido por responsabilidades e regras implícitas e explícitas. Tais regras, para Bauman (2003), levavam o sujeito a abrir mão de sua liberdade em prol da segurança que essa comunidade lhe proporciona. E esse é um conflito que não se pode conciliar nem resolver.

A divisão de função dentro da família, cria papéis e responsabilidades. Esse comprometimento por vezes faz com que o indivíduo se sinta parte de um todo. Um bom exemplo quanto a funções e responsabilidade são as empregadas domésticas. Muitas pessoas que tiveram empregadas domésticas exercendo alguma função de cuidado, com frequência as chamam de pessoas “*da família*”. Ou quando uma vizinha se torna um “*tio*” ou um amigo se torna padrinho de casamento ou batizado – parentescos informais, mas reconhecidos. Ou seja, a responsabilidade frente às demandas da comunidade cria, muitas vezes, papéis familiares.

Gostaríamos de dar uma ênfase especial a um aspecto fundamental para a formação comunitária de uma família em rede; o cuidado.

“Cuidar implica sentir-se afetado. Assim, o cuidado envolve afetos e sentimentos, como responsabilidade, compaixão, proteção, expectativa, amor, prevenção, dentre outros. Se pensarmos que o ato de cuidar é uma necessidade básica universal capaz de gerar proteção para a condição física dos mais frágeis – como ato dirigido à sobrevivência, ou dedicação – como cultivo de sentimentos, a forma de cuidar é eminentemente cultural” (CARVALHO, FRANCO, COSTA, OIWA, p.70, 2012)

O ato de cuidar é fundamental para a construção e manutenção dos laços afetivos, pois ele possibilita a quem é cuidado a experiência de segurança a partir desse encontro. Na psicologia infantil, de uma maneira geral, a díade mãe bebê é amplamente valorizada e estudada, muitas vezes deixando de lado outras possibilidades de afeto vincular, que favoreça o desenvolvimento da criança de maneira positiva. Bowlby (1989) e Winnicott, [1987]1998, [1958](2000), apontam

o vínculo materno (apego, confiança básica e apresentação do mundo) como fundamental para a estruturação saudável da criança. Esse encontro vincular da díade mãe-bebê contribui para um desenvolvimento emocional mais seguro do bebê, que se tornará um adulto com mais recursos para lidar com seus ambientes e relacionamentos.

Bowlby (1989) considerou o apego como um mecanismo básico dos seres humanos. Ou seja, é um comportamento biologicamente programado, como o mecanismo de alimentação e da sexualidade. O papel do apego na vida dos seres humanos envolve o conhecimento de que uma figura de apego, que está disponível e oferece respostas, proporcionando um sentimento de segurança que é fortificador da relação (CASSIDY, 1999).

Para Winnicott ([1987]1998) as experiências iniciais ou diádicas são estruturantes do psiquismo, participam da organização da personalidade e dos sintomas. O bebê nasce em um estado de não integração, assim a presença de uma mãe atenta na vida do bebê cria um ambiente suficientemente bom que permite ao mesmo alcançar, conforme as necessidades do momento que está vivendo, as satisfações apropriadas e também vivenciar sem temor de desintegrar-se, as angústias, ansiedades e conflitos. Segundo o autor, a mãe precisa proporcionar nesse espaço três dimensões de cuidado: segurar, manejar e apresentação dos objetos<sup>13</sup> (WINNICOTT, 1975).

Porém, se ampliarmos o conceito de ambiente suficientemente bom a pessoas que exerçam o papel de cuidado, atenção e afeto, podemos afirmar que a formação do bebê não se dará apenas na díade mãe-bebê. Dentro de uma família, e compreendendo o cuidado como um ato cultural, ou seja, cada cultura terá as suas manifestações e expressões de cuidado, será sempre preciso que alguém atue no campo do cuidar, assumindo essa função. Se pensarmos o cuidado dentro de uma família pobre, por exemplo, teríamos diversas díades com o bebê, várias relações que poderiam favorecer o desenvolvimento de um ambiente suficientemente bom, retirando da mãe o poder determinante sob a criança. Essa concepção de desenvolvimento psicológico construído com referências sociais, está pautado na

---

<sup>13</sup> Segurar: acolhimento do bebê fisicamente. Manejo: A troca afetiva nos através dos cuidados. Apresentação dos objetos: Objetos que farão o bebê se perceber nos mesmos, trazendo segurança para ele.

ideia de rede de cuidados, que se constroem comunitariamente em famílias pobres.

A vista disso, o cuidado associado ao afeto e a confiança são fundamentais para a construção de uma família comunitária. Acentuaremos aqui que essas trocas afetivas não se darão de maneira exclusiva, como a díade mãe-bebê. O cuidado e o afeto serão difundidos em rede, transitando entre os membros da família e suas vinculações afetivas. Essa maneira de expressão afetiva e do ato de cuidar, não exclui as figuras de referências que porventura ocupem o papel de mãe, pai, tio (a) e irmãos, porém divide a função de cuidado com todos que fazem parte dessa comunidade familiar.

Gomes da Costa (1991), que discorre sobre a Pedagogia da Presença, ressalta que o ponto mais decisivo para vencer as dificuldades pessoais acontece na reconciliação do jovem consigo e com os outros. Ele afirma que essa é uma condição necessária para uma mudança da sua inserção na sociedade. Ou seja, não se trata de ressocializar, mas de proporcionar ao jovem a possibilidade de socialização que concretize um caminho mais digno e humano para a vida. Só assim será possível a ele desenvolver as promessas (possibilidades) trazidas consigo no seu nascimento (COSTA, 1991).

Essa reconciliação se dá através da presença e do afeto proveniente desse encontro constante e sólido dentro da família. Eliete nos conta em entrevista:

“A porta do meu quarto nunca ficou trancada, qualquer um que chegasse, em qualquer hora do dia ou da noite, podia entrar. Você podia encontrar o aconchego necessário. Muitas vezes a gente teve que abraçar, chorar juntos, rir juntos, ouvir, porque quando você precisa de alguém para te ouvir e você tem, isso é uma porta fundamental. Porque todo mundo precisa ser ouvido, e só sabe ser ouvido quando essa audiência passa por conceitos como: compreensão, respeito” (ELIETE).

Essa presença constante de Cícero e Eliete, como pais de verdade, vai contra qualquer lógica institucional. Ambos optaram por viver o Santa Clara, em todas as suas nuances, e isto fazia com que nascesse ali relações de confiança e segurança. A presença se tornou um fator diferenciado, solidificando o conceito de família dentro dessa instituição. Vale lembrar que o casal fundador nunca teve como objetivo a criação de uma instituição, como afirma Cícero: “*O Santa Clara foi criada nesse sentido, em darmos uma família na troca de recebermos outra*”.

Frente a essas reflexões, fica fácil compreender os preconceitos sofridos

pelo Santa Clara e a não compreensão de sua configuração familiar. Eles não eram uma família tradicional, burguesa e acolhiam principalmente crianças negras, pobres que eram vistas por muitas pessoas como “*problemas sociais*”, “*sementes do mal*”, “*sangue ruim*”, “*bandidos mirins*” e outros adjetivos marcados pelo preconceito menorista. Destacamos esse ponto, pois existia um entendimento, por parte dos fundadores, dos impactos sociais que o Santa Clara provocava, principalmente em seu período na cidade do Rio de Janeiro. Contudo, como podemos perceber nessa pesquisa, é fácil notar as características que constituíam o Santa Clara e que fazem dele uma grande família.

A presença constante de Cícero e Eliete como as grandes referências, que se assemelham aos velhos ancestrais africanos, como referência de valores, regras e afeto é um fator crucial para a vinculação familiar comunitária no Santa Clara. Cícero chega a afirmar: “*Eu vivia numa tribo*”. Ambos ressaltam a importância de propagar valores como o amor, respeito, compreensão, carinho e a verdade. E a todo momento destacam as responsabilidades mútuas de cuidados entre todas as crianças e adolescentes, de tal forma a naturalmente os mais velhos irem assumindo responsabilidades de cuidado com os mais novos, como verdadeiros irmãos.

O espaço físico compartilhado, junto a presença de pessoas como referência de valores e regras, além da divisão de funções afetivas que se constroem em rede. Constituímos alguns dos adjetivos da *família comunitária*, que tem como base de existência, os vínculos consolidados através das relações interpessoais.

Acreditamos que este trabalho nos permitiu ampliar a discussão sobre o conceito de família através da configuração: *família comunitária*, que existiu enquanto espaço físico no Santa Clara e hoje existe nos vínculos remanescentes. Esse conceito nos permite discutir como podemos repensar o sistema de acolhimento infantil, visando promover “*famílias comunitárias*” para essas crianças que se encontram em situação de acolhimento, tendo em vista que a grande maioria das crianças, são maiores de quatro anos de idade, e por isso, muitas não conseguem ser adotadas. Sabemos que o tema ainda precisa ser muito estudado, esta pesquisa abre possibilidades de ampliação do estudo sobre uma nova configuração no acolhimento infantil e suas aplicações.

Um fator fundamental para a construção dessa nova configuração, é a

liberdade presente nas relações pautadas no respeito e na compreensão. Para nos aprofundarmos nessa seara, abordaremos o tema da liberdade dentro do Santa Clara no próximo capítulo, a fim de entender sua importância nas construções vinculares. Encerramos o capítulo com uma reflexão de Cícero: *“Na minha opinião, o que falta para a sociedade inteira é a família e eles não se dão conta disso.”*

### 3- Liberdade

*“Criança precisa de oportunidade, e a liberdade está aí. Você dá o instrumento, com o instrumento na mão ela faz o que ela quiser. A liberdade se configurava na oportunidade. Respeito, oportunidade, discussão, acolhimento, a verdade sempre, por mais dura ou doce, mas sempre a verdade.” (Eliete)*

Nos estudos sobre o Santa Clara pudemos notar que o conceito de liberdade permeava todas as decisões de Cícero e Eliete, além da construção dos valores da própria instituição em si. Ou seja, o Santa Clara se construiu tendo como pano de fundo esse conceito, inclusive permanecendo com seus portões abertos 24h por dia, justamente para as crianças saberem que estavam lá porque queriam. Para poder discutir melhor sobre esse conceito, lançaremos mão do aporte teórico de Jean-Paul Sartre e de Victor Frankl, a fim de compreender o exercício da liberdade dentro do Santa Clara.

O conceito de liberdade, em nossa sociedade atual, se manifesta através dos constantes discursos de individualização e personalização, e do estímulo ao consumismo. Esse movimento cria, o que Bauman (2008) chama, de “*sociedade de consumidores*”, que significa uma organização social que promove a valorização e a consolidação de estratégias existenciais consumistas. A prática dessa sociedade de consumo é manifestada, pela intensa variedade de produtos ditos “indispensáveis”, cada vez mais personalizados, que dividem a sociedade em pessoas importantes (as que detêm determinados bens) e pessoas “menos importantes” (quem não os detem).

Todas essas possibilidades são oferecidas sob a premissa da liberdade, muito mais associada ao ato de satisfazer os desejos pessoais acima de tudo. Essa lógica acaba por gerar conflitos, pois a liberdade coloca em xeque as relações comunitárias, tendo em vista que o “eu” vale mais que o “nós”. Nessa lógica, quando muitos “eus” estiverem juntos, o conflito é inevitável.

“Segurança sem liberdade equivale à escravidão, e a liberdade sem segurança

equivale a estar perdido e abandonado. Essas circunstâncias tornam a vida em comum um conflito sem fim, pois a segurança sacrificada em nome da liberdade tende a ser a segurança dos outros; e a liberdade sacrificada em nome da segurança tende a ser liberdade dos outros.” (BAUMAN 2003, p24)

Em seus estudos sobre comunidade e liberdade, Bauman (2003) afirma que para sempre haverá uma tensão entre as duas coisas. Porém, o autor trata a liberdade dentro da lógica dos desejos pessoais, o que realmente dificulta a possibilidade de novos caminhos comunitários. Dessa maneira, o coletivo perde força para o individualismo, assim como a segurança perde força para a ideia de liberdade. Os indivíduos buscam ser livres apenas aceitando essa proposta, sem entendê-la nem vivenciá-la, abrindo mão da segurança dotada de regras das comunidades para viverem prisioneiros da busca pela liberdade.

“A liberdade não parece oferecer riscos enquanto as coisas obedientemente seguem o caminho que desejamos. Afinal a liberdade é a capacidade de fazer com que as coisas sejam realizadas do modo como queremos, sem que ninguém seja capaz de resistir ao resultado, e muito menos desfazê-lo.” (BAUMAN, 2003, p. 26)

A discussão de Bauman (2003) nos mostra uma ótica muito social para o conceito de liberdade, totalmente massificado pelas veias de consumo dentro da nossa sociedade atual. Contudo, apresentaremos um novo olhar para o conceito de liberdade, utilizado no Santa Clara. Para isso, a primeira ideia que precisaremos desconstruir é de que a liberdade significa realizações dos desejos pessoais a todo momento. Sartre (1997) afirma que a liberdade é o fundamento da essência, ou seja, toda a essência se constrói a partir da nossa existência, que se manifesta através das nossas escolhas. Pois, sendo livre, o sujeito é capaz de se inventar e reinventar diversas vezes, isto é, ele descobre continuamente suas possibilidades, dessa maneira passa a ser responsável pela sua construção ou reconstrução pessoal.

“Certamente, eu não poderia descrever uma liberdade que fosse comum ao outro e a mim; não poderia, pois, considerar uma essência de liberdade. Ao contrário, a liberdade é fundamento de todas as essências, posto que o homem desvela as essências intramundanas ao transcender o mundo rumo às suas possibilidades próprias.” (SARTRE, 1997, p. 542).

Para Sartre (1997) ser livre é um fator primário da existência humana. Tal liberdade é sempre acompanhada de responsabilidade, não é de maneira nenhuma uma expressão caótica de impulsos e desejos descontrolados. Contrariando um

senso muitas vezes comum a liberdade, para Sartre (1997), é a expressão de um projeto elaborado, responsável, que norteia as decisões de forma consciente. Assim, o homem é uma projeção futura consciente. *“O homem é, antes de mais nada, aquilo que se projeta num futuro, e que tem consciência de estar se projetando no futuro.”* (SARTRE, 1997, p. 132)

O filósofo Sartre (1997) afirma que, ser livre pressupõe angústia, pois a cada escolha que precisamos fazer, convivemos com os riscos da mesma. Arriscar é em si angustiante, pois nem sempre estamos prontos para lidar com as consequências de nossos atos. E o próprio exercício de escolher é, em si, renúncia de todas as outras possibilidades que poderíamos optar.

Tanto Sartre (1997) quanto Frankl (1987) destacam a liberdade como uma condição humana. Frankl (1987) também destaca a liberdade como uma condição, e tal liberdade se manifesta nas escolhas que fazemos em todos os momentos de nossa vida. Ou seja, até quando escolho não escolher, estou fazendo uma escolha. Dessarte, não seria possível fugir da liberdade que se apresenta em tudo que optamos por fazer:

“[...] assim como o animal é seus impulsos, o homem é sua liberdade. Aquilo que apenas tem, poderá perder. A liberdade, porém, é característica definitiva e permanente do homem, mesmo que a ela renuncie, o próprio ato dessa voluntária renúncia acontece na liberdade.” (FRANKL, 1987 a, p.118)

Ambas as visões não veem o sujeito como algo determinado a partir de suas histórias de vida e experiências primárias: todos são afetados e amplamente influenciados por tais histórias, porém dentro dessa perspectiva de liberdade, sempre haverá uma outra alternativa de vida. Partindo dessa concepção, os autores não excluem os fatores biológicos e sociais aos quais o sujeito está inserido, e evidentemente, toda a liberdade é situada e contextualizada para as possibilidades existentes.

Frankl (1987) diferencia a liberdade “de” e a liberdade “para”. A liberdade “DE” nem sempre nos está acessível devido a questões biológicas, sociais ou psicológicas. Em alguns casos não temos a liberdade de fazer o que gostaríamos, da forma que gostaríamos e quando gostaríamos. A liberdade “DE” será sempre transpassada pelos nossos limites biológicos, sociais e psicológicos. Já a liberdade

“PARA” está ligada à forma como vamos nos colocar frente às situações da vida. Nos relatos de sua própria história, no campo de concentração de Auschwitz, Frankl (1987) afirma que mesmo prisioneiro, ou indo em direção a uma câmara de gás – o que obviamente não seria uma decisão de alguém em plenas condições de saúde mental – contudo, o sujeito tem a possibilidade de escolher como se portará frente a uma condição de sua vida: ele pode ir cabisbaixo e desacreditado ou de cabeça erguida e firme. Essa liberdade “PARA” é independente de qualquer contexto, pois ela está sempre associada ao sentido que a pessoa dará as experiências que ela vive ou viverá.

Portanto, não escolhemos onde vamos nascer, quem será a nossa família ou questões de saúde hereditárias, por exemplo. Nem mesmo estamos isentos dos condicionamentos que vivenciamos em nossas existências e sofrimentos que a vida nos proporciona. Porém, somos livres para fazer escolhas e tomar atitudes frente a essas situações, repensando assim nossos impulsos. Freitas (2015) diz: “[...]diante dos impulsos: ou a submissão cega ou o direcionamento responsável; e, diante das dificuldades: ou a reclamação e a desistência, ou o afrontamento corajoso, confiante e transformador. ( p.62).

Ambos os olhares de Frank (1987) e Sartre (1997) ressaltam que a liberdade sempre andarão junto com a palavra responsabilidade. Ou seja, toda escolha livre faz do sujeito responsável por suas consequências. Os autores destacam ainda que essa responsabilidade, proveniente da liberdade, é geradora de angústia, ansiedade e medo, pois tudo que escolhemos traz em si o risco de “dar errado”. Dessa forma, aceitar-se livre é, em si, aceitar correr riscos.

### **3.1 Liberdade e comunidade**

Estamos tratando o tema de liberdade em uma instituição de acolhimento, que proporcionava aos membros do Santa Clara uma experiência familiar e comunitária. E diferentemente do que Bauman (2003) afirmou, acreditamos ser possível ser livre e seguro dentro de uma comunidade. A presente pesquisa reafirma essa lógica. E para isso, estamos utilizando como base dois autores que tiveram a sua liberdade “DE” privada em campos de concentração, e mesmo assim

conseguiram exercer sua liberdade e deram novos significados à relação comunitária.

Sartre modificou sua forma de ver a liberdade. Inicialmente, ele a enxergava de forma absoluta, e isso inviabilizaria relações comunitárias, pois em algum momento as liberdades individuais se chocariam (SARTRE, 1997). No período que antecede sua mudança de pensamento, Sartre escreveu uma famosa peça sobre esse tema: “*Entre quatro paredes*” (1944), o autor ilustra suas ideias filosóficas de “*outro*” e do “*ser-para-o-outro*”. Nessa dialética, ver e ser visto, corresponde a dominar e ser dominado. Na peça três pessoas vão para o inferno que nada mais é do que um quarto sem espelhos, sem a necessidade de dormir e comer, e são obrigados a conviver pela eternidade. Dessa forma, “os outros” são todos aqueles que, voluntariamente ou involuntariamente, revelam algo de nós a nós mesmos. Algumas vezes, mesmo sufocados pela indesejada presença do outro, tememos magoar, romper, ferir e a contragosto os suportamos. São liberdades que se oprimem quando estão postas frente a frente. Uma vez que a incapacidade de compreender e aceitar as fraquezas humanas torna a convivência realmente um inferno.

Contudo, assim como Frankl, Sartre também foi preso em um campo de concentração, o Stalag XII, e lá permaneceu por um ano. Durante esse tempo, o filósofo conheceu várias pessoas, também prisioneiros, e juntos formaram um coletivo que se uniu para não se dobrar aos abusos dos guardas, recusando qualquer concessão feita por eles:

“Os antifascistas do Stalag formavam uma espécie de fraternidade, aliás muito reduzida, cujos membros se achavam ligados por um juramento implícito: não se dobrar, recusar qualquer concessão. Separado dos outros, cada qual jurara manter essa determinação em toda a sua rigidez” (MACIEL, 1986, p.97)

A partir dessa experiência comunitária, Sartre descobre a solidariedade e a possibilidade de ação comum. O filósofo começa a reformular sua teoria, e o primeiro fato a ser modificado é a liberdade absoluta: ele enxerga agora que o homem é livre dentro das possibilidades de sua vida, e esta é influenciada (não determinada) pelo meio ao qual está inserida. Junto a essa mudança, a ótica sobre os relacionamentos muda também. A experiência comunitária em Stalag o fez perceber que é possível que duas liberdades andem juntas, e que isso é uma questão

de consciência (MACIEL, 1986).

Assim, o filósofo passa a perceber o homem como um ser social. Isso faz com que toda a escolha que o sujeito realize, afete o mundo a sua volta e vice-versa. Como falamos anteriormente, Sartre descobre a solidariedade, e ela dá consistência a liberdade.

“Não só devemos ser solidários (como prescreve uma ética do engajamento da pessoa com um âmbito da *práxis* enquanto participação ativa na construção de um espaço de convivência comum), como a própria condição humana revela que somos solidários. [...] Ele [ser humano] é engajado, pois se encontra num estar-no-mundo na vida coletiva da qual depende de olhar frente a interdependência entre as escolhas dos homens e aceitar a sua parte nisso.” (VERISSIMO, ERTHAL, 2015, p.103)

Compreender o próprio contexto é fundamental para articular as possibilidades existentes proveniente do meio. Ou seja, nos deparamos com a liberdade-em-situação. Percebendo a realidade social o sujeito se depara com as possibilidades, mudá-la ou não, descartá-la ou não.

Quando o sujeito tem consciência da própria liberdade, e de que todo ser é livre para ser aquilo que deseja dentro de suas possibilidades, é possível ver o outro além de uma barreira bloqueadora de sua liberdade, passando assim a respeitá-lo como responsável por sua vida. Tendo o indivíduo entendido, que a sua liberdade se estende às suas possibilidades, ele consegue compreender que não poderá passar por cima da liberdade de *outrem*. Ou seja, é dessa maneira que o outro passa a ser delimitador dele, e não limitador (SARTRE, 1997).

Esse entendimento tem como consequência de ação, a *aceitação incondicional*, ou seja, aceitá-lo sem impor condições prévias. Compreendendo o outro como um ser livre como eu, tenho a capacidade de acolhê-lo respeitando-o. É importante ressaltar que acolher não significa concordar com as escolhas de outrem, mas sim entendê-las. O segundo pensamento de Sartre possibilita ao indivíduo um crescimento autêntico individualmente e em comunidade. É essa nova perspectiva de liberdade situada que faz a diferença nas relações comunitárias. Segundo Bauman (2003), seria impossível ser livre e experienciar a segurança proveniente da vivência comunitária. Porém, quando a pessoa passa a respeitar a liberdade do outro e a se responsabilizar pela sua própria liberdade, o conflito deixa de ser a base da relação para se tornar uma possibilidade desta.

Viver em comunidade pressupõe pensar no outro, e nos faz entender que

não estamos sozinhos. Ou seja, tudo que eu faço afeta o outro e vice-versa. Zamora (2004) salienta que um conceito de comunidade aceitável é justamente aquele que rompe com a dicotomia entre individualidade e coletividade.

Deve incorporar, simultaneamente, os determinantes que integram os homens, assim como aquilo que lhe confere autonomia. Deve compreender também a importância de formar e compartilhar os laços e territórios afetivos e de duração “boa o suficiente”, para além da definição tradicional de que comunidade é um coletivo que deve compartilhar um território de dimensões concretas, possíveis de serem mapeadas. (ZAMORA, 2004, p. 129)

Para que essa dicotomia seja desconstruída, permitindo que as diversas liberdades possam caminhar juntas coletivamente, duas palavras se destacam como fundamentais para o processo de integração liberdade-comunidade: Autoconsciência e Respeito. Ambas são complementares. Como vimos com Sartre e Frankl, é preciso que eu me compreenda livre para entender a liberdade do outro, e assim possamos experimentar um crescimento autêntico através desses encontros.

O homem é um ser social, sua existência está pautada no contexto em que ele está inserido. Isso faz com que toda a escolha que o sujeito realize, afete o mundo a sua volta e vice-versa. Como falamos acima, Sartre descobre a solidariedade, e ela dá consistência a liberdade.

“Não só devemos ser solidários (como prescreve uma ética do engajamento da pessoa com um âmbito da práxis enquanto participação ativa na construção de um espaço de convivência comum), como a própria condição humana revela que somos solidários.[...] Ele [ser humano] é engajado, pois se encontra num estar-no-mundo na vida coletiva da qual depende de olhar frente a interdependência entre as escolhas dos homens e aceitar a sua parte nisso.” (VERISSIMO, ERTHAL, 2015, p.103)

Compreender o próprio contexto é fundamental para articular as possibilidades existentes proveniente do meio. Ou seja, nos deparamos com a liberdade-em-situação. Percebendo a realidade social o sujeito se depara com as possibilidades, mudá-la ou não, descartá-la ou não.

### 3.2 Autoconsciência e Respeito

*“Você é feliz quando respeita qualquer ser humano. Você pode ser uma pessoa pobre, remediada... Se você é feliz, é porque você respeita. Aquilo que você quer viver não é aquilo que você tem, e sim aquilo que você é.” (Cícero)*

Neste capítulo, tratamos do conceito de liberdade, exercido na Família de uma forma diferente do que em geral se verifica no senso comum. Percebemos que é possível ser livre em qualquer instância, tanto por uma questão de sentido, quanto por uma questão de respeito à liberdade de outrem. Com isso, nos tornamos responsáveis pela nossa própria história. A palavra respeito foi uma das mais utilizadas pelo casal fundador, como começamos a explorar no primeiro capítulo. A todo o momento eles transpassavam essa palavra para conduzir suas atitudes frente às crianças, tão desrespeitadas pela vida. Entendemos que, para que exista respeito, é preciso haver autoconsciência, a fim de que tenhamos também consciência da liberdade da outra pessoa.

Para aprofundar o entendimento do impacto do respeito na dimensão de liberdade, continuaremos o diálogo entre Baremlitt e Erthal, que iniciamos anteriormente. Para pensar a autoconsciência em uma instituição de acolhimento, precisaremos olhar tanto para o indivíduo quanto para o coletivo. Erthal (2004) afirma que: *“Toda compreensão parte diretamente do homem; o ser humano só pode ser compreendido a partir de si mesmo. Ainda que imerso e bloqueado em sua problemática, é o melhor intérprete de suas emoções, de sua realidade obstruída.”* (p.90)

Dentro do conceito de autoanálise e autogestão de Baremlitt (1992), o autor afirma:

“As comunidades mesmas, como protagonistas de seus problemas, de suas necessidades, de suas demandas, possam enunciar, compreender, adquirir ou readquirir um vocabulário próprio que lhes permita saber acerca de sua vida. E não que alguém venha de fora ou de cima para dizer-lhes quem são...” (p. 17)

Ambos os autores ressaltam que para trabalharmos a autoconsciência, autoanálise e autogestão, é preciso que exista uma valorização tanto do sujeito quanto da comunidade em questão, tornando-a responsável por suas escolhas e, conseqüentemente, livre.

Segundo Erthal (2004), a autoconsciência e a liberdade caminham juntas, pois quanto maior o conhecimento de si, maior é a chance de o sujeito perceber as suas potencialidades. Por conseqüência, suas possibilidades aumentam, tornando-o

mais livre e coerente em suas escolhas. Esse pensamento segue a lógica da autoanálise e autogestão de Baremlitt (1992), pois é só junto ao grupo e com o grupo que é possível explorar suas reais capacidades.

Como podemos notar, tanto individualmente quanto coletivamente, se conhecer significa entrar em contato com suas qualidades e potencialidades. Esse movimento nos ajuda a ultrapassar barreiras, criar saídas e construir escolhas que façam sentido para nós. No Santa Clara, isso fazia com que as crianças e adolescentes vencessem o medo do abandono e da desconfiança, fazia com que eles descobrissem suas próprias particularidades, através da música, da arte do ou esporte, por exemplo, e olhassem para frente sonhando com objetivos possíveis e palpáveis.

Carl Rogers (1978) também contribuiu para o destaque do autoconhecimento como fator de mudança na vida de adolescente. O autor foi surpreendido pelos resultados de duas pesquisas com adolescentes “infratores”, realizadas na década de 30 nos EUA. O objetivo destas era criar um instrumento de avaliação que pudesse prever o comportamento futuro do jovem “delinqüente”, o qual foi denominado de *Component Factor Method* (Rogers, 1978). Tanto na primeira aplicação quanto na sua replicação, o fator **auto-conhecimento** mostrou-se o mais preditivo do comportamento futuro, superando os das contingências familiares e sociais. Nas palavras de Rogers: “*O grau de auto-compreensão e de auto-aceitação, o grau que a criança pode aceitar a realidade de sua situação, o grau que a criança se auto responsabiliza era o fato que prediz o comportamento*” (Ibid. p.85). Em entrevista a Evans (1979), Rogers afirma:

“A conclusão que se tirou foi que a pessoa que é realista a respeito de si mesma, que sabe o que tem que enfrentar e quais os fatores que influenciaram seu comportamento tem chance muito maior de controlar o próprio comportamento. Pode fazer escolhas. Não avalei, na ocasião, toda a profundidade daquele estudo. Levei alguns anos para perceber que nossas constatações eram mais importantes do que eu pensava”.(p.96).

Os estudos de Rogers (1978) nos ajudam a dimensionar a importância do autoconhecimento no processo de ressignificação da própria história. Podemos afirmar que ser consciente – ou seja, ser capaz de fazer escolhas responsáveis, e assim compreender sua condição e possibilidades de futuro – são um diferencial

para o processo de mudança frente aos sofrimentos vivenciados.

Contudo, sabemos que o autoconhecimento, ou autoanálise, nem sempre são tarefas fáceis de serem cumpridas, pois por diversas vezes não percebemos os mecanismos que se instauraram em nosso comportamento, e não compreendemos de onde eles vieram, além de alimentar crenças que por vezes não são condizentes com nossas reais capacidades. Por exemplo, quando nos deparamos com crianças que são rotuladas como “*sementes do mal*”, e que são tratadas por todos à sua volta como algo ruim. Não é incomum que tal criança assuma esse rótulo como uma verdade de si, e que para manter tal condicionamento acabe por escolher caminhos que sustentem essa falsa crença. Ou uma comunidade que funciona em uma lógica limitada por um grupo dominante, que não consegue perceber que suas características e potenciais são muito valiosos, e acabam por buscar valorizar atributos de outros grupos para sentirem seu valor, pois sustentam a crença de que seus adjetivos não são bons o suficiente.

Poderíamos citar diversos exemplos de dificuldade de percepção dos próprios potenciais. Porém, como vimos anteriormente, alguns condicionamentos e contextos histórico-sociais, levam tanto o sujeito quanto o grupo, a sustentarem crenças e valores que não são coerentes com suas capacidades. Destacamos aqui a importância de outras pessoas no processo de autoconhecimento. Erthal (2004) destaca um dos caminhos para um processo de autoconhecimento:

“Somente experimentando um aspecto de si mesmo, negado até então, num clima livre de pressões e sentido, como pleno de aceitação, é que pode tentar assumi-lo como uma parte de si mesmo. O meio de promover estas condições é a possibilidade do indivíduo, se possível com ajuda de alguém de importância especial para ele, encontrar expressão de seus valores originalmente positivos, aqueles que estão relacionados às suas necessidades reais.” (p. 84)

A autoaceitação muitas vezes vem com o auxílio de pessoas que podem ser desde profissionais ou pessoas importantes na vida de alguém, para que juntos possam elaborar um espaço de segurança, visando a elucidação das capacidades soterradas pelas massificações negativas da vida. Baremlitt (1992) destaca a importância do papel dos chamados *experts* junto às comunidades, não como detentores de poder, mas como um auxiliares nas descobertas dos potenciais comunitários.

Mas até para que a autoanálise seja praticada pelas comunidades, elas têm de construir um dispositivo no seio do qual esta produção seja possível. Elas têm de organizar-se em grupos de discussão, em assembleias; elas têm de chamar *experts* aliados para colaborar com elas; elas têm de dar-se condições para produzir este saber; e para desmistificar o saber dominante” (BAREMBLITT, 1992, p. 19) “

O *expert* é aquele que através de seu conhecimento ajudará a instituição a desenvolver a autoanálise e a autogestão. Ele não tem a função de gerir nada: assim como exemplificamos acima, um profissional ou alguém especial não muda a vida de alguém, mas favorece o autoconhecimento através de escolhas que rompam com o senso comum e o ordinário.

Como falamos, a autorreflexão individual ou coletiva é o que nos permite escolher de forma responsáveis. Dentro da perspectiva fenomenológica, que Sartre utilizou como base metodológica para desenvolver suas perspectivas existências, a autorreflexão acontece quando o sujeito direciona a sua atenção para os processos mentais que lhe permite captar não mais os objetos como se apresentam no mundo, mas sim, como ele se apresenta na sua consciência, ou seja, como ele vivencia aquele objeto. Desta maneira, há uma integração entre a consciência e o objeto de tal forma que não existe a possibilidade de haver um sem o outro. Os objetos só podem ser entendidos quando surpreendidos pela consciência, da mesma forma que só haverá consciência nos momentos em que ela os apreende. Tem-se presente então, o postulado básico da fenomenologia: o Princípio da Intencionalidade.

É importante destacar que essa visão de consciência, rompe com a tradicional ideia de consciência como uma caixa de compartimento onde se deposita conteúdos mentais. Ela se torna um escape para fora de si. Ela é agora esse direcionamento aos fenômenos, e o objetivo se transforma no ato de conhecer. Para isso a fenomenologia entende que é unicamente através da metodologia descritiva, que seria possível encontrar o núcleo significativo de cada fenômeno. Ressaltamos aqui, que fenômeno nada mais é do que aquilo que aparece no mundo, e a fenomenologia é o estudo desses fenômenos. Captamos os fenômenos através de nossos sentidos, e os significamos através de nossa consciência.

Como pano de fundo da discussão apresentada, podemos notar a importância do respeito. Pois a liberdade, tanto individual quanto de um coletivo, é sempre dos mesmos, ninguém escolhe por ninguém, como vimos a escolha é sempre fruto de uma intenção. Porém, as relações solidárias e positivas podem

promover mudanças significativas na vida de todos. E para que isso aconteça, é preciso acolher as histórias, sem julgamentos, e não necessariamente com concordância, mas com espaço para que elas sejam expostas. Carl Rogers (1978) utiliza o termo *compreensão empática* para descrever essa postura frente outrem. Para o autor, isso significa acolher a pessoa como digna de respeito e de confiança, compreendê-la livre de preconceitos e rotulações. Muito se fala em *compreensão empática* dentro da relação terapeuta/cliente, contudo, esse conceito empático pode ser aplicado em qualquer relação humana, pois ele é a base do respeito.

Acolher as crianças e adolescentes sem perguntar pelo passado e expressar confiança gratuitamente era o movimento concreto de respeito e compreensão empática que existia no Santa Clara. Quando discorre sobre os caminhos de emancipação de crianças e adolescentes com sérios problemas de conduta, Costa (1991) utiliza o conceito de “*aquisição*” (p. 5); que é processo de aquisição da própria criança e adolescente sobre suas capacidades, através de uma relação compreensiva e autocompreensiva, orientada pela valorização e fortalecimento dos aspectos positivos de sua personalidade, promovendo autoconfiança e autoestima para a superação das suas próprias barreiras e dificuldades.

Todo esse movimento é pautado na liberdade e respeito. Costa (1991) afirma que as instituições que utilizaram esse modelo emancipatório com crianças e adolescentes foram as que conseguiram os melhores resultados. É importante destacar que encontrar uma instituição que funcione fundamentada na liberdade, no autoconhecimento e respeito rompe totalmente com as lógicas de instituições totais que funcionam exatamente no movimento contrário, através da privação e generalização de seus membros.

“A orientação básica desta pedagogia é resgatar o que há de positivo na conduta dos jovens em dificuldade, sem rotulá-los nem classificá-los em categorias baseadas apenas nas suas deficiências. Sem ignorar as exigências e necessidades da ordem social, o educador somente não aceita a perspectiva de que sua função venha a ser apenas adaptar o jovem a isso que aí está. Ele vai mais longe. Ele quer abrir espaços que permitam ao adolescente tomar-se fonte de iniciativa, de liberdade e de compromisso consigo mesmo e com os outros, integrando de forma positiva as manifestações desencontradas de seu querer-ser.” (COSTA 1991, P.7)

O respeito, como base da liberdade dentro de uma instituição de

acolhimento infantil, significa olhar para cada criança e adolescente como um ser único dotado de qualidades e defeitos, e buscar a todo momento, dentro do tempo de cada um, explorar o que eles têm de melhor. Esse movimento não acontece apenas para uma mera adaptação social, mas para a construção de escolhas livres e coerentes que os levem a olhar para frente com esperança e felicidade, com mais coragem e menos medo; até porque a coragem não é a ausência do medo, e sim o ato de encará-lo e seguir em frente. Em outras palavras, o respeito foi o caminho utilizado para a construção da autoconsciência das crianças e dos adolescentes do Santa Clara, e isso aconteceu através de um conceito muito falado, porém cientificamente difícil de definir: o amor.

### 3.3 Amor: um caminho de liberdade

Falar de amor dentro do campo da ciência é sempre muito difícil, pois o amor é uma palavra e um conceito muito utilizado de diversas formas, fato este que o banaliza nos dias atuais. Aplica-se amor a coisas, animais e pessoas e a distinção de intensidade é individual. Essas circunstâncias dificultam inclusive a afirmação de que o amor era uma das bases do Santa Clara, por exemplo, pois o amor parece uma palavra muito imprecisa, “líquida”<sup>14</sup>, atualmente. Porém, com a ajuda de Frankl (1987) e Freitas (2015), abordaremos o amor em uma concepção existencial logoterápica, devido ao fato de ele estar presente constantemente nos discursos dos fundadores do Santa Clara, discutindo como o ato de amar é um caminho de liberdade.

Freitas (2015) afirma que o amor é o aspecto do fenômeno humano mais amplo da autotranscendência, da capacidade de abertura ao outro, ao mundo e à transcendência. Isso significa que o homem não é um sistema fechado, fadado a satisfazer suas necessidades e impulsos a qualquer custo, para estar bem consigo. Frankl (1987, p. 74) afirma que é exatamente o contrário: por força dessa qualidade autotranscendente da realidade humana, ou seja, o amor, é que ele busca expandir-se para fora de si, seja em direção a um sentido ou a outra pessoa, a quem busca

---

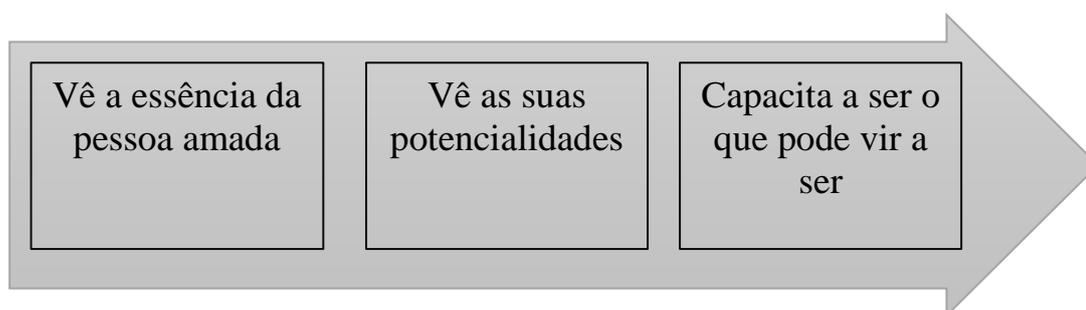
<sup>14</sup> Líquido: Conceito de Bauman (2004) que explicita a fluidez e a velocidade em que a sociedade se organiza em diversos campos, relacionais, financeiros e pessoais. Não se pensa mais a longo prazo e sim a curto.

para um encontro de amor.

Tanto para Freitas (2015) quanto para Frankl (1987), o amor está ligado à capacidade de captar o outro em sua singularidade, confirmar através desse olhar o seu valor. Em outras palavras, o amor ajuda a conhecer a essência. *“O encontro de amor não se dirige à autorrealização das pulsões e nem é uma mera autoexpressão, mas vai em direção ao outro e se realiza justamente na saída de si mesmo, pois se baseia na autotranscendência.”* (FREITAS, 2015, p. 80).

A partir disso, podemos afirmar que o amor não é apenas um sentimento, mas sim um movimento de escolha e consciência que se manifesta em um *ser-para-e-com-o-outro*. Frankl complementa dizendo: *“O amor é mais do que um estado de sentimentos: é um ato intencional.”* (apud. FREITAS, 2015, p. 178). O amor como escolha autotranscendente, está ligado diretamente ao ato de respeitar e acolher o outro em sua essência, captando suas potencialidades e ajudando, junto a ele, a promover suas qualidades e vencer suas barreiras. Então quando falamos de amor como uma base filosófica para uma instituição de acolhimento infantil, por exemplo, estamos dizendo que as escolhas feitas dentro da mesma são transpassadas pelo olhar positivo e compreensivo, e de deslocamentos em direção ao essencial de cada pessoa. Amar é um fator fundamental para os conceitos que temos falado neste capítulo, pois ele promove autoconhecimento, respeito, segurança, responsabilidade e esperança. Todas as consequências citadas agora funcionam na lógica da liberdade. Dessa forma, amar é ser livre e reconhecer a liberdade de outrem.

Frankl (1987) ressalta três movimentos que o amor produz, e que vamos expor em um esquema abaixo: (FRANKL 1987, p. 136, apud. FREITAS, 2015, p. 87).



Como temos explorado, esses três movimentos citados por Frankl (1987),

podem ser aplicados como uma práxis institucional, no momento em que existe uma decisão livre de aplicabilidade, através de comportamentos concretos.

Ver a essência, por exemplo, é escolher entender antes de julgar e acolher os erros e acertos. Não significa concordar com aquilo que foi feito de errado, mas sim perceber o essencial positivo e explorá-lo a fim de promover o desenvolvimento pessoal e emocional. Seguindo esse caminho, perceber as potencialidades é entender que cada criança e adolescente carrega em si talentos singulares que podem ser explorados, não obstante suas experiências de dor ou violência. Mas, para isso é preciso que haja espaço de expressão, e, como temos discutido nesta pesquisa, a educação e a cultura favorecem esses espaços de potencialidades.

O terceiro ponto citado por Frankl (apud. FREITAS, 2015) é fundamental para as mudanças concretas no presente e, conseqüentemente, no futuro. Isso significa ajudar as crianças e os adolescentes na construção dos seus sonhos e metas, ou até mesmo na sua reconstrução emocional. Essa *qualificação* acontece de forma prática: o Santa Clara contava com a ajuda de diversos profissionais da área da saúde, como psicólogos e fonoaudiólogos, e outros como pedagogos e profissionais da área artística, além, é claro, das relações de cuidado e atenção entre todos os membros da família.

Como temos discutido neste capítulo, é a consciência responsável que nos permite escolhas livres. Junto a isso, Freitas (2015 p.231) afirma *que “o amor faz com que o homem veja com mais nitidez, e profundidade. Ele o torna clarividente e o faz profético”*. Dessa maneira o amor clarifica os fenômenos à nossa volta, e nos permite experienciá-los de uma forma mais intensa e profunda, levando a uma significação coerente com os valores do sujeito.

Essa prática concreta de amor levava as crianças a criarem uma nova identidade, inclusive familiar, com os outros membros. Acreditamos que todos os movimentos até aqui citados (autoconhecimento, respeito e amor) foram fundamentais para a reconstrução da autoimagem, autoestima e identidade das crianças e adolescentes do Santa Clara.

### 3.4 - Identidade livre

Consideramos importante explorar o que significa identidade dentro de uma visão existencial, devido ao fato de que em muitos relatos Cícero e Eliete ressaltam as dificuldades que vivenciaram, frente aos preconceitos, principalmente raciais, mas também classistas, que sofreram junto às crianças e adolescentes. Como a maioria dos membros do Santa Clara era de negros e pobres; com frequência eles sofriam discriminação a partir de uma identidade social racista que lhes fora imposta. Por isso, utilizaremos a visão existencial para desconstruir esse olhar, e compreender os efeitos da liberdade na construção da identidade das crianças e dos adolescentes do Santa Clara.

Segundo Sartre (1997), a identidade começa a se construir a partir do momento em que o sujeito nasce. Suas experiências com o mundo o afetam fisicamente e emocionalmente. Ao longo desse processo, o indivíduo vai percebendo quais são os comportamentos mais adequados ao contexto que ele está inserido. Erthal afirma que o eu social da criança nasce a partir das interações sociais que ela vive, sendo o ponto de partida a relação com os adultos. Se o adulto não lhe proporciona as satisfações razoáveis dos seus desejos, forma-se uma relação entre suas exigências e a inflexibilidade de outro. Dessa interação surgem sentimentos como amor e ódio, por exemplo (ERTHAL, 2004, p.76).

A construção da identidade vai se dando através das diversas situações valoradas que a criança vivencia. Esse movimento é uma via de mão dupla: a criança começa a perceber as reações dos que a cercam e passa a entender suas expectativas, assumindo assim uma imagem frente às relações que ela começa a estabelecer com o mundo.

Para Sartre (1997), todo o processo de construção da identidade começa pela infância, adentra a adolescência e penetra na vida adulta. Para isso, ele usa o termo “*Projeto Original*” (SARTRE, 1997, *apud* ERTHAL, 2004, p.77). Esse projeto é o resultado da imagem criada de si, que o sujeito desenvolveu ao longo de sua vida, e passa a realizar suas escolhas dentro dessas expectativas primárias. Dessarte, podemos concluir que as experiências mais estáveis do eu, que ele chamará de “*em-si*”, definem a nossa identidade.

Contudo, para Sartre (1997), não somos apenas “*em-si*”. Ou seja, não somos

apenas as partes estáveis, e tais características não são imutáveis. O filósofo acredita que além do “*em-si*”, temos um “*para-si*”, que nunca está acabado, pois é um constante “*vir-a-ser*”. Segundo Sartre (1997), o “*para-si*” é o nada pelo qual há o ser. É ele que designa os processos psicológicos de pensar, sentir e agir. Ou seja, a cada experiência que vivemos, pensamos e sentimos e conseqüentemente agimos; após isso, o ciclo recomeça. Estamos em constante mudança, fazendo com que jamais sejamos algo estável em plenitude. Como Sartre (1997) afirma, nosso projeto original só acaba no dia em que morremos.

Para complementar a compreensão da construção da nossa identidade segundo Sartre, vamos entender como se manifesta a consciência para o autor. Para o filósofo, em um primeiro momento, a consciência se manifesta ultrapassando a si mesma e deslocando-se em direção ao objeto, posição na qual se estagna. Ou seja, é uma consciência perceptiva que apenas nos possibilita mirar o objeto e ignorar a si mesma para isso. Neste momento a consciência e o objeto são um só. Isso porque ela estaciona na identificação com o objeto ou ato. A consciência nesse nível não olha para a própria consciência, em outras palavras, ela não volta o olhar para si com o intuito de analisar como a mesma constrói suas percepções e imagens de mundo. Esta, Sartre (1997) denominou de “*consciência irreflexiva*”.

Em um segundo momento, ou na chamada consciência reflexiva, a consciência passa a ser consciente de estar consciente do próprio objeto. Ou seja, o eu se apropria daquilo que tem consciência. É justamente esse movimento que nos diferencia dos outros animais, que Sartre (1997) vai chamar de “*consciência reflexiva*”.

Compreendendo os níveis de consciência, precisamos ressaltar que toda a consciência reflexiva é, antes, consciência irreflexiva, assim não é necessário ser reflexivo para existir, uma vez que a consciência irreflexiva é autônoma. Através desse olhar, o “Eu” só aparecerá como consequência de uma captação irreflexiva, fruto de um ato reflexivo.

Entendendo os caminhos da consciência para a construção do ser no mundo, compreendemos que ambas as consciências dialogam para a construção tanto do “*em-si*” quanto do “*para-si*”. A relação “*em-si*”/“*para-si*” também é complementar, pois não conseguiríamos ser uma mudança intensa diária sem continuidade, e o

“em-si”, ou seja, nossa identidade, faz com que sintamos essa constância. Bungenal (em GREENING, 1975) afirma também que o “em-si” é como um álbum de recortes que o indivíduo faz de si mesmo, que lhe favorece o sentimento de continuidade. Nossa identidade se manifesta em nossas escolhas e ações. Erthal (2004, p.72) acrescenta: “*Evidentemente, a identidade de alguém é expressa pelas suas ações. Ele é quem faz, sem ser o que faz. Seu valor não está depositado na sua produção, mas em si mesmo enquanto produtor dessas ações, enquanto agente.*”. Sem essa identidade, que se expressa em nossos comportamentos, precisaríamos pensar em nossas atitudes a cada escolha, fato amplamente desgastante emocionalmente.

Contudo, o “para-si” funciona como uma possibilidade, é uma constante oportunidade de reinvenção da própria identidade. Podemos perceber isso com a seguinte afirmação: não sou a mesma pessoa de um ano atrás, mas tenho características dessa pessoa ainda hoje. A mudança que sou capaz de perceber é consequência do “para-si”. Já as características comuns, são o próprio “em-si”.

Bauman (2003) também contribui a concepção de identidade: a identidade firmada ajuda a pessoa a lidar com o mundo que muda, porém, também pode definir a pessoa de tal forma que ela fique presa a esta imagem criada de si. Assim como Sartre, o sociólogo acredita que não somos alguém, mas sim estamos sendo alguém, ou seja, vivemos em constante mudança e não podemos nos determinar como uma coisa estável e estática, pois a vida por si só é um processo em constante movimento de mudança.

A partir dessa concepção de identidade, somos capazes de desconstruir qualquer discurso determinista e preconceituoso que atravessa o senso comum, como: “*sementes do mal*”, “*esse aí não tem mais jeito*”, “*incorrigível*”. Tais palavras, que apareceram nas entrevistas do casal de forma crítica, infelizmente ainda são muito utilizadas em nosso cotidiano. Esse discurso, comum na grande mídia, criava e ainda cria uma identidade negativa sobre crianças e adolescentes, em sua maioria negras e pobres, antecipando a elas um projeto de vida fadado ao fracasso e à violência. Contudo, como estudamos, somos livres para reestruturar a nossa identidade através do nosso “para-si”. Nenhuma criança ou adolescente está fadada a ser um criminoso ou uma “influência ruim”. O meio também não

determina essas crianças, mas não podemos deixar de levar em consideração as experiências que ele proporciona para algumas delas.

Dentro do Santa Clara passaram crianças e adolescentes que tiveram contato com o tráfico, que foram exploradas sexualmente, violentadas fisicamente, que já haviam matado e presenciado torturas e mortes, entre outras experiências aterrorizantes. E mesmo frente a tantas influências dolorosas e negativas do contexto que lhes fora imposto, a massiva maioria conseguiu reconstruir sua identidade, a partir das experiências de respeito e autoconsciência, da noção de responsabilidade e valorização da capacidade de sonhar, dos valores e das relações familiares que ali vivenciaram. Em outras palavras, o fato de não ser e sim estar sendo mantém acesa a chama da esperança de novas possibilidades e escolhas. Entretanto, como podemos analisar nesta pesquisa, é fundamental que existam pessoas ou lugares que exerçam um papel de suporte para tais mudanças.

## Capítulo 4 – Análise das Entrevistas e Discussão

Além das discussões teóricas apresentadas, essa pesquisa contou com seis entrevistas semiestruturadas com os fundadores do Santa Clara, Cícero de Castro Rosa e Eliete de Castro Rosa. Ambos assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e permitiram a divulgação de seus nomes. Essa pesquisa foi submetida ao comitê de ética da PUC-Rio e, sendo aceita, foi realizada com o casal. Queremos ressaltar, que além dos dados provenientes das entrevistas, tivemos diversos encontros informais com o casal, com seus filhos (biológicos ou não), que também foram reveladores, e nos apoiaram para construção das explorações feitas nesta pesquisa.

Como explicitamos na introdução, utilizamos como instrumento a análise de conteúdo de Bardin e estabelecemos algumas categorias prévias e outras que emergiram do campo. Liberdade, família, relacionamentos e sentimentos eram categorias prévias. Liberdade e Família se confirmaram, Relacionamento e Sentimentos se diluíram nas demais categorias e foram retiradas. No campo das categorias emergentes, tivemos Educação, Sonhar e o conjunto de características que terminamos por definir como Menorismo.

Todas as categorias estão interligadas de alguma maneira e contribuem para a singularidade do projeto. Algumas perguntas que nortearam as entrevistas foram: o que é família para vocês? O que era o Santa Clara? O que é liberdade para vocês? Contudo, durante as entrevistas as respostas foram acontecendo naturalmente e outras questões foram se presentificando no discurso.

### 4.1 – Categoria Educação

*“É preciso toda uma aldeia para educar uma criança” (Provérbio africano).*

Educação é uma categoria emergente do campo nas entrevistas realizadas com Cícero e Eliete. A todo momento foi possível notar o papel de destaque da educação como forma de organização, ressignificação das vidas das crianças e (re)construção dos sonhos e perspectivas futuras dentro do Santa Clara. Desde o

início da instituição, a educação se mostrou um diferencial na formação de jovens livres, capazes de lutar contra os preconceitos e discriminações. Nesta abordagem incluía-se arte, cultura e valores familiares como caminhos de aprendizagem, não apenas a educação formal.

Quando o casal iniciou o projeto na Paraíba do Sul, estava vigente o sistema de domínio econômico dos grandes fazendeiros “coronéis” sobre os colonos, como já citamos no primeiro capítulo. A escola pensada para os “menores” era apenas o Ensino Fundamental ou o desenvolvimento da habilidade de ler e escrever, ainda assim minimamente. Para muitos que lidavam com as crianças na época, a justificativa para essa educação limitada era de que: “*para aquelas crianças isso já bastava*” (*sic*). Pouco mais seria necessário para o trabalho previsto para eles – lavoura ou serviços sem registro formal, precarizado. Essa lógica normaliza a segregação e discriminação e acaba por responsabilizar as pessoas pobres por sua própria situação. Entendemos que esse é um processo social violento.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (Suíça, 2002), violência é todo o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. Contudo, essa não é a única concepção de violência existente e precisamos problematizar o conceito.

Ana Célia Duarte e Barbosa (2007) afirmam que muitas vezes, até sem se dar conta, pessoas com menos instrução formal acabam sofrendo vários tipos de violências por parte de um grupo dominante. Violência esta que não se manifesta em atos físicos, mas principalmente em atos simbólicos. Nesse sentido, violência é também qualquer ato que iniba ou fira os direitos de qualquer ordem moral, cidadã (p.3). Em outras palavras, violência aplica-se também ao desrespeito à diversidade cultural, religiosa, racial ou ideológica. Os autores destacam ainda, que nós incorporamos pensamentos e comportamentos, de forma inconsciente, através de aparelhos ideológicos sociais (escola, família, igreja, trabalho), de tal maneira a naturalizarmos tais formas de ser. Diante disso, Ana Célia Duarte e Barbosa (2007) respondem a seguinte questão: “*o que é preciso fazer para que ele (pessoa com menos instrução) consiga perceber o quanto é dominado e encontra-se em uma*

*classe subalterna? A resposta não pode ser outra a não ser: EDUCAÇÃO” (p. 3).*

Diante do contexto que determinava sempre uma posição subalterna para os meninos e meninas pobres, pouco diferenciada da situação de seus antepassados, o casal resolveu educar:

“A gente criou uma escola para os colonos. Nós assumimos a escola, eu questioneei a escola local, porque o menino com 17 anos estava na quarta série, porque não tinha mais séries e ele ficava na quarta, enquanto o patrão deixasse, porque ele sempre tinha que ajudar o pai” (ELIETE).

Diante dessa lógica, desse cenário já colocado, o casal assumiu a ideia de proporcionar uma escola de qualidade para as crianças de Paraíba do Sul – e depois do Santa Clara – modificando a cultura de exploração local. Junto à escola fizeram do Santa Clara um espaço de cultura e lazer, promovendo filmes, músicas e festas locais. Eliete nos conta que: *“Lá fizemos um choque cultural. Sábado, fazíamos um evento cultural, passamos filme, questionávamos a realidade do negro e depois abordávamos temas como Constituição [Federal], por exemplo, pois eles não sabiam nem a metade do que tinham direito”*.

Gostaríamos de destacar aqui que escolher por romper com as lógicas de poder dominantes da época fez com que eles sofressem represálias, e através do trecho de Eliete podemos entender algumas barreiras de violência enfrentadas ao decidir por em prática aquilo que acreditavam.

“Em Paraíba, eles tacaram fogo no carro do Cícero. Primeira infração que cometemos, demos trabalho e escola, até a quarta série, para as pessoas das fazendas, do momento em que tiramos o menino que estava trabalhando na roça para estudar, o fazendeiro chegou com espingarda falando que estávamos mexendo com a realidade do lugar. Nesse dia era aniversário do meu filho e ninguém quis ir para a casa, quando o motorista foi à cidade buscar o presente, saíram do carro, quando voltaram a Kombi estava pegando fogo. Outra vez estávamos indo para o Rio ver as crianças que estavam aqui, eu estava no banco do carona, no meio do caminho saiu uma chama, imagina se estivesse com todas as crianças no carro. Puseram revólver na cabeça do Pimentel que era o motorista...”

Romper de alguma maneira com o sistema de poder racista tem um preço, porém, os desafios foram vencidos. Abordavam assuntos como o racismo e a desigualdade social, encorajando-os a pensar em suas vidas. Eram temas palpantes, pois a composição das crianças do Santa Clara era, em sua maioria, negras e pobres. A conscientização de sua posição social e de seus direitos dava às

crianças a possibilidade de encarar o mundo de forma mais justa, pois ampliava as possibilidades de recursos diante das desigualdades e preconceitos que viveram e ainda viveriam em suas vidas. Paulo Freire (1996) ressalta essa diferenciação entre classes e como ela se constrói socialmente nas escolas, além da importância da valorização de um olhar crítico.

Não se permite a dúvida em torno do direito, de um lado, que os meninos e as meninas do povo têm de saber a mesma matemática, a mesma física, a mesma biologia que os meninos e as meninas das “zonas felizes” da cidade aprendem mas, de outro, jamais aceita que o ensino de não importa qual conteúdo possa dar-se alheado da análise crítica de como funciona a sociedade. (FREIRE, 1996, p.44)

Compreender a própria história como possibilidade e não como determinação, possibilitava às crianças e aos adolescentes um novo olhar para si, agora como sujeitos da história, como seres não apenas no mundo, mas com o mundo e com os outros. Isso fazia com que eles fossem capazes de refletir sobre si e sobre as suas relações com o todo, tornando o seu mundo passível de intervenções e mudanças. Esse movimento veio a se tornar a própria resistência frente aos preconceitos vigentes. *“Bem educados, boa conversa, conheciam de música e assim isso é uma forma de agredir a sociedade. Quando você desconstrói o [pre]conceito.”* (ELIETE)

Uma característica muito importante, que se assemelha às propostas de Freire (1996), é que as crianças sempre tinham voz e faziam parte do processo de escolha dos filmes e atividades que seriam realizadas. Essa decisão era feita em família, de forma democrática, visando integrar, em algumas situações, filmes e músicas aos debates e questões latentes à maioria.

É importante lembrar que tratamos aqui de crianças que passaram por situações de abandono e muitos outros tipos de situações difíceis. Algumas já haviam se envolvido com o tráfico e com drogas, além de ter passado por diversas violências físicas e simbólicas. Gomes da Costa (1991) usa o termo “privação e sofrimento”, para descrever jovens que passaram por situações difíceis e que com isso, apresentam dificuldade de criar vínculos e aprender novos caminhos para vida. O autor destaca a importância de uma *Pedagogia da Presença*, como caminho de ressignificação para tais crianças e jovens que foram marcados pela privação e sofrimento: *“Nenhuma lei, nenhum método ou técnica, nenhum recurso logístico,*

*nenhum dispositivo político-institucional pode substituir o frescor e a imediaticidade da presença solidária, aberta e construtiva do educador junto ao educando*” (COSTA, 1991, p. 7).

Em entrevista com Cícero, descobrimos uma característica muito singular do Santa Clara, eles lançavam mão do que chamam de uma educação africana, embasada tanto na oralidade quanto na presença.

“...a educação na sua oralidade, e a educação através dos livros mesmo, mas se não conseguir através dos livros vai na oralidade. Na conversação, boca a boca, **como se dava na África**. Muitos livros africanos que a gente não tem acesso. A educação africana era dada através da oralidade, mas hoje a gente vê que tem muitos poetas africanos e pensadores. É muito africano essa coisa de sentar junto, de estar junto, como se diz, da nação, está sentado junto, trocando, ensinando, aprendendo, a gente é muito africano nesse negócio, vai na base do carinho, do esporro, do exemplo, na convivência. Coisa que hoje em dia está muito perdido.” (CÍCERO)

Cícero, possivelmente sem tanto conhecimento ou reflexões sobre a educação africana, mostra que eles adotaram uma educação baseada na oralidade africana tribal, o que rompe completamente com os padrões tradicionais de ensino ocidental burguês. Santos e Farago (2015) afirmam que:

“A oralidade é entendida como uma atividade verbal presente nas mais diferentes situações sociais em que o indivíduo possa se inserir ao longo de sua vida, é a transmissão oral dos conhecimentos armazenados na memória humana. A linguagem oral é um instrumento fundamental para que as crianças possam ampliar suas possibilidades de inserção e participação nas diversas práticas sociais.” (p. 113)

O estar-junto-do educando é um ato que envolve consentimento, reciprocidade e respeito mútuo. Cícero e Eliete ressaltam com constância a importância do respeito com as crianças e suas histórias; além disso ambos falam do quanto a verdade é fundamental para a educação no Santa Clara acontecer. *“Olha, você tem que mostrar muito a realidade, conversar muito, o que é bom, o que é ruim, ser sempre claro com a realidade.”* (CÍCERO).

Crianças que sofreram com o abandono acabam por desconfiar e acreditar que em breve serão abandonados novamente. Eliete conta, que quando uma criança começava a comer normalmente, era um sinal de que ela estava começando a se sentir segura. De tanto passar por mudanças institucionais e por vínculos frágeis, elas chegavam achando que não permaneceriam ali. A descrença na estabilidade, até mesmo na provisão alimentar, levava crianças e adolescentes a fazerem grandes

pratos que comiam com intensidade, como se estivessem “aproveitando a oportunidade” de se alimentar. Como Eliete nos falou, na medida em que elas se sentiam pertencentes ao Santa Clara, esse comportamento se extinguiu, dando espaço a uma alimentação “natural”.

“Você pode sair ir ao mercado, mas você volta e nossa ideia era estar ali 24h por dia. Eu acho que isso é muito importante, é aquela coisa, se eu precisar chorar tem quem me abraça e se eu precisar chorar tem quem me ouça” (ELIETE).

Como vemos no trecho citado por Eliete, a presença era fundamental, e isso se incluía como forma de educar, principalmente no campo emocional. Logo educar no Santa Clara transpassava o modelo tradicional. Ele aparece nas conversas sobre a realidade exposta de forma clara e sincera pelos “pais” (Cícero e Eliete) com os “filhos”. Nessas conversas, os valores da família eram transmitidos, os dados de realidade eram ressaltados e na presença constante, que traz segurança. Como uma tribo, os fundadores assumiam os papéis de “anciões” e passavam para seus membros aquilo que para eles era importante. Esse formato, pautado em valores tribais africanos, moldava uma pedagogia única e marcada pela presença. Costa (1991) ressalta que é essa presença que permite a transcendência do jovem que passou por situações de privações e sofrimentos, é nesse momento que ele, aos poucos, vai entendendo que existem coisas pelo qual se vale a pena lutar na vida, e que é preciso a reconciliação com ela a partir dos encontros com outras vidas.

Dentro desse modelo oral, presente, cultural, formal e informal ao mesmo tempo, um valor se destacava mais que os demais: o amor. Como vimos no terceiro capítulo, Freitas (2015), baseada em Viktor Frankl, conceitua o amor como uma experiência autotranscendente em direção ao outro:

“Amar significa poder dizer “Tu” para o outro, captá-lo e compreendê-lo na sua unicidade e singularidade, além disso, confirmar o seu valor, antecipar o que o outro tem de valioso mas ainda está encoberto, e acompanhá-lo, ajuda-lo para que este valor seja realizado.” (FREITAS 2015, p.80)

Como resultado desse processo educacional, tendo como base os valores familiares e o amor, o Santa Clara atingiu grandes índices positivos com as crianças que por lá passaram. Através dos relatórios e documentos cedido pelo casal podemos fazer tais afirmativas. Vejamos:

No relatório de 1991, os alunos tiveram um índice de 100% de aprovação nas turmas de 5º a 8º série em escolas públicas. No percentual geral, foram de 90% em 1990 para 94% em 1991. Caminhando para 1996, com quase 10 anos de projeto, a média de desempenho escolar fica entre 70% e 80% de aproveitamento, já com jovens na universidade e outros prestando vestibular, com índice de evasão inferior a 3%.

Nos anos 2000, já haviam passado pelo projeto mais de 800 crianças, tendo sido apenas 2% as que não conseguiram mudar a sua história de vida. Muitos inseridos no mercado de trabalho, conquistaram a sua independência e já formavam suas próprias famílias. O índice obtido era de 90% de aprovação escolar e já haviam jovens na universidade, principalmente nos cursos de Direito, Sociologia, Administração, Comunicação e Economia. Chegando em 2007, os resultados escolares variavam entre 95% e 100% de resultados positivos entre as crianças, em termos escolares e sem voltar às condições instáveis (e mesmo ameaçadoras) anteriores.

“Fórmula: Vidas reconstruídas, através do amor e da alegria, da força de vontade, da força interior.... Vidas reconstruídas, através da educação, cultura e da manutenção de seus direitos básicos.” (ANEXO II)

Como vimos na análise dessa categoria emergente, a educação é uma base primordial para a reestruturação da vida humana, em especial, de jovens que tiveram seus direitos violados. Dentro do Santa Clara se construiu como um dos alicerces primordiais para a lógica institucional singular, ali vivenciada.

“Educação também como um fazedor de cultura, um pensador de vida, isso é educação também, e outro ponto fundamental na educação é formação de valores, é tentar oferecer uma vida que facilitasse assimilação de valores, como respeito, acho que o respeito é o tapete, depois você coloca alegria, e uma série de coisas, que eles próprio descobriram.” (ELIETE)

Em última análise, sobre a categoria Educação, podemos afirmar que o Santa Clara lançou mão de conceitos livremente inspirados na educação de vários povos africanos, no que se refere à oralidade como base, associado à educação formal, imersa em arte e cultura. Contavam sempre com a presença de pessoas de referência, principalmente Cícero e Eliete, mas também os irmãos mais velhos assumiam a responsabilidade da presença. Com tudo isso construíram uma educação integrada em rede, tanto de conhecimento como de valores familiares que,

como vimos no trecho acima, tentava alcançar a alegria. Infelizmente, nem sempre essa educação diferente teve compreensão e aceitação por parte dos órgãos públicos.

## 4.2 – Liberdade

*“Não existe forma elaborada, tem que haver respeito. Basta ter carinho. A questão fundamental é o respeito. Cada um respeitar o outro da maneira que ele é.” (CÍCERO)*

A categoria Liberdade, foi estabelecida previamente nessa pesquisa e se confirmou através das entrevistas. Como já apresentado, estamos utilizando a fundamentação teórica Existencial, pautado em Sartre e Victor Frankl, para definir e compreender o conceito de liberdade, associado à Análise Institucional de Baremlitt, com seus conceitos de autoanálise e autogestão. Tendo em vista que tal liberdade se expressa nas escolhas livres e conscientes, todas as falas que perpassam a ideia de respeito, não julgamento, compreensão, e autogestão, foram compreendidas aqui como expressão de liberdade consciente.

*“Primeiro, como eu falei liberdade e respeito. Porque eles que conduzem todos os outros. Porque para você ser livre você tem que dar liberdade, e você para ser respeitado você tem que respeitar. Ser muito mais do que ter, ser uma pessoa. Aceitar o outro, não trabalhar em cima das diferenças, trabalhar em cima da singularidade, cada um é um.” (ELIETE)*

Como podemos ver na fala de Eliete, o conceito de liberdade existencial estava entranhado em sua visão de mundo, e conseqüentemente dentro do Santa Clara. O olhar de respeito para cada criança, não julgando suas histórias, abria espaço para que as particularidades aparecessem, fazendo com que tais crianças experimentassem um pouco mais de seus potenciais. Experimentar tem por consequência autoconhecimento e se conhecer, na visão existencial, é ser mais livre, tendo em vista que o sujeito teria mais opções de escolha.

*“Nunca uma criança que veio falar das coisas que aconteceram com ela no tráfico foi chamada a atenção por isso, nunca foi julgado, isso era um outro momento de vida. Quando ele descobre que ele quer mudar isso, aí você vê que há possibilidade.” (ELIETE)*

O ato de não julgar as escolhas passadas, entendendo o contexto em que as

coisas aconteceram, era em si uma forma prática de aplicar o conceito de compreensão empática de Rogers (1978), descrito no Capítulo III. O erro não era validado como certo, porém o mais importante não era dimensionar o que passou, e sim o que se podia fazer a partir do momento agora, o presente. Como vimos através dos estudos de Costa (1991), esta é uma condição necessária da mudança da forma de inserção na sociedade. Pois seus comportamentos até então, refletem as diversas omissões e transgressões, que violentaram a sua integridade, e que o conduz a um projeto de vida coerente a essas violências.

*“Na fazenda, o portão da fazenda ficava aberto, quem quisesse ir embora ia. Nunca ninguém foi. E em todas as casas que não morávamos aqui em Vargem Grande, os portões ficavam abertos 24h por dia, nunca fomos assaltados e nunca fomos invadidos.” (CÍCERO)*

*“[...] o portão estava aberto. E é muito importante cutucar a criança para ela fazer escolhas, é muito ela poder escolher, porque é muito fácil, já vi em muitos lugares, eu estou aqui porque me colocaram aqui, ai não tem esses argumentos.” (ELIETE)*

O casal destaca o ato de manter o portão da casa 24h aberto, fato que funcionava simbolicamente como uma constante possibilidade de escolha. Faremos aqui um contraponto com as concepções de Goffman (1961), sobre instituições totais, devido ao fato de que no Santa Clara a liberdade era um fator fundamental no funcionamento da instituição, fugindo as lógicas clássicas de instituições totais descritas por Goffman (1961)

Quando resenhamos as diferentes instituições de nossa sociedade ocidental, verificamos que algumas são muito mais "fechadas" do que outras, seu "fechamento" ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico - por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos. A tais estabelecimentos dou o nome de instituições totais (GOFFMAN, 1961, P.16)

Goffman (1961) afirma que as instituições totais normalmente tem cinco funções possíveis, dentre elas cuidar de pessoas incapazes e inofensivas e pessoas incapazes de cuidar de si. Nessas definições ele chama a atenção para orfanatos e sanatórios para tuberculosos, ironicamente ambos fazem parte da história do Santa Clara. Inclusive antes da entrada do casal fundador, o Santa Clara não fugia ao formato de instituição total.

Dentro dessa lógica institucional, a liberdade era totalmente descartada, pois não havia espaço para a consolidação do eu, pelo contrário, Goffman (1961) afirma

que ao entrar em uma instituição total, o sujeito (e aqui classificaremos esse sujeito como crianças e adolescentes), passa a ter o seu eu mortificado através da privação da liberdade, ou seja, privação dos seus direitos de decisões. Ele passa a ser enquadrado dentro dos valores e normas de funcionamentos institucionais, e em muitos casos, tem através do seu corpo, uma forma de mortificação com castigos, degradações e humilhações. Dessa forma o eu passa a ser desconstruído de forma violenta, para a construção de um “novo eu dócil”, prisioneiro da instituição vigente:

*“Uma palavra que a gente sempre usou com eles: o importante é ser você.”* (ELIETE). Indo na contramão da lógica das instituições totais, quando o importante era ser submetido e anulado como eu, podemos perceber através da fala de Eliete, que o eu das crianças e adolescentes que faziam parte do Santa Clara, era amplamente valorizado. O processo de singularização que existia através do espaço para expressão de suas ideias, rompe totalmente com as perspectivas de instituições totais.

*“Eu acho que principalmente a atitude de respeito a cada um. Isso implica em que: existem normas mas vamos construí-las juntos, sempre com a mesa redonda e a discussão. Isso valia para as regras básica (o que a gente tem que fazer todo o dia). E também a discussão sobre os problemas, porque você cria normas e o seu descumprimento como fica? A gente tentava entender o porquê ela foi descumprida, talvez porque ela não se adapte às questões desse grupo ou para essa pessoa. Isso tudo ouvindo todos falarem, um falar para o outro e o outro falar para o um. Tinha esse espaço de troca sempre.”* (ELIETE)

Ainda se contrapondo às instituições totais, podemos mais uma vez notar movimentos concretos pautados na liberdade, que funcionava de forma coletiva, dando voz às crianças e adolescentes. Essa horizontalidade para as definições de regras, e definições futuras, favoreciam a autoanálise e autogestão da instituição, ou seja, ela mesma era capaz de avaliar seus pontos prós e contra, e encontrar soluções criativas para lidar com os problemas experimentados. Goffman (1961) ressalta que em instituições totais as definições eram verticalizadas e, normalmente, não democráticas, pois tirar a voz dos internados é uma forma de controle e mortificação do eu.

Temos destacado diversas vezes nessa pesquisa, que muitas crianças e adolescentes em situação de acolhimento, já haviam passado por violências sociais,

inclusive sendo agente da mesma. Tais crianças e adolescentes eram e ainda são vistos como problemas insolucionáveis, fadados ao fracasso, a transgressão de regras e a violência. A pobreza foi historicamente criminalizada, e marginalizada. Tendo em vista que a grande maioria das crianças e adolescentes em situação de acolhimento vem de famílias pobres, apenas constatamos como o estereótipo se constrói seguido de lógicas de poder que sustentam esses ciclos.

Dar voz a essas crianças respeitando suas visões e seus sentimentos, é o maior movimento concreto de liberdade e libertação para muitas delas, e rompe com qualquer perspectiva preconceituosa vigente. Empoderá-los permitia que seus pensamentos e suas escolhas tivessem valor, em outras palavras, isso fazia com que elas próprias tivessem valor.

*“O esquentar é “botar fogo no rabo” para ir a sua luta, a gente sempre trabalhou com a questão da independência.” (ELIETE)*

*“Eles tinham uma independência, por exemplo as roupas, tinha uma lavanderia enorme, mas cada uma cuidava da sua roupa, cada um levava a roupa depois tirava, botava na corda.” (ELIETE)*

*“A mesa tinha 10 lugares, ali vinha um travessa com comida para 10 e tinha que dar para todos, e eles se serviam.” (ELIETE)*

Os três trechos acima, nos permitem entender como acreditar nas crianças e adolescentes era um diferencial para a construção da independência. É importante ressaltar esses movimentos práticos, pois eles eram fundamentais na construção da lógica institucional do Santa Clara. A todo momento, a liberdade aparece como o pressuposto maior da instituição. Cuidar da própria roupa, é uma forma de responsabilizar-se por si, e ter compromisso com os cuidados próprios e da casa. A comida era posta nas mesas e tinham que ser dividida entre os que estavam sentados nela, esse movimento é um exercício prático de olhar coletivo e de certa forma empático. Isso faz com que eles discutam, e pensem sobre suas próprias condutas juntos. Em outras palavras, esses processos de independência, fazia com que as crianças e adolescentes amadurecem juntos de forma livre e consciente. *“Muitas vezes eles mesmos entre eles, como a gente trabalhava com crianças de todas as idades, o que acontecia, os mais velhos acabavam se encantando e se responsabilizando pelos mais novos” (ELIETE).*

Aqui podemos notar uma consequência vivenciada dessa forma livre de

funcionamento, que surgiu de forma natural. A responsabilização dos mais velhos pelos mais novos fazia com que eles se tornavam irmãos e responsáveis, de forma livre e afetuosa. Constatamos assim, que a liberdade enquanto norteador institucional, constrói formas de funcionamento que proporciona escolhas, conseqüentemente permitindo a autoanálise e a autogestão, e o sucesso dessa lógica passa sempre por três verbos: acreditar, respeitar e escutar. Outra consequência que essa dinâmica proporcionou ao Santa Clara foi o afeto latente, que construiu entre seus membros a ideia de família, categoria que exploraremos a seguir.

### 4.3 Família

*“Aí foi nascendo dentro de mim a certeza de que é possível construir uma família diferenciada, fora dos padrões mas uma família que possa dar amor, palavra terrível, porque ninguém gosta de falar de amor, porque ficcionalmente o amor é uma coisa etérea uma coisa romântica, e amor não é isso, amor é pisar no chão, saber dizer sim, saber dizer não, é discutir saber “sacudir os miolinhos”, para uma crianças aprender uma a ser um indivíduo e não um ser manipulado pela fome e necessidades” (ELIETE).*

Família também era uma categoria prévia que se solidificou através das entrevistas. A discussão apresentada no capítulo dois ressalta a particularidade do modelo familiar criado dentro do Santa Clara. Embasado nas análises aqui apresentadas, salientamos uma nova configuração familiar que intitulamos “*Família comunitária*”, para definir o modelo de família dentro da instituição em questão. Nesse capítulo daremos continuidade aos estudos já iniciados anteriormente. Todavia é importante afirmar que no Santa Clara, a construção de um modelo familiar não aconteceu por acaso.

*“O Santa Clara foi criado nesse sentido, em darmos uma família na troca de recebermos outra” (CÍCERO)*

*“Não tinha “institucional”, eu me sentia na minha casa” (CÍCERO)*

Como podemos notar, o casal não tinha como objetivo primário a criação de uma instituição de acolhimento infantil. Eles visavam de forma inicial a ampliação de sua família nuclear para outras crianças que precisassem de família. E essa concepção foi fundamental para que os valores familiares que eles carregavam, se tornassem a base do funcionamento institucional.

*“Porque como toda a família, a gente tinha um dia de escola das 7 da manhã às*

*17h. Com várias atividades, nem toda aula era numa sala de aula. E sempre sentávamos todos juntos para ver televisão, filmes, vídeos de músicas, shows. Ninguém era obrigado, porém quando olhávamos não tinha lugar para se mexer.” (ELIETE)*

Como podemos ver, as atividades da instituição seguiam a lógica familiar, dando espaço para as crianças e adolescentes escolherem, como se “estivessem em sua casa”, que na verdade estavam. Não se aplicava um regime fechado e institucionalizado, com despersonalização e punições. Tanto que, como já falamos, o portão ficava aberto quase 24 horas por dia e sempre se podia sair. E as atividades, como ilustrada no trecho acima, mostram a liberdade de escolha frente às possibilidades dentro de casa.

Outra característica marcante dentro do Santa Clara, que temos estudado ao longo dessa pesquisa, é a presença. Cícero e Eliete não tinham hora para ir embora e voltar para as suas casas, eles moravam com as crianças. Não existia uma relação profissional, e sim familiar, inclusive pelo fato de seus filhos biológicos serem mais um dentre todas as crianças.

*“Os nossos filhos foram fundamentais, porque dormiam no mesmo lugar, estudavam na mesma escola, saíam juntos, jogavam no mesmo time de futebol. A porta do meu quarto nunca teve a porta trancada, qualquer um que chegasse, em qualquer hora do dia e da noite podia entrar, de manhã, de tarde e de noite. Você podia encontrar o aconchego necessário. Muitas vezes a gente teve que abraçar, chorar juntos, rir juntos, ouvir, porque quando você precisa de alguém para te ouvir e você tem, isso é uma porta fundamental. Porque todo mundo precisa ser ouvido, e só sabe ser ouvido quando essa audiência passa por conceitos como: compreensão, respeito.” (ELIETE)*

A presença associada ao respeito e à singularidade e as demandas de cada criança e adolescente, parecer ter sido fundamental para a consolidação da sensação de pertencimento das criança. Existia espaço para a expressão emocional, e a presença traz segurança e compreensão. Ou seja, tratando-se de crianças que desde cedo sofreram com a escassez afetiva e material, encontrar um lugar que supre essas carências, modificava suas visões de mundo, e as ajudava a sonhar novamente. Inclusive resignificando seus valores de família.

*“Sim, a gente sempre dizia que se a gente sentia a li como uma família, então irmãos somos todos” (ELIETE).* O fato de todos se sentiram família, gerava uma relação de cuidado em rede. Os mais velhos assumiam diversas

responsabilidades de cuidado para com os mais novos, e dividiam com Cícero e Eliete (os pais), a função de atenção, compreensão e respeito dos mais novos.

*“E você precisa saber, sendo filho de barriga ou não, que tem um pai e uma mãe, e tem coisas como funções, uma casa de quatro quartos, cada grupo tem que ser responsável pelo seu quarto, mesmo que eu tenha 20 funcionários, como já aconteceu.” (ELIETE)*

Além dos cuidados emocionais que se construía naturalmente, dentro de uma lógica familiar, a divisão de tarefas era feita sem distinções entre “filhos biológicos” e “filhos não biológicos”, e a responsabilização pelas suas próprias coisas, era fundamental para a individualidade e comprometimento com a casa. Esse movimento construía tanto um pensamento coletivo quanto individual, pois cada criança e adolescente tinha as suas próprias “coisas” e seu espaço definido.

*“Porque valores é o que um pai passa para o filho, filosofia de vida, visão de mundo, não que o filho tem que ter a mesma, mas se o pai passa alguma coisa com força e seriedade e valorizando a participação do seu filho, você dá um posição em relação a vida.” (ELIETE)*

Como discutimos neste capítulo, na categoria educação, sabemos que a organização tribal pautada na promoção dos conhecimentos e valores através da oralidade e dos exemplos, fazia parte de uma lógica de organização educacional, e por consequência, familiar dentro do Santa Clara. No trecho citado acima por Eliete, podemos notar como a promoção dos valores eram fundamentais, para a educação. Esses valores eram basicamente: amor, respeito, responsabilidade, verdade e honestidade. Características que não se encontra nas matérias da escola, e que são ensinadas através da oralidade e dos exemplos de vida.

*“Valores é fundamental, uma parte da nossa discussão, no período pré-criação da família, a discussão de que valores a escola está passando, que valores a família está passando.” (ELIETE)*

Ainda analisando a importâncias dos valores, notamos que mesmo antes da criação do Santa Clara, o casal já tinha entre si, questionamentos sobre a importância dos valores na construção do ser humano. Diferindo quais são as instituições que transmitirão esses valores, no caso acima a escola e a família.

Como discutido no Capítulo II, muitas foram as características que

avaliamos para a construção do conceito de família comunitária. Consideremos importante essa discussão, pois como já abordamos, o Santa Clara nunca foi compreendido como família.

*“E a gente não era considerado uma família.” (ELIETE)*

*“Eles não se dão conta porque eles estão pensando em família como um conceito muito fechado.” (ELIETE)*

O fato de não compreendê-los como família, caracteriza para nós o afastamento das entidades responsáveis das pessoas que realmente usufruem da instituição. Não aceita-los em sua configuração familiar, é diminuir as possibilidades de acolhimento e desvalorizar suas relações interpessoais. Talvez um grande diferencial para a comprovação da ideia de família aplicada ao acolhimento infantil, esteja exatamente na construção vincular que se deu no Santa Clara.

*“E ai família é isso é desatar nós, e criar laços. Laços são mais bonitos e mais suaves [...]os laços depois de atados eles não são desmanchados” (ELIETE)*

*“A gente construiu uma família, querendo alguém acreditar ou não, para nós foi, para mim é, não está no passado, institucionalmente pode estar no passado, mas na essência vital está no presente e vai continuar até o fim.” (ELIETE)*

Através dessa fala, podemos perceber que, além do biológico, o que realmente constrói uma família é o afeto manifestado nas relações interpessoais. Visto isso percebemos que que é possível discutirmos novas modalidades de acolhimento infantil, pautado no conceito de família, que como vimos neste trabalho. E para que isso aconteça seria necessário um olhar mais sensível aqueles que vivem essa realidade, saindo do campo teórico e se direcionando para o prático. Esse fato não aconteceu no Santa Clara, ele não foi considerado família, com isso suas práticas foram questionadas, pois eles não se enquadravam em todos os pré-requisitos prescritos nas leis. Entretanto mesmo com o fechamento da instituição, a família ali construída, permanece viva.

*“Se em 2010 o santa clara mais ou menos terminou entre aspas, a família continuou, porque a casa está sempre cheia.” (ELIETE)*

## 4.4 Menorismo

O menorismo apareceu como uma categoria emergente do campo. Em diversos trechos das entrevistas, notamos a presença de crítica ao menorismo feita por Cícero e Eliete. Para entendermos o discurso do casal precisaremos compreender um pouco do que é ser um “*menor*” e o que chamamos aqui de menorismo.

Como já falamos no Capítulo I desse trabalho, no início do século XX era crescente o problema de delinquência juvenil nos grandes centros, e discutia-se o que fazer com essas crianças e adolescentes que transitavam pelas ruas. Nasce nesse período em 1927 o primeiro Código de Menores, com a premissa de cuidar e dar assistência a essa crianças, o código foi revisto em 1979, porém ainda com muitas práticas iguais, e em 1990 o Brasil implementa o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que visa fazer das crianças e adolescentes sujeitos de direitos.

De acordo com Faleiros (2011), o Código de Menores de 1927 “[...] incorpora tanto a visão higienista de proteção do meio e do indivíduo, como a visão jurídica repressiva e moralista” (FALEIROS, 2011, p. 47). Legalmente menores eram todos os que tinham idade inferior a maioridade estipulada (na época 21 anos). Contudo, o termo menor ficou associado principalmente a crianças pobres, que eram de responsabilidade do Estado, não se aplicava esse conceito a crianças da burguesia. Dessa forma, ser um “menor”, era estar em situação de pobreza, abandono (material e moral) e delinquência (RIZZINI, 2006, p.233). O menor era um sinal de perigo para os “bons cidadãos”, e precisava ser corrigido, ou seja, reabilitado a estar em sociedade, pois em si ele não tinha futuro. O Estado direcionava sua assistência através da instrumentalização desses menores para o trabalho, sob um discurso de “salvação”, das crianças carentes e tendenciosamente delinquentes.

A distinção entre criança rica e a criança pobre ficou bem delineada. A primeira é alvo de atenções e das políticas da família e da educação, com o objetivo de prepará-la para dirigir a sociedade. A segunda, virtualmente inserida nas ‘classes perigosas’ e estigmatizada como ‘menor’, deveria ser objeto de controle especial, de educação elementar e profissionalizante, que a preparasse para o mundo do trabalho. Disso cuidaram com atenção os médicos higienistas e os juristas das primeiras décadas deste século (MARCÍLIO, 1989, p. 224).

Fazendo essa breve avaliação histórica podemos perceber como o

preconceito e o racismo fizeram parte do contexto social de crianças em situação de acolhimento. Ainda hoje essa lógica é predominante, crianças pobres, em sua maioria negras, ainda são vistas como um problema social, e a solução primária é tirá-las da vista da sociedade, não obstante vivenciamos tantas discussões sobre a redução da maioridade penal entre outras. Rizzini (2006), nos conta que a polícia retirava as crianças das ruas, encaminhando para o Juiz que definiria o seu destino, para longe do ambiente “vicioso” em que ela estava, sob a premissa de “reeducação, reabilitar e recuperar” os menores. Movimento que acontece ainda hoje, e que acaba por criminalizar a pobreza, e utilizar os mesmos meios de internação (hoje com uma nova roupagem), para higienizar as ruas dos menores, a maior parte deles negros.

*“A sociedade não olha para uma criança, uma criança negra ela tem um preconceito, ela olha como se fosse demônio.” (CÍCERO)*

A fala de Cícero exemplifica um pouco da discussão sobre o racismo/menorismo e preconceito. Ele consolida essa frase a partir de experiências que vivenciou junto às crianças do Santa Clara, que como já falamos, eram maioritariamente negras. Tais crianças não são acreditadas pela sociedade, o que gera muitas vezes falta de investimento, de diversas pessoas, nessas crianças. Para exemplificar, vamos analisar um fato que aconteceu em Paraíba do Sul, onde a secretária de educação afirmava que a 4<sup>o</sup> série era o suficiente para as crianças daquela região: *E eu pedi uma escola para a secretaria de educação e a secretária disse: “Para eles, quarta série está bom”.* (ELIETE).

Essa lógica mostra como as próprias pessoas, que supostamente deveriam zelar por essas crianças, alimentam a discriminação e transformam um espaço de desenvolvimento, a escola, em um objeto de manipulação e de controle de massa. Ou seja, aquelas crianças só tinham um futuro: trabalhar para os coronéis. Essa postura preconceituosa e racista, vulnerabiliza ainda mais as crianças e adolescentes que já sofreram com uma série de lacunas emocionais causadas pelo abandono. Além de toda a dificuldade que a infância trás, o Santa Clara precisou enfrentar uma série de jogos de poder, que essa lógica de pensamento proporciona.

*“Porque muitos que saíram de instituições diziam assim: que às vezes ficavam no sol na ponta do pé sem poder dobrar os joelhos, por duas ou quatro horas. Se o joelho dobrasse tomavam varada nas pernas. Porque se um cometia um erro, aquele grupo todo pagava a conta.” (ELIETE)*

Dentro de outras instituições que tinham como premissa o cuidado com crianças em situação de vulnerabilidade, Eliete ressalta que muitas crianças e adolescentes que chegavam ao Santa Clara, relatavam experiências de castigos, que na verdade se caracterizam como torturas físicas e psicológicas. Inclusive muitos assumiam uma postura defensiva quando chegavam ao Santa Clara, por medo das torturas que já haviam sofrido.

*“A luta aqui era outra... Uma promotora riu na minha cara vendo as fichas e disse: ‘Escola Nacional de Música, Conservatório Brasileiro de Música, pra que uma criança dessa está fazendo isso, pra que?’” (ELIETE)*

Como podemos ver no trecho destacado, Eliete se refere as batalhas que enfrentavam na cidade do Rio de Janeiro, e dentro do sistema Jurídico, essa lógica desclassificatória continuava vigorando. É importante ressaltar que são pequenas falas como essa da promotora, que solidificam a discriminação e o preconceito e o propaga através dos tempos. E elas aparecem em diversas instâncias da sociedade, nesta análise até agora, percebemos a aparição de posturas menoristas no campo da educação, justiça e segurança.

*“Quando a gente foi pra casa bonita, aí que complicou... como se pobre não pudesse morar ali, esse tipo de criança não pode morar ali.” (CÍCERO)*

Cícero se refere, no trecho citado acima, à última casa em Vargem Grande, espaçosa e bonita, que o projeto passou. E através desse pequeno relato já conseguimos dimensionar o desconforto gerado pelo Santa Clara para seus vizinhos. A casa ficava localizada em uma rua de grandes casas, onde moravam pessoas de classe média alta. Cícero conta em outro trecho da entrevista, que eles fizeram um jantar e convidaram todos os vizinhos, para desconstruir o preconceito, porém só uma pessoa foi. Frente a esses fatos, caímos no menorismo vigente na sociedade e na clara distinção entre os vários “tipos” de crianças. Uma casa grande em um lugar nobre, não poderia ser um espaço para crianças e adolescentes pobres e negras; tal acontecimento causava um grande desconforto para os moradores do entorno.

Essas crianças e adolescentes eram e ainda são vistas como um potencial

de criminalidade. Esse movimento já acontecia, no período do primeiro Código de Menores. O Estado, ao atuar como repressor dos comportamentos entendidos como perigosos ou já supondo perigo, utilizava-se da segregação dos jovens infratores e abandonados, inserindo os últimos no conceito de periculosidade. A identificação dos jovens e das crianças pobres, como potencialmente criminosas e abandonadas, reafirma o processo de prevenção geral que direcionava as políticas do Estado para a tutela e para a educação. Para tanto, eram necessárias escolas e internatos (MOURA, 2005).

*“Nós trabalhávamos com a minoria, ninguém gostava do “marginalzinho”, e a forma de lidar né, as crianças sabem que elas são minorias, porque o coleguinha branco nas mesmas condições que ele, apanhava mais por ser negro, e outras situações que fosse parte de um grupo de favela, o favelado, nós mesmos ouvimos muito, “você pegam muitos favelados”, aquelas coisas que as pessoas falam sem pensar e às vezes na frente das crianças.” (ELIETE)*

Como podemos concluir, a lógica menorista, discriminatória e racista, existe e rege os sistemas de segurança, educação, juristas e a sociedade em si, o que dificulta significativamente um trabalho de acolhimento infantil. Se quase todos os sistemas funcionarem nesse sentido, qualquer instituição que rompa com essa lógica sofrerá represálias. Eliete, no trecho de entrevista a seguir, mostra como a discriminação era sentida pelas crianças, que percebiam a existência de uma distinção entre elas. Podemos supor que essa diferenciação afete a autoestima das crianças e adolescentes pobres e negras, que precisam se esforçar muito mais para serem aceitas dentro da sociedade.

*“Foi a primeira vez que fui dizer na reunião de diretoria, toda feliz, olha, quero falar que a Raquel passou para faculdade de administração, na Celso, conseguimos 50% de bolsa, aí escutei: ‘eu ficaria feliz se você dissesse que ela estava trabalhando’” (ELIETE)*

Como já discutimos nessa análise, a criança pobre e negra só tem uma função no futuro: trabalhar... e docilmente. O investimento em estudo não é interessante para essas crianças, pois elas não têm futuro e não servem para isso. Essa lógica de pensamento fica explícito no trecho em que Eliete ressalta o sucesso de uma de suas crianças, e o discurso da diretora reforça o desvalor que muitos profissionais da área da educação tem sobre essas crianças, condicionando-as para funções vistas como inferiores.

*“Agora que a sociedade, ela não vê com bons olhos uma família grande, ela não vê.” (CÍCERO)*

Na fala de Cícero entendemos a dificuldade que o Santa Clara vivenciou quando se afirmava família. As diretrizes familiares dominantes e tradicionais nunca os aceitaram como uma família diferente, como abordamos nesta pesquisa. Essa crítica à própria sociedade nos faz pensar em opiniões comuns e amplamente disseminadas frente a essas temáticas, tendo em vista que fazemos parte dessa construção social, e que esses valores permeiam todas as dimensões sociais ao qual estamos inseridos.

Ao longo dessa pesquisa falamos da forma de funcionamento singular que essa instituição desenvolveu, para atuar no campo do acolhimento infantil. Eles trabalharam com uma ideia de família (não tradicional), educação de qualidade para crianças pobres (em sua maioria negras), sob o pano de fundo da liberdade, ou seja, acreditaram nas crianças, deixando inclusive os portões abertos. Diante disso conseguimos dimensionar o tamanho do desconforto que o Santa Clara criou no meio social da época, tendo em vista que ele rompe com todas as lógicas de preconceito e discriminação, presentes em todas as instâncias sociais. Talvez o grande sucesso de sua trajetória esteja, justamente, no fato de olhar para essas crianças, apenas como crianças, dando-lhes a oportunidade que a vida tantas vezes tentou lhes tirar. Porém é importante ressaltar, que todo o pensamento menorista enfrentado pelo Santa Clara permanece vivo hoje, e mesmo com os avanços do ECA, muitas lógicas de internação, punitivas e higienistas permanecem vivas e atuantes em nosso cotidiano.

## **4.5 Sonhar**

O sonhar é mais uma categoria emergente do campo, ela se destacou de tal forma, que abordamos um pouco desse tema no capítulo um desta pesquisa.

Tal categoria dialoga diretamente com as temáticas de liberdade e educação, ambas são fundamentais para a construção da capacidade de sonhar. Como já definido anteriormente, lembramos aqui, que o conceito de sonhar que utilizaremos, está ligado a capacidade de olhar para o futuro desejando algo que faça sentido para

o sujeito. Não vamos nos referir ao sonho, como o material que emerge durante o período do sono.

Dito isso, começaremos esta análise através dos movimentos práticos que solidificavam essa categoria dentro do Santa Clara.

*“Abrir espaço para a criança pensar alguma coisa, o menor sonho possível. A gente começou a trabalhar o sonho, praticando um natal inusitado para eles que era a escolha de um presente. No começo muito simples, mas nos últimos anos era sonho mesmo, se eles pedissem uma bicicleta eles ganhavam” (ELIETE)*

O “*Natal inusitado*” promovia para as crianças a capacidade de expor seus desejos, em sua maioria materiais e perceber que eles poderiam ser realizados. Por mais simples que pareça esse movimento, ele consolida de forma lúdica o ato de sonhar com algo que se almeja. Inclusive, a espera sobre o objeto desejado é capaz de significar o aqui e agora.

Viktor Frankl (1987) afirma que o sentido de vida pode variar desde um valor interno a algo que se deseja realizar. Inclusive, o fato de Frankl ter como desejo publicar seus estudos sobre a logoterapia, foi algo que significou seu esforço de sobrevivência, ainda mais quando seus manuscritos se perderam, durante sua permanência em Auschwitz, fato que contribuiu para solidificar esse sentido de vida. O autor afirma que o sentido da vida pode ser desde algo que o sujeito deseja fazer, ou um relacionamento, ou qualquer coisa que se torne um norte para o indivíduo, para Frankl, tanto o desejo de reescrever o seu manuscrito teórico quanto a vontade de reencontrar a sua esposa, foram fundamentais para a sua sobrevivência em Auschwitz. Dentro da visão existencial de Frankl (1987), podemos afirmar que o simples fato de desejar, escolher e se responsabilizar pela escolha, é um exercício de liberdade e sentido.

Como abordamos ao longo desta dissertação, as crianças que foram parar no Santa Clara, eram também sobreviventes que sofreram com diversos tipos de escassez. Sobreviver significa tentar estar vivo hoje, ou seja, pressupõe uma preocupação muito grande com o presente, sem sobrar espaço para o futuro. Por isso, muitas crianças não acreditavam no futuro e nem em si. Para lidar com isso, eles lançaram mão mais uma vez, da escolha pelo sonho.

*“Sonho é fundamental, né, tantos filósofos, poetas escritores falaram disso, sem o*

*sonho o homem não vive, tudo na vida você tem que querer alguma coisa para poder buscar. O sonho pra gente sempre foi fundamental, primeiro que nós tivemos que fazer com que as crianças acreditassem que podiam sonhar, porque muitos não acreditavam em sonhar, desejar, querer, só queriam viver cada dia, sem pensar no sonho básico e mínimo.” (ELIETE)*

Esse trecho da entrevista elucida para nós o quão sofrido é estar em situação de abandono e violência. Eliete coloca o sonho como algo fundamental para a mudanças das crianças, ela acredita que sonhar é dar sentido à vida. Quando se sonha se olha para o futuro, e esse olhar direciona as escolhas presentes daquele que acreditam que é possível alcançar esse sonho. Em outras palavras, o sonho servia como um norteador na vida das crianças e adolescentes, que não olhavam para o futuro.

*“Entrou aqui, a criança teria muito mais esperança para viver, outras expectativas, dávamos um choque de realidade, confiança, respeito, boa vontade. É tão fácil você transformar esse país, só força e boa vontade, eu aprendi isso com eles, essa linha de dar e receber. Acho que clique é esse.” (CÍCERO)*

O sonho cria esperança, e aqui trabalharemos a esperança segundo Paulo Freire (1996). O autor afirma que esperança precisa compreendida a partir do verbo esperar e não esperar. Esperar é movimento, é ir em direção a algo, é desejo e sonho. Esperar é aguardar que tudo aconteça, é passividade, e com isso corremos o risco de que nada aconteça. Para que a mudança na vida das crianças e adolescentes acontecessem, era fundamental que existisse um movimento rumo a uma nova direção, talvez nunca almejada por eles. O choque de realidade, associado ao investimento afetivo proveniente das relações interpessoais no Santa Clara, solidificavam o movimento de esperança, e movimentava novos caminhos.

Cícero ressalta que o respeito e a confiança são fundamentais para a construção da capacidade de sonhar dentro do Santa Clara. Essas ações criam um sistema de troca de aprendizados, que contribui para o reconhecimento da vida das crianças e dos adolescentes. Foi através da valorização da vida, ou seja, do “eu” de cada criança, que a esperança foi sendo reconstruída.

*“É a criança que tem que descobrir dentro dela o que ela quer, porque se não, não dá certo.” (ELIETE)*

*“E cada uma recebida como uma única, nunca recebíamos como grupo, sempre valorizamos a individualidade” (ELIETE)*

Ainda ressaltando o sonhar como um caminho de reconstrução da autoestima e autoimagem, nesse trecho da entrevista percebemos a importância da valorização dos desejos e potencialidades individuais. Para definir seus sonhos, significando sua vida e escolhendo os seus caminhos, é preciso mergulhar em si e compreender o que é realmente importante. Tudo isso contribui para a edificação de uma autoestima saudável. Pois, segundo Erthal (2004), a autoestima é o sentimento perante os adjetivos que nos qualificam. Essa é a parte afetiva do eu (self). É o termômetro de valorização, ou não, do eu. Esse sentimento é formado a partir das experiências que temos ao longo de nossa vida e cada pessoa cria uma forma de se enxergar e de se sentir. Um bom conceito de si, favorece a confiança, a mudança e o novo. Quanto mais confio em mim, mais acredito que é possível correr o risco do novo.

*“Você tendo oportunidade de voar, não voar no sentido de fazer o que quer, de sonhar, de apostar no seu sonho. Não existe prisão para quem tem um sonho.”*  
(CÍCERO)

Frente a todas as discussões apresentadas, podemos perceber que mesmo em meio a uma experiência profunda de sofrimento, abandono e violência existe a possibilidade de melhora e ressignificação das histórias de vida. O Santa Clara comprovou de maneira prática que, independente das dores físicas e psíquicas que as crianças e os adolescentes vivenciaram tão cedo em suas vidas, sempre existe a possibilidade de novos caminhos quando se é possível sonhar. Como afirma Cícero, não existem prisões para quem tem um sonho! Parafraseando Frankl (1987), quando encontramos sentidos para a nossa existência, nem um campo de concentração, uma prisão ou o abandono é capaz de nos privar de nossa liberdade interna! E é essa experiência de liberdade, expressa de maneira consciente e refletida que permitia às crianças e aos adolescentes sonhar com novos futuros.

Em resumo, podemos afirmar que explorar o sonho dentro do acolhimento infantil, aconteceu em uma lógica integrativa através dos processos de: inserção ao meio social, valorização da educação, cultura e respeito, e o destaque das particularidades de cada criança. Por último, gostaríamos de dar destaque aqui a mais uma característica fundamental para a solidificação desse processo dentro do Santa Clara, que foi o amor. Falamos desse tema no capítulo três, como um caminho

de liberdade e retornaremos a ele para abordar mais uma consequência positiva desse sentimento, associado a prática do acolhimento infantil.

Como discutido anteriormente, ao nos depararmos com a total falta de crença em si e no mundo que as crianças traziam, ficaria difícil para elas próprias encontrarem esse valor em si sozinhas, pois não enxergavam suas potencialidades e capacidades, tão sufocadas em suas experiências pessoais. Para isso, foi necessário o auxílio de pessoas que as ajudassem a se autopromover emocionalmente. Frankl (1987) que afirma:

“O amor é a única maneira de captar outro ser humano no íntimo da sua personalidade. Ninguém consegue ter consciência plena da essência última de outro ser humano sem amá-la. Por seu amor, a pessoa se torna capaz de ver os traços característicos e as feições essenciais do seu amado; ela vê o que está potencialmente contida nele, aquilo que ainda não está, mas deveria ser realizado.” (FRANKL, 1987, p,136)

Acreditar é consequência de uma construção diante de tudo que apresentamos nessa categoria, e concluímos que além da educação presente liberdade, o amor enquanto ato intencional é fundamental para a construção da credibilidade em si e no mundo.

## 5. Considerações Finais

Ao longo desta pesquisa, conseguimos entender a dificuldade de “enquadrar” o Santa Clara em algum conjunto de regras e deveres previamente estabelecidos. Pois os dois conceitos, liberdade e família, que funcionavam como pano de fundo da instituição, dificultavam qualquer enquadramento clássico. Por se considerarem uma família, não se enquadravam nos moldes de uma instituição total, nem nas definições legais aceitáveis. E por valorizarem a singularidade de cada menino e menina, dentro de uma lógica comunitária, a autoanálise e autogestão tornaram o Santa Clara um espaço de liberdade. Ou seja, era possível ser livre e estar seguro junto à comunidade ao qual estavam inseridos, o que não exclui a existência de problemas, erros e dificuldades<sup>15</sup>.

A educação era o caminho para a redescoberta do mundo, que se apresentou como ameaçador para tantas destas crianças. De uma forma inteiramente nova, ela ampliou as possibilidades de escolhas para além do desvalor, violência, discriminação e abandono. Ao se questionar e questionar o mundo, as crianças passavam a perceber que tinham o poder de construir suas próprias histórias, não precisavam ser prisioneiras de um passado dolorido. Nasce assim um olhar de esperança para o futuro, que se manifestou no ato intencional de sonhar. As crianças e os adolescentes, não escolheram ser abandonados, ou nascer na pobreza e na violência, mas quando encontraram um lugar que os proporcionou segurança e confiança, eles foram capazes de exercer a sua liberdade frente às condições que a vida lhes impusera.

Como discutimos no Capítulo I, o sistema de acolhimento obteve muitas conquistas ao longo dos anos, contudo ainda está longe de atender da melhor forma possível os reais beneficiários: crianças e adolescentes. Mesmo sabendo que o ECA visa ao acolhimento de forma provisória, precisamos levar em consideração que as instituições de acolhimento se tornam, para muitas crianças, a sua casa, por longos

---

<sup>15</sup> Em vários momentos das entrevistas procuramos explorar o tema dos erros e dificuldades da Família. Percebemos, porém, o desconforto com o tema, talvez mobilizador de sofrimento, já que todas as ações judiciais apontavam para os erros da iniciativa. Esses erros diziam respeito, por exemplo, à estrutura física, armazenamento de alimentos e remédios, local distante de outras partes da cidade. Resolvemos não insistir nesta temática; afinal, a Justiça já tinha negado a continuidade do projeto a partir dessas inadequações.

períodos de tempo. É necessário, portanto, um olhar atento para a grande parcela que não será adotada. Quando se pensa em um acolhimento de curto prazo, não se trabalha tanto o futuro e o longo prazo. A capacidade de sonhar, que tanto aprofundamos neste trabalho, não é tão explorada, ficando de lado e consolidando a lógica do aqui e agora, sem favorecer a liberdade e responsabilidade que o sonho proporciona às crianças, como vimos nesta pesquisa.

O Santa Clara foi fechado sem que os seus idealizadores, crianças e adolescentes fossem escutados e compreendidos. Por isso, reforçamos a ideia de que mesmo que haja um conjunto de regras previamente estabelecidos, a escuta daqueles que estão no sistema de acolhimento deve ser considerado prioritário. Isso, talvez exigisse dos órgãos responsáveis, um grupo de pessoas qualificadas para ouvir as crianças e os adolescentes em suas reais e singulares demandas. Afinal, a lógica autoritária que pressupõe que crianças e adolescentes não sabem o que falam e não devem ser ouvidos sobre seus planos e sonhos, ainda mais se forem órfãos, abandonados, infratores, negros e pobres, já se mostrou desastrosa e certamente não pode pautar a ação da Justiça.

Baseado nas discussões apresentadas neste trabalho, podemos afirmar que, além de uma casa para morar, o mais saudável para a construção emocional das crianças e adolescentes é a possibilidade de ter um lar. Ou seja, além do espaço físico de uma casa, é necessário encontrar nas relações vinculares o afeto essencial, para uma construção psíquica segura, livre e responsável – isso é mais difícil de se conseguir em instituições, por mais adequadas que elas sejam, por vários motivos (MORÉ e SPERANCETTA, 2010). Por isso a valorização do conceito e valores de família, aparece como um caminho de edificação de lares dentro de instituições de acolhimento infantil.

Segundo o Santa Clara, ser família é respeitar a individualidade de cada um, promovendo a compreensão de suas histórias e escolhas, além da presença constante de figuras “*parentais*” que solidificam a confiança e a segurança. A responsabilidade pelo próprio comportamento, a responsabilidade coletiva pelos afazeres e pelos irmãos, é fundamental para que se possa criar um ambiente familiar, pois é essa responsabilidade mútua que traz consigo comprometimento, empatia e afeto nas relações interpessoais. Falar em ser família em uma instituição

de acolhimento (ou algo parecido com isso), é dar uma segunda chance para a vida dessas crianças e adolescentes, tendo em vista que muitos, possivelmente, concebem a família como ausência ou um espaço de abusos, sofrimento e dor.

Diante disso, constatamos a possibilidade do conceito de “Família Comunitária”, que o Santa Clara implementou, e que podemos afirmar ser uma nova configuração familiar, possivelmente aplicável em outros modelos de acolhimento. Onde torna-se aceitável uma família com muitos membros, rompendo com os modelos tradicionais da família burguesa. Esse talvez seja, para o próprio Santa Clara, uma grande descoberta – não que eles precisassem de um conceito para se compreender família – mas sim como um legado de um coletivo que se criou e recriou dentro do sistema de acolhimento, consolidando vínculos que permanecem vivos até os dias de hoje.

Para finalizar, concluímos que essa pesquisa não se encerra em si, pois muitos das categorias avaliadas ainda poderiam ser exploradas, além de outros olhares que essa instituição poderia nos promover. Contudo, talvez o mais importante ponto a ser destacado dentro do Santa Clara, é o amor existente. Que começou com Cícero e Eliete, quando eles optaram de forma livre e sincera acolher essa missão. É importante destacar esse fato, pois não é qualquer profissional ou pessoa que deveria ser responsável por uma instituição de acolhimento infantil. É preciso, além da formação técnica, um grande envolvimento afetivo, pois crianças e adolescentes precisam, mais do que ninguém, de amor: *“O amor é tudo né! É dar um sorriso e pegar no colo um homem maior que você de 17 anos, é rir junto, é olhar no olho, é correr e brincar como fôssemos duas crianças, e é estar junto”* (ELIETE).

Apoiados em Frankl, entendemos como o amor promoveu autoconhecimento e descobrimento das próprias capacidades no Santa Clara. Pois nas diversas falas de Cícero e Eliete, o amor aparece em destaque e através disso podemos constatar que o amor enquanto ato intencional e construtivo, corroborou para a promoção das potencialidades das crianças e dos adolescentes que por lá passaram, se manifestando inclusive no ato de sonhar. Quando o sujeito consegue identificar em si, aquilo que pode usar para construir algo de bom em sua vida, o futuro passa a ser enxergado sob essa nova ótica de valorização do “eu” e esperança.

E foi justamente isso que aconteceu no Santa Clara.

Diante dessas reflexões encerramos esta análise deixando a seguinte questão: por que não sonhar com uma nova modalidade de acolhimento pautado na liberdade, na educação e no amor? Amar é em alguma instância abrir mão de si pelo outro, para que ele possa se desenvolver e encontrar as suas potencialidades. Esse casal abriu mão de uma vida tranquila e financeiramente estável, da maior convivência com seus filhos biológicos, entraram em conflito com suas famílias de origem, que não aceitavam suas escolhas e sofreram com preconceitos, discriminações e mesmo ameaças. Porém, permaneceram firmes seguindo, pois encontraram algo que dava sentido à vida deles (Frankl, 1987), e até sem perceber, criaram um espaço de significação de vida para muitas crianças e adolescentes.

Encerramos afirmando que dificilmente encontraremos uma forma única de acolhimento infantil e as diferentes formas precisam ser avaliadas em suas práticas, a fim de que aprendamos com seus erros e acertos. E acima de tudo, as crianças precisam ser ouvidas e valorizadas em seus sentimentos e em suas histórias. Só estando junto *com* elas, em uma educação libertária, é que é possível escutar e compreender e assim, promover espaços de mudança em suas vidas.

## Referências Bibliográficas

- BAPTISTA, R., ZAMORA, M.H. **É possível profissionalizar as famílias acolhedoras no Brasil?** in: Revista Polêmica, vol. 16, UERJ, 2016.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BAREMBLITT G. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992.
- BARROS, C. **Fabricando família: Políticas públicas para o atendimento de jovens em situação de risco**. In C. Cabral (Ed.), **Acolhimento familiar. Experiências e perspectivas**. Rio de Janeiro, RJ: 2004.
- BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BOWLBY, J. **Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- BROWN, B. **A coragem de ser imperfeito**. Rio de Janeiro: Sextante, 2013.
- DUARTE, A. C. D., BARBOZA, R. J. **Paulo Freire: O Papel da Educação como forma de emancipação do indivíduo**. Revista Científica Eletrônica de Pedagogia, Ano V – Número 09 – Janeiro de 2007.
- \_\_\_\_\_. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zorge Zahar Editor, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Vida para consumo: A transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n.8069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Diário Oficial da União.
- CAMARGO, M. L. **Adoção tardia: Mitos, medos e expectativas**. Bauru: Edusc, 2006.
- CARTER, B. e McGoldrick & colaboradores. **As mudanças no ciclo vital familiar – Uma estrutura para a terapia familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no país: Relatório da Resolução n° 71/2011: 201**

- COSTA, A. G. **Por uma Pedagogia da Presença**. Mato Grosso do Sul Editora: Ministério da Ação Social, 1991.
- CEZNE, I.D.O. **Sistema Tradicional e desenvolvimento: Uma abordagem sociológica**. Paper sobre os Changanas, INIA, 1995.
- DIAS, M. V. **A construção do casal contemporâneo**. Rio de Janeiro: Ed. Papel Virtual, 2000.
- DUARTE, L. F. **As concepções de pessoa cristã e moderna: paradoxos de uma continuidade**. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, 1994.
- EVANS, R. **Carl Rogers: O Homem e suas idéias**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- ERTHAL, T. C. S. **Psicoterapia Vivencial: uma abordagem existencial em psicoterapia**. Campinas: Livro Pleno, 2004.
- ERTHAL, T. C S, VERISSIMO, L. J. **Sobre o amor, a paixão, o olhar e as relações humanas: diálogo com Sartre e com o humanismo**. Curitiba: Appris, 2015.
- FALEIROS, V. P. **A Política Social do Estado Capitalista: as Funções da Previdência e Assistência Sociais**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Infância e Processo Político no Brasil**. In: RIZZINI, Irene; PILLOTTI, Francisco (Orgs.). **A Arte de Governar Crianças. A história das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FALICOV, C.J. **Contribuciones de la sociologia de la familia y de la terapia familiar al “esquema del desarrollo familiar”:** *análisis comparativo y reflexiones sobre las tendencias futuras*. Buenos Aires: Paidós, 1991.
- FALEIROS, V. P. **Infância e processo político no Brasil**. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs). **A arte de governar crianças: a história das Políticas Sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FAMÍLIA SANTA CLARA disponível em:  
<<https://familiasantaclara.wordpress.com/>> Acessado em 07 de setembro de 2015.
- FICHTER, J. H. **Distinções e contrastes conceituais básicos: definições para uso didático**. In: FERNANDES. F. **Comunidade e Sociedade: Leituras sobre**

problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo, Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

FORTES, M. Introduction. In: GOODY, J. (Org.). **Development cycles in domestic groups**. London: Cambridge University Press, 1958.

FONSECA, C. **Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica**, 2005.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANKL, V. **Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre : Sulina. 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREITAS, M. **Educação integradora da sexualidade humana: resgate do sentido do amor**. Ribeirão Preto, SP: instituto de educação e cultura Viktor Frankl- IECVF, 2015.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Unesp, 1993.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961.

GREENING, T. C. **Psicologia existencial-humanista**. Rio de Janeiro, Zahar: 1975.

IPEA/CONANDA. **O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília, 2004.

JABLONSKI, B. **Atitudes frente à crise do casamento**. Capítulo publicado no livro *Casamento e família: do social à clínica*, ed. por Terezinha Feres-Carneiro, 18NAU, Rio de Janeiro, p. 81-95, 2001.

CASSIDY, J. **The nature of child's ties**. In: CASSIDY, J., SHAVER, P. (Orgs.). **Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications**. New York: The Guilford Press, 1999.

CARVALHO, A. M . A, FRANCO A. L. S., COSTA, L. A . F., OIWA, N. **Rede de cuidadores envolvidos no cuidado cotidiano de crianças pequenas in:**

CASTRO, M. G, CARVALHO, A. M. A., MOREIRA, L. V. C (ORG) **Dinâmica familiar do cuidado: afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção aos filhos**. Salvador: EDUFBA, 2012.

MACIEL, L.C. **Sartre vida e obra**. São Paulo: Paz e Terra S.A., 1986.

MARCÍLIO, M. L. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Brasil, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protecao-social-especial/servicos-de-alta-complexidade/servico-de-acolhimento-institucional>> Acessado em 28 de setembro de 2015.

MORENO, R. S. **A socialização de criança e jovens em situação de risco**.

Dissertação de Mestrado. Usp: São Paulo, 1999.

MORÉ, C.L.O; SPERANCETTA, A. **Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes**. Florianópolis: Psicologia & Sociedade, 2010

MOURA, L. C. **Estado Penal e Jovens Encarcerados: uma História de Confinamento**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC, São Paulo, 2005.

PEIXOTO, C. **Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar**. In: PEIXOTO, C. (org.) **Família e Envelhecimento**. Rio de Janeiro, ed. FGV, 2004.

PERDIGÃO, P. **Existência e Liberdade: Uma introdução à filosofia de Sartre**. Porto Alegre: L&PM, 1995.

REZENDE, A.A; Morais, D. **Depressão na Obra de Winnicott**. Águas Santa Bárbara. São Paulo: DWW, 2014.

ROCHA-COUTINHO, M.L. 2003. **Quando o executivo é uma “dama”**: A mulher, a carreira e as relações familiares. In: T. FERES-CARNEIRO (org.), **Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas**. Rio de Janeiro /São Paulo, PUC-Rio/Loyola,p. 58-60.

ROCHA-COUTINHO, M ; VELOSO, M ; ZAMORA, M.H. **Crianças e**

**adolescentes adotivos: como são vistos pela escola?** Rio de Janeiro: Arquivo Brasileiro de Psicologia, 2016.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

ROGERS, C. R. **O Tratamento clínico da criança-problema.** São Paulo: Martins Fontes, 1978.

RIZZINI, I.(org.) **Acolhendo crianças e adolescentes.** SP. Cortez, DF UNICEF, RJ PUCRJ, 2006.

\_\_\_\_\_. **Crianças e Menores: do Pátrio Poder ao Pátrio Dever. Um Histórico da Legislação para a Infância no Brasil.** In: RIZZINI, I. ; PILOTTI, Francisco (Orgs.). *A Arte de Governar Crianças: a História das Políticas 187 Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil.* 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

REGEN, M.. **A instituição família e sua relação com a deficiência.** Revista Educação Especial, núm. 27 Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, Brasil, 2006.

SANTOS, M. G. S., FARAGO, A. C. **O desenvolvimento da oralidade das crianças na Educação Infantil.** Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, 2015.

SARTRE, J.P. **O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica.** Petrópolis: Vozes, 1997.

SARTI, Cynthia A. **Famílias Enredadas.** In: ACOSTA, A. R.; VITALE, Maria Amália Faller (Org.). **Famílias: redes, laços e políticas públicas.** 4 ed. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais/PUC-SP, 2008.

SENADO. **BRASIL, 2015. Disponível em:** <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/realidade-brasileira-sobre-adocao.aspx>>. Acessado em 07 de setembro de 2015.

SINGLY, F. **Sociologie de la famille.** Paris: Nathan, 1993.

SILVA, E. R. A., AQUINO, L. M. C.(Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil.** Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Brasil, 2015. Disponível em:

<<http://www.tjdft.jus.br/cidadaos/infancia-e-juventude/informacoes/situacao-de-risco-1>> Acessado em 28 de setembro de 2015

WINNICOTT, D. W. **Ambiente e os processos de maturação**: estamos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. São Paulo: Artmed. 1983.

\_\_\_\_\_ (1975). **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Título original: *Playing and Reality* traduzido da primeira edição inglesa publicada em 1971).

\_\_\_\_\_ (1998). **Os bebês e suas mães**. São Paulo, SP: Martins Fontes. (Original publicado em 1987).

\_\_\_\_\_ (2000). **Da pediatria à psicanálise**. Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Original publicado em 1958).

VALENTE, J. **Família Acolhedora**: as relações de cuidado no serviço de acolhimento. São Paulo: Paulus, 2013.

VAISTAMAN, J. **Flexíveis e plurais**: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VALENTE, J.A.G. **O Acolhimento Familiar como Garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária**. Dissertação PUC-SP. São Paulo, 2008.

VILHENA, J.; NOVAES, J.; MOREIRA, A.; ZAMORA, M. H. **As crianças que ninguém quer: a clínica psicanalítica em uma instituição de portas abertas**. Arq. bras. psicol. v.61 n.1 Rio de Janeiro abr. 2009.

ZAMORA, M. H. **Raízes e Asas as Psicologia Comunitária**. In: VILHENA, J. (org.) *A Clínica na Universidade: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2004. Site do Projeto. Disponível em: <<https://familiasantaclara.wordpress.com>> . Acesso em: 02/06/2016

## ANEXOS

## Anexo I

## Associação Santa Clara

## PROJETO SANTA CLARA

## MAIS DE MEIO SÉCULO DE VIDA

## Sua História

**S**anta Clara é uma instituição que vem abraçando a causa da criança há um longo tempo. Nasceu em 1927 para ajudar crianças filhas de pais tuberculosos ou em risco de contrair tuberculose. Começou em Campos do Jordão, se expandindo depois para Paraíba do Sul-interior do Estado do Rio de Janeiro e, hoje, está em Vargem Grande, na cidade do Rio de Janeiro.

Com o tempo, a tuberculose, como problema da infância, foi sendo substituída pela miséria, pelo abandono, pelo desamor...

Em dado momento a Associação Santa Clara perdeu sua atividade fim, passando a ser uma entidade assistencial sem trabalho a apoiar...

Assim, em 1987, o casal Cicero e Eliete apresentou seu sonho de construir uma grande família à Associação Santa Clara. A entidade acreditou no sonho e fez dele seu trabalho institucional.

Surge, então, o Projeto Santa Clara: um projeto inovador, que despe-se da estrutura e da rotina institucional e funda uma família especial para aqueles que, por algum motivo, se vêm privados da convivência com a sua família de origem. Uma família de verdade, com a rotina de uma família comum, em uma casa comum, com portões abertos para a rua, para a vida...

O trabalho de Santa Clara é voltado para o crescimento individual, para o fortalecimento da auto-estima, para a construção de um sonho pessoal e a instrumentalização da sua conquista...

Sua base é a reconstrução de valores essenciais à formação do homem: a educação formal e informal; o trabalho de crescimento pessoal através da formação de laços firmes, do afeto, do companheirismo e da ampliação do universo de cada um, através do acesso à

arte e à cultura, do acesso ao conhecimento acumulado pelo homem, do acesso à convivência social...

Santa Clara cresce a cada dia...

Muitas crianças que começaram com o Projeto, estão hoje na Universidade ou no 2o. Grau ou, ainda, exercendo sua cidadania no seio da sociedade que, um dia o rejeitou.

## O OLHAR...

Nem todo olhar é capaz de "enxergar" Santa Clara...

A liberdade, a algazarra, a saudável desordem (aparente), o sorriso no olhar que se espera triste...

A ausência total de uma rígida disciplina...

É difícil enxergar a disciplina implícita na ação individual de cuidar-se, de assumir seus compromissos, de ir à escola sozinho e de fazer seus deveres...

É difícil enxergar, por trás dos portões constantemente abertos, por trás da liberdade de escolha, por trás de um cotidiano igual ao de qualquer família (embora um pouquinho mais tumultuado), um trabalho de valorização do indivíduo, voltado para o seu desenvolvimento, para a sua auto-construção como cidadão...

Fazer sonhar...fazer acreditar no sonho e correr atrás dele...

Desfazer tristezas, refazer caminhos... Isso é Santa Clara!

## O TRABALHO

## Uma grande família...

## Uma família feliz

Uma casa simples, onde a vida corre, a cada dia, nos ventos que mudam as

histórias, ventos de amor e parceria, de amor e poesia...Ventos que carregam para longe a dor... Ventos de fé e de sonho...

O Projeto Santa Clara, com seu trabalho, ousou quebrar padrões do que, tradicionalmente, convencionou-se como norma dos trabalhos assistenciais. Assume a criança sem qualquer tipo de discriminação: não há limites de idade para a entrada ou a saída; não há faixas exclusivas de idade para seu atendimento; atende meninos e meninas; não há restrição ao passado ou à história de cada um.

Funcionando como uma grande família, seu grande objetivo é oferecer às crianças e jovens, que ali vivem, verdadeiras condições de promoção social. Para Santa Clara, sobreviver não basta, é preciso VIVER...

É preciso SER, SONHAR e PRODUZIR.

O que só é possível com um trabalho voltado para os valores da família, para a reestruturação da identidade de cada um e para a educação integral - educação formal e informal - acesso aos bens culturais e ao conhecimento construído pelo homem, através dos tempos.

A história de todas as crianças/jovens que vivem em Santa Clara é rica em esforço criativo, gerador de sobrevivência.

É sobre este material que se tenta trabalhar, enriquecendo-o e aproveitando-o no esforço de ajudar cada um a construir-se como cidadão. Isso é feito através do afeto e dos laços criados pela grande família.

É feito de momentos de discussão e troca.

É feito de um processo educativo que valoriza o homem, sua individualidade e sua criatividade; que dá ênfase ao trabalho cooperativo e valoriza o indivíduo como parte integrante da micro-comunidade e da sociedade.

## Anexo II

<b>2 PROJETO SANTA CLARA</b>	
<p>Durante seu percurso, Santa Clara tem obtido resultados bastante positivos e raros, o que o tem transformado em retaguarda para instituições que vêm nesse Projeto uma das poucas esperanças de transformação para algumas crianças extremamente feridas pela vida.</p> <p>Há confiança no Projeto e é nos resultados gerados por essa grande família.</p> <p>Uma família onde o direito de cada um é luta de todos... Onde cada criança tem o direito de ser criança e de ser feliz !!</p>	<p><b>Clientela:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Crianças e jovens de qualquer idade e com qualquer tipo de carência;</li> <li>• Temos, hoje, 109 crianças/jovens residindo em Santa Clara;</li> <li>• Nossas crianças e jovens vieram das ruas; de situações familiares extremamente difíceis; algumas foram violentadas em sua própria família; outras foram vítimas da violência social (a discriminação), da violência policial e de outros tipos de violência; algumas foram abandonadas ainda tão pequenas... Mas todas, todas mesmo, tiveram seus direitos de criança anulados, desrespeitados...</li> <li>• Atendemos a cerca de 60 crianças/jovens da comunidade mais empobrecida de Vargem Grande com aulas de Informática, violão, teclado e musicalização.</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>Alguns Resultados</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Em seus quase 10 anos o Projeto já devolveu alguns jovens à sociedade em pleno e saudável exercício de sua cidadania;</li> <li>⇒ Nesse tempo o Projeto Santa Clara conseguiu reintegrar muitas crianças à sua família de origem;</li> <li>⇒ Alguns jovens já deixaram Santa Clara para formarem suas próprias famílias;</li> <li>⇒ Todas as crianças e jovens de Santa Clara estão matriculados na rede escolar, de Pré-escolar a Universidade;</li> <li>⇒ Temos hoje 4 jovens na Universidade, nas áreas de Direito, Administração de Empresas e Estatística;</li> <li>⇒ No final de 1996, mais 3 jovens tentaram o concurso vestibular;</li> <li>⇒ A média de desempenho escolar, neste período, fica entre 70 e 80% de aproveitamento;</li> <li>⇒ Hoje 7 de nossos jovens são funcionários da Associação Santa Clara, com todos os direitos trabalhistas assegurados, numa política de dar oportunidade, a quem faz jus a ela, de ter aqui, sua primeira experiência profissional. Atuam nas seguintes áreas: cozinha, auxiliar de escritório, hortelão; instrutor de técnicas de hidroponia, instrutor de Informática e auxiliar de Documentação;</li> <li>⇒ O índice de evasão é inferior a 3%.</li> </ul>	<p><b>TECNOLOGIA</b></p> <p>A Tecnologia Social do Projeto Santa Clara está centrada em eixos que se cruzam e se completam, com vistas a um mesmo objetivo.</p> <p>São eles:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A FAMÍLIA</li> <li>• A RESTAURAÇÃO DOS VALORES HUMANOS</li> <li>• A EDUCAÇÃO FORMAL E INFORMAL</li> <li>• A AMPLIAÇÃO DO CONHECIMENTO</li> <li>• ACESSO AOS BENS CULTURAIS</li> <li>• A FORMAÇÃO INTEGRAL DO HOMEM</li> </ul> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;"><b>CIDADANIA</b></p> <p style="text-align: center;"><b>CONSCIENTE E PARTICIPATIVA</b></p> <p>O trabalho voltado para a formação integral do homem, passa, antes de mais nada, pela criação de laços fortes que, através do afeto, possibilitem a reestruturação emocional da criança/</p>
	<p>/jovem, dando-lhe segurança e permitindo-lhe a recuperação da auto-estima. Passa, ainda, pela construção de um sonho individual, capaz de impulsionar a luta pelo futuro. Respeito, liberdade, amor, companheirismo, trabalho, cooperação etc. são elementos fundamentais ao fazer-se diário do Projeto Santa Clara.</p> <p>Atenção à satisfação das necessidades básicas: alimentação, vestuário, saúde etc; educação formal de qualidade; ambiente familiar alegre e saudável e acesso aos bens culturais fazem com que crianças e jovens envolvidos nesse Projeto, alcancem uma efetiva <b>transformação social</b>, recuperando-se dos danos que a vida lhes causou e "aprontando-os" para sua reinserção na sociedade, como cidadão.</p>
	<p style="text-align: center;">A família é o eixo fundamental. A equipe executora do projeto vê cada criança como um filho, pois seus próprios filhos vivem no Projeto, convivendo com todos: nas mesmas escolas, com os mesmos direitos e os mesmos deveres...</p>
	<p style="text-align: center;"><b>Acontece em 1996 :</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Escola para 100% das crianças e jovens que vivem em Santa Clara, com exceção dos que ainda não atingiram a idade escolar;</li> <li>• APOIO ESCOLAR : atividades de reflexão e desenvolvimento do pensamento crítico, através da leitura e análise dos fatos veiculados através dos jornais e revistas como <i>VEJA</i> e <i>Isto É</i>;</li> <li>• Música: musicalização, piano, teclado, grupo de folclore, canto; violão e cavaquinho;</li> <li>• Temos alguns jovens cantando na noite de Vargem Grande;</li> <li>• Temos um grupo musical em formação. Seu nome é "Uivos e Seivas";</li> <li>• Dança: para meninas e meninos;</li> </ul>

## Anexo III

### O que é a Associação Santa Clara?



**Cícero e Eliete:**  
Coordenadores  
da Associação  
Santa Clara



### Resultados



*Eu nunca tinha dormido numa cama... É tão bom ter uma casa! (Alexsandro - 5 anos)*

*Aqui eu sou feliz! Nunca mais apanhei, nunca mais eu tive medo... (Anderson - 9 anos)*

*Quando eu cheguei aqui, foi o dia mais feliz da minha vida! (Euclides - 13 anos)*

*Aqui sei que as pessoas me amam, do jeito que eu sou... (Jociclene - 13 anos)*

*Você não sabe o que é não acreditar que na vida existe futuro... Hoje sei que o futuro está logo ali, e que se eu quiser, posso construir um futuro bom pra mim... (Vitor - 17 anos)*

## Anexo IV



### Resultados

*Morar na rua até que eu gostava, a gente faz o que quer. É que eu não sabia como é bom ter uma família... Aqui aprendi o que é verdadeira liberdade! (Ysovuank - 17 anos)*

*Aqui aprendi a sonhar... (Ana Cristina - 15 anos)*

*Já não moro mais em Santa Clara, tenho minha mulher e minha filha, sou um trabalhador da construção civil, tenho minha casa... Mas Santa Clara sempre será minha família, por isso, sempre que posso, venho para cá passar uns dias... (Paulo Roberto - 22 anos)*

*Eu sempre venho ver minha mãe Eliete... (Ricardo)*

*Dividir nossa mãe com todos esse irmãos que a vida nos deu, foi uma grande aprendizagem para a vida... Com certeza isto nos torna pessoas melhores! (Paulo, Diogo e Tiago filhos naturais de Cícero e Eliete)*



### Resultados

#### 13 Anos de Bons Resultados

- Em 13 anos de trabalho 800 crianças e jovens encontraram um lar em Santa Clara.
- Desses, **menos de 2%** não conseguiram mudar sua história.
- No entanto, a grande maioria assumiu a família Santa Clara e nela cresceu de forma saudável, com dignidade, respeito e amor!
- Muitos jovens já constituíram sua **própria família**;

## Anexo V



### Resultados

#### Reatando laços afetivos, reconstruindo vidas ...

- Muitos jovens, já **inseridos no mercado trabalho**, conseguiram construir uma vida independente, como cidadãos conscientes e participativos;
- Muitas crianças há muito separadas de sua família de origem, pelas circunstâncias da vida, tiveram a oportunidade de **reatar os laços afetivos** com sua família e a ela retornarem;
- Alguns **jovens estão na Universidade**: nas áreas de Direito, Sociologia, Administração, Comunicação, Economia.
- "Nossos filhos" que já conseguiram construir seu caminho independente, **sempre retornam à nossa casa**, que ainda é, e sempre será, sua família;
- Todos os anos temos um índice superior a **90% de aprovação escolar**.



### Resultados

#### A fórmula:

- ⇒ Vidas reconstruídas, através do amor da alegria, da força de vontade, da força interior...
- ⇒ Vidas reconstruídas, através da educação, da cultura, da manutenção dos seus direitos mais básicos.

## Anexo VI



– Cicero e Eliete - e alguns "tios" vivendo juntos todos os momentos.

Sua preocupação é satisfazer as necessidades básicas das crianças que atende: alimentação, vestuário, saúde e escola formal de qualidade. Em um ambiente familiar, alegre e saudável, proporciona acesso aos bens culturais construídos pelo homem, atividades de preparação para o trabalho (informática, agricultura, confecção), atividades voltadas para o auto-conhecimento e o desenvolvimento do potencial criativo (dança, música, artes plásticas). Todos esses elementos contribuem para a efetiva transformação social, recuperando suas crianças e jovens dos danos que a vida lhes causou e "aprontando-os" para a reinserção na sociedade e o exercício de uma



# Sempre cabe mais um

No coração da professora Eliete, há espaço de sobra para 120 crianças e adolescentes

■ NATALIA VON KORSCH  
natalia.korsch@extra.inf.br

■ Há duas décadas, a professora Eliete de Castro Rosa, de 57 anos, decidiu levar ao pé da letra a expressão popular que afirma sempre haver, no coração de todas as mães, espaço para mais um. O que ela não imaginava é que, em poucos meses, haveria de caber em seu peito, e na casa da família, em Paraitiba do Sul, 120 crianças e adolescentes.

Hoje, numa nova e maior residência, em Vargem Grande, Tia Eliete, como é conhecida no bairro da Zona Oeste, abriga 63 meninos e meninas carentes, de 3 a 23 anos. Quase todos foram abandonados ou violentados pelos pais, e transferidos para a Fazenda Santa Clara pelo Conselho Tutelar. O sucesso da empreitada é tão grande que quatro deles estão na universidade e muitos matriculados em cursos técnicos.

Mãe biológica de três filhos, ela garante saber de cor os nomes, as datas de nascimento e as histórias de cada uma das mais de mil crianças que já entraram pelo portão da fazenda, aberto 24 horas

quanto declarava seu amor, dezenas de crianças balançavam a cabeça, concordando com o amigo.

Para Eliete, explicar esse sucesso é simples: — Aqui, respira-se cultura. Não importa a história de vida deles, nosso objetivo é

SORRISO LARGO, CORAÇÃO ENORME: a professora Eliete e parte de seus filhos. "Nosso objetivo é dar oportunidade para que eles realizem seus sonhos."

**SERVIÇO COMO AJUDAR**

► O trabalho da professora Eliete sobrevive através de doações. No momento, as principais necessidades da casa são dinheiro, alimentos não-pe-

► ENDEREÇO  
Estrada do Mucuiba 800, Vargem Grande

► TELEFONE  
2428-2233

► E-MAIL  
elietesanta

## Anexo VII



## Família Santa Clara

### Associação Santa Clara

Estrada Mucuiba, 800

Vargem Grande RJ- CEP: 22785-150

Tele-Fax (21) 2428 2233 Cel: 9361-6466/88921191

e-mail: [elietesantaclara@hotmail.com](mailto:elietesantaclara@hotmail.com)

site : [www.familiasantaclara.org.br](http://www.familiasantaclara.org.br)

### O Projeto

Santa Clara é uma família...

Um casal de pais e irmãos mais velhos vivendo junto com mais de 50 crianças 24 horas por dia, 365 dias por ano.

O trabalho, voltado para a formação integral do homem, passa pela criação de laços fortes que, através do afeto, possibilitem a reestruturação emocional da criança/jovem, dando-lhe segurança e permitindo-lhe a recuperação de auto-estima.

Passa pela construção de um sonho individual capaz de impulsionar a luta pelo futuro.

Atenção à satisfação das necessidades básicas: alimentação, vestuário saúde, etc; escola formal de qualidade; ambiente familiar alegre e saudável; acesso aos bens culturais construídos pelo homem; atividades de crescimento total: psicomotricidade, estimulação essencial, apoio escolar, desenvolvimento da leitura e da escrita; atividades de preparação para o trabalho (Informática, agricultura); atividades voltadas para o auto conhecimento (Música, Teatro, Capoeira, Canto, Artesanato, Arteterapia, Yoga...), além do atendimento psicológico e fonoaudiológico, quando necessário. Todos esses elementos contribuem para a efetiva transformação social, recuperando crianças e jovens dos danos que a vida lhes causou, "aprontando-os" para a reinserção na sociedade e o exercício de uma cidadania saudável.

A nossa família empresta suas oficinas e ações de desenvolvimento a mais de 40 crianças e jovens da comunidade próxima, no horário complementar à escola, contribuindo para seu desenvolvimento global.

### Nossa História

Fundada em 1927, desde então a Associação Santa Clara vem abraçando a causa da criança. Foi criada para acolher crianças filhas de tuberculosos ou em risco de contrair a doença. Com o tempo a tuberculose - como problema da infância - foi sendo substituída pela miséria, pelo abandono, pela violência, pelo desamor...

Em 1987, o casal Cícero e Eliete apresentou seu sonho de construir uma grande família à Associação Santa Clara, surge então, o Projeto Família Santa Clara: um projeto inovador, que se despe da estrutura e da rotina institucional e funda uma família especial

## Anexo VIII

para muitos que, pelos mais diferentes motivos, se vêem privados da convivência com sua família de origem. Uma família de verdade, com a rotina de uma família comum, em uma casa comum, com portões abertos para a vida, onde o apoio, a educação e o amor são fundamentais.

Hoje, a Associação Santa Clara constitui um corpo com luz própria na luta por uma sociedade melhor, onde a criança tenha seus direitos assegurados e oportunidade justa de crescer.

**A família é o eixo fundamental do Projeto Família Santa Clara. Filhos biológicos e filhos da vida: a mesma casa, os mesmos direitos, os mesmos deveres, as mesmas oportunidades!**

**Alguns resultados:**

- Nos últimos 20 anos de vida, Santa Clara abrigou mais de 1000 crianças/jovens;
- Menos de 2% retornaram a uma situação de risco;
- Muitas crianças e jovens foram reintegrados à sua família de origem, tendo o seu processo de readaptação devidamente acompanhado. A maioria delas com sucesso.
- Cerca de 50 jovens já saíram de Santa Clara para construir uma vida independente, inseridos no mercado de trabalho, com boas possibilidades de um exercício consciente de sua cidadania;
- Alguns jovens de Santa Clara estão no mercado de trabalho-formal e/ou informal-preparando-se para a construção de sua vida independente;
- Uma de nossas jovens, já com vida independente, formou-se, no final de 2005, em Processamento de Dados;
- Em 2007, um de nossos jovens forma-se em Economia pela UERJ. Estuda também Relações Internacionais na Estácio e sonha ser Diplomata. Estagiário da Eletrobrás, iniciou vida independente a partir de março de 2007, mas continua na família, onde vem, semanalmente, dar aulas de Capoeira.
- Alguns jovens já cursaram a universidade e já estão na vida; outros estão cursando nas áreas de Educação Física, Psicologia, Enfermagem e Letras.

**• Nossa clientela:**

- Crianças e jovens de qualquer idade e com qualquer tipo de carência ou problema, crianças e jovens em risco social ou de vida;
- Além dos membros da Família Santa Clara, atendemos crianças e jovens da comunidade em nossas oficinas de informática, violão, música, percussão, dança, confecção, leitura e apoio escolar.

Nossas crianças e jovens vieram das ruas, de situações familiares extremamente difíceis; todas foram brutalizadas, vítimas de vários tipos de violência: familiar, social, policial, etc. Algumas foram abandonadas ainda tão pequenas... outras tiveram que conviver com a doença de suas mães, tendo que viver afastados delas... Mas todas, todas mesmo, tiveram seus direitos de crianças anulados, desrespeitados... É essa história que queremos transformar, com nosso trabalho.

## Anexo IX



27/05/2010 14h57 - Atualizado em 27/05/2010 14h57

## Justiça fecha abrigo para crianças em Vargem Grande

**Promotor diz que local não cumpre as exigências do estatuto. Quatorze crianças foram levadas para dois abrigos da região.**

Do RJTV

Um abrigo para crianças que funcionava há 30 anos em Vargem Grande, na Zona Oeste do Rio, foi interditado na terça-feira (25), obrigando 14 crianças que moravam no local a se mudar.

A Justiça determinou a interdição do local no início de maio.

Na Associação Família Santa Clara, administrada pelo casal Cícero e Liete, viviam 14 crianças e adolescentes há mais de cinco anos.

A decisão da juíza da infância e juventude Ivone Caetano levou em conta relatórios do Ministério Público, feitos de 2007, e uma vistoria que aponta a má conservação do abrigo, além de medicamentos vencidos.

Na terça-feira (25) uma equipe do juizado cumpriu a decisão. As 14 crianças foram levadas para dois abrigos da região, mas ficaram seis jovens maiores de idade portadores de necessidades especiais.

Embora cinco jovens que ainda vivem no local já estudem em universidades ou em escolas técnicas, a promotoria acredita que o abrigo não atende às normas do Estatuto da Criança e do Adolescente.

"Quando eu voltei lá em abril o abrigo não tinha tomado nenhuma providência. Fui em lugares em que não havia ido e constatei que no depósito havia remédios e alimentos vencidos" disse o promotor João Alfredo Gentil.

O Estatuto da Criança e do Adolescente é claro na determinação de que o abrigo deve ser provisório e excepcional. De acordo com a nova lei da adoção, a criança só deve ficar nas instituições por um período de no máximo dois anos. Os abrigos têm obrigações previstas em lei que são importantes para que os juizados decidam o futuro das crianças.

Se não for possível a reintegração com os pais e parentes, o caminho é a adoção. Permanecer no abrigo é a última opção. Nos últimos três anos, o próprio juizado

mandou para a Associação Santa Cruz dez crianças. Nesse período, outras 19 voltaram para as famílias biológicas e quatro foram adotadas.

A casa afirmou que os remédios com validade vencida não tinham sido jogados fora porque a vigilância proíbe que sejam colocados em lixo comum e que entrou com um recurso para que a Justiça reconsiderasse sua decisão. O Ministério Público afirma que o abrigo pode voltar a funcionar se cumprir as exigências de funcionamento.